

**REGINA DA CUNHA ROCHA**

**ENTRE O TRONO E O ALTAR:  
A POLÍTICA PENDULAR DA SANTA SÉ NO  
RECONHECIMENTO DAS INDEPENDÊNCIAS HISPANO-  
AMERICANAS**

**BRASÍLIA  
2002**

**REGINA DA CUNHA ROCHA**

**ENTRE O TRONO E O ALTAR:  
A POLÍTICA PENDULAR DA SANTA SÉ NO  
RECONHECIMENTO DAS INDEPENDÊNCIAS HISPANO-  
AMERICANAS**

**Dissertação apresentada ao  
Departamento de História da  
Universidade de Brasília, como  
requisito parcial à obtenção do grau  
de mestre em História. Linha de  
Pesquisa: História das Relações  
Internacionais.**

**Orientador: Prof. Dr. Dinair Andrade  
da Silva**

**BRASÍLIA  
2002**

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**REGINA DA CUNHA ROCHA**

## **O RECONHECIMENTO DAS INDEPENDÊNCIAS HISPANO-AMERICANAS PELA SANTA SÉ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

**Banca examinadora**

**Orientador:**           **Prof. Dr. Dinair Andrade da Silva**  
**Departamento de História, UnB**

**Prof. Dr. Amado Luiz Cervo**  
**Departamento de História, UnB**

**Prof. Dr. Estevão Rezende**  
**Departamento de História, UnB**

**Brasília, 16 de Agosto de 2002.**

A todos aqueles que baseados na força do amor se unem a tantos outros que também acreditam no poder do sentimento e, com isso, constroem a cada dia novos sonhos, em diferentes tons, em toda a América Latina.

## Agradecimentos

À minha família, que compreendeu os momentos de silêncio e me incentivou na busca incessante por outros conhecimentos e novos caminhos entre as estrelas. Que, de mãos dadas comigo, deu passos rumo à concretização de mais esse projeto me entusiasmando e me fazendo acreditar que os sonhos não envelhecem.

Ao professor Dinair Andrade, que, mais do que orientador de mestrado, me guiou, me fortaleceu, participou de todas as etapas do trabalho e me orientou a amadurecer minhas reflexões acadêmicas. Confiando sempre em mim, me permitiu voar mais alto e me mostrou, com sua ternura habitual, que não existem amarras para o conhecimento.

Ao professor Eiiti Sato, amigo incondicional de todas as horas, que ouviu pacientemente minhas angústias e contribuiu com seus ensinamentos de luz.

Ao professor Estevão Rezende, que, mesmo tão longe em viagem, lembrou de mim, e contribuiu com material de pesquisa e entusiasmo com o tema.

Aos professores Antônio Jorge e Sérgio Coutinho, que me esclareceram as primeiras dúvidas sobre o mestrado e, dessa forma, me incentivaram a fazê-lo.

Aos amigos daqui e do México, que ficaram na torcida e que compreenderam os dias não compartilhados.

À Rosa Helena Zanini, amiga querida que não mediu esforços para acionar a Anna Piltz na Venezuela em busca das fontes primárias essenciais à consecução da pesquisa. Aproveito para expressar a Anna também todo meu sentimento de gratidão.

Aos funcionários das bibliotecas da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo, do Itamaraty, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, do Instituto Tecnológico de Monterrey e do Centro Cultural de Brasília pela solicitude e presteza com que me atenderam.

Ao mestre Meishu-Sama, que ensina a ser um barquinho navegando sem preocupação pelo mar dos desígnios maiores da vida.

A Deus que me fortaleceu com entusiasmo na concretização de um sonho a mais, e que me permitiu uma visão mais colorida da América Espanhola antes do fim da dissertação.

A todos aqueles que acreditam encontrar neste trabalho inquietações de valor  
no campo da História das Relações

*“Mestre, quem são essas pessoas que sofrem tanto?  
– Este é o destino daquelas almas que não procuraram  
fazer o bem divino, mas também não buscaram fazer o  
mal. – me respondeu o mestre.  
– Se misturam com aquele coro de anjos que não  
foram nem fiéis nem infiéis ao seu Deus. Tanto o céu  
quanto o inferno os rejeita.”*

*Dante Alighieri. A Divina Comédia. O Inferno, Canto III.*

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>X</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>xi</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: Lealdade ao trono: atitude legitimista da Santa Sé até 1820.....</b>	<b>13</b>
1. <i>A Espanha no cenário internacional do século XIX.....</i>	<i>18</i>
2. <i>Situação da Igreja na Hispano-América e tripé político-religioso.....</i>	<i>20</i>
3. <i>A difícil questão do padroado.....</i>	<i>21</i>
4. <i>Contatos da Santa Sé com a Hispano-América.....</i>	<i>23</i>
5. <i>Reação legitimista europeia em 1815.....</i>	<i>25</i>
6. <i>Encíclica Etsi longissimo, 1816.....</i>	<i>27</i>
7. <i>O que representava a encíclica de Pio VII ?.....</i>	<i>31</i>
8. <i>Efeitos da encíclica na Hispano- América.....</i>	<i>34</i>
9. <i>Atitude de Bolívar em relação à encíclica.....</i>	<i>37</i>
10. <i>Traços de uma nova política internacional.....</i>	<i>38</i>
<b>Capítulo 2: Deveres do altar: aproximação religiosa e neutralidade política.....</b>	<b>40</b>
1. <i>Momento propício a negociações com o Vaticano.....</i>	<i>44</i>
2. <i>Primeiras informações sobre a situação hispano-americana.....</i>	<i>46</i>
3. <i>O importante relato do bispo de Mérida e a neutralidade da Santa Sé.....</i>	<i>48</i>
4. <i>Lentidão da ação hispano- americana.....</i>	<i>53</i>
5. <i>Iniciativa platina.....</i>	<i>54</i>
6. <i>Negociações de Cienfuegos em Roma.....</i>	<i>57</i>
7. <i>Solução da Santa Sé para a Hispano-América.....</i>	<i>58</i>
8. <i>Significado da missão Muzi.....</i>	<i>62</i>
9. <i>Chegada da missão Muzi a Buenos Aires.....</i>	<i>66</i>
10. <i>Fracasso da missão papal em Buenos Aires.....</i>	<i>68</i>
11. <i>Muzi no Chile.....</i>	<i>69</i>
12. <i>Efeitos da missão pontifícia para o Prata.....</i>	<i>70</i>
13. <i>Ação de Bolívar em relação à missão Muzi.....</i>	<i>71</i>
14. <i>Resultado da missão.....</i>	<i>73</i>

**Capítulo 3: Reação legitimista e posterior volta à neutralidade: configuração da política pendular.....76**

1. <i>Chegada do enviado colombiano a Roma.....</i>	80
2. <i>A encíclica Etsi iam diu, 1824.....</i>	82
3. <i>Pressão espanhola e o “parágrafo interessante”.....</i>	84
4. <i>Reações à encíclica.....</i>	88
5. <i>Sinais da nova política de Leão XII.....</i>	90
6. <i>Volta do agente colombiano a Roma e chegada do agente mexicano.....</i>	93
7. <i>Perigo de cisma na Hispano-América.....</i>	95
8. <i>Preconização dos novos bispos para a Colômbia.....</i>	97
9. <i>Reação espanhola às preconizações.....</i>	101
10. <i>Reação de Bolívar às preconizações.....</i>	105
11. <i>Novo período de pressão diplomática para a Santa Sé e volta à política de Consalvi.....</i>	106
12. <i>Últimas preconizações de Leão XII.....</i>	110
13. <i>Fim do papado de Leão XII.....</i>	112

**Capítulo 4: Avanço da política de neutralidade em direção ao reconhecimento das independências pela Santa Sé.....114**

1. <i>Crise do Prata e nunciatura no Brasil.....</i>	116
2. <i>Fracasso de Pio VIII em relação ao México.....</i>	119
3. <i>Ascensão de Gregório XVI.....</i>	121
4. <i>Preconização de bispos residenciais.....</i>	123
5. <i>Bula Sollicitudo Ecclesiarum.....</i>	125
6. <i>Reconhecimento das novas repúblicas.....</i>	128
7. <i>Situação das outras repúblicas.....</i>	131
8. <i>Balanço da política de Gregório XVI e a política eclesiástica dos futuros governos liberais.....</i>	133

**Considerações finais.....137**

**Documentação.....143**

## **Anexos**

Anexo 1: Documentos.....	149
Documento 1: Encíclica <i>Etsi longissimo</i> , Pio VII, 1816. Espanhol.....	150
Documento 2: Encíclica <i>Etsi longissimo</i> , Pio VII, 1816. Original latim.....	152
Documento 3: Carta do bispo de Mérida, Rafael Lasso de la Vega, a Pio VII. Esp.....	154
Documento 4: Carta do bispo de Mérida, Rafael Lasso de la Vega, a Pio VII. Orig. lat.....	157
Documento 5: Carta resposta de Pio VII a Rafael Lasso de la Vega. Esp.....	160
Documento 6: Carta resposta de Pio VII a Rafael Lasso de la Vega. Orig. lat.....	161
Documento 7: Instruções a Cienfuegos.....	162
Documento 8: Despacho de Muzi a Roma sobre Rivadavia.....	163
Documento 9: Encíclica <i>Etsi iam diu</i> , Leão XII, 1824. Esp.....	164
Documento 10: Encíclica <i>Etsi iam diu</i> , Leão XII, 1824. Orig. lat.....	167
Documento 11: Carta de Bolívar a Leão XII.....	169
Anexo 2: Quadros cronológicos.....	171
Quadro cronológico Europa e Estados Unidos.....	172
Quadro cronológico Hispano-América.....	173
Quadro cronológico Papado.....	175
Anexo 3: Informações biográficas.....	176

## Resumo

Este trabalho analisa o papel internacional da Santa Sé no reconhecimento das independências ocorridas na Hispano-América, na primeira metade do século XIX. Discute como a situação política na Europa de 1800-1835 determinou o relacionamento internacional entre Santa Sé e Hispano-América, fazendo com que a política adotada pelo Vaticano fosse uma política pendular, que oscilava entre o liberalismo crescente e o absolutismo decadente. Nesse contexto, a crise da Igreja Católica na América Espanhola estava vinculada de forma direta aos compromissos do papa com a monarquia espanhola traduzidos nos direitos e privilégios do *Real Patronato*, dos quais os *criollos* consideravam-se herdeiros. A produção intelectual dos pontífices da época é a fonte principal da pesquisa, pois evidencia a oscilação entre períodos de neutralidade política, quando o império espanhol ameaçava perecer na Hispano-América, e volta ao legitimismo, com a publicação de encíclicas que exortavam obediência ao rei da Espanha. Apesar da perda de poder como legitimadora das conquistas no cenário internacional (a exemplo do que ocorria no século XVI), a Santa Sé continuava a ser um importante centro difusor de idéias e suporte político-religioso na relação de dominação da Hispano-América pela Espanha, o que explica a importância de ser buscada por ambos os lados.

Palavras-chave: Santa Sé; Hispano-América (América Espanhola); Espanha; reconhecimento das independências hispano-americanas; primeira metade do século XIX; *Real Patronato* (padroado).

## Abstract

This thesis analyses the international role of the Holy See in the recognition of Hispanic-American independences in the first half of 19<sup>th</sup> century. It discusses how the political situation in Europe during 1800-1835 determined the international relations between the Holy See and Hispanic-America, guiding the Vatican Policy to adopt a “pendular movement” which oscillated from a growing liberalism to a decadent absolutism. In this context, the Catholic Church’s crisis in Spanish America was directly connected to the duties of the Pope towards the Spanish monarchy that was represented by the *Real Patronato*’s rights and privileges, which were claimed to be inherited by the *criollos*. The intellectual production of the pontifices during that time is the main research source used here, as it shows the oscillation between the periods of political neutrality (when the Spanish empire risked disappearing in Hispanic-America) and of return to legitimism (with the publication of Papal Encyclicals that exhorted submission to the King of Spain). In spite of losing its power as international legitimator as it used to be in the 16<sup>th</sup> century, the Holy See continued to be an important center for the diffusion of ideas and a political-religious base in the dominating relations that involved Spain and the Spanish America, which explains the need of both sides to seek its support.

Key-words: Holy See; Hispanic-America (Spanish America); Spain; the recognition of Hispanic-American independences; first half of 19<sup>th</sup> century; *Real Patronato* (patronate).

## Introdução

Até princípios do século XVI, para todos os efeitos práticos, Roma era o centro das relações internacionais do mundo ocidental, e, desde a alta Idade Média, a *legitimação papal* constituiu o principal meio empregado pelas casas reinantes para confirmar a incorporação de novas terras ao patrimônio dos “príncipes cristãos”. As bulas eram os instrumentos que validavam as novas posses dos Estados recém-criados ante os demais soberanos, servindo tanto como autorização pontifícia para as viagens de descobrimento, como confirmação diplomática da conquista. Cada etapa do avanço no Atlântico, ou na Costa Africana pelos portugueses e espanhóis, correspondia a um novo documento da diplomacia vaticana.

Com a consolidação de novos Estados soberanos, criaram-se as condições políticas para o “renascimento” da diplomacia na Era Moderna. Essa transformação se deu por meio da substituição da arbitragem pontifícia relacionada aos príncipes cristãos pela adoção da negociação direta entre Estados soberanos. O exemplo de Tordesilhas evidenciou um processo de passagem de uma fase, na qual se buscava a legitimação papal como meio de fazer reconhecer divisões adotadas mais ou menos unilateralmente, para uma fase de abertura de negociações diplomáticas diretas entre os poderes soberanos. A diplomacia pontifícia, bem como a própria Santa Sé, seriam vítimas do processo global de transformação intelectual do Renascimento: em seu lugar surgiriam novas estruturas para política exterior dos Estados.

Mesmo já não sendo mais o centro diplomático do mundo moderno face à conquista do Novo Mundo, a Igreja de Roma continuava a ser um importante centro difusor

de idéias e suporte político-religioso na relação de dominação que se impunha às terras do ultramar, tendo tido influência incalculável no desenvolvimento das colônias. Desde as origens da colonização, a coroa espanhola exerceu rígido controle sobre o “reino eclesiástico” na Hispano-América. Este controle, chamado de *Real Patronato*, foi garantido ao rei de Espanha pelas bulas dos papas Alexandre VI (1493) e Júlio II (1508), que, embora não mais guiassem a diplomacia ibérica com a força de antes, garantiam a base sobre a qual se apoiava toda a ação missionária da Igreja na América.

Durante a conquista, as relações entre Igreja Católica e Estado espanhol regulavam-se pelo sistema do *Patronato*, que convertia o rei em uma espécie de vigário papal. A Igreja espanhola estava muito ligada à coroa, desde a reconquista, em razão da debilidade política dos papas de então e da política centralizadora e absolutista dos monarcas (muitos eclesiásticos espanhóis acreditavam ter o rei de Espanha muito mais a oferecer que o papa na distante Roma). O padroado sobre a Igreja americana era outorgado aos reis com o poder de ocupar os territórios recém-descobertos: o papa concedia novas terras, com seus habitantes, para que os reis os convertessem ao evangelho. A coroa conseguia, assim, o direito de nomeação dos bispos, de fundação das dioceses, e obrigava-se praticamente a patrocinar a evangelização cristã. Na prática, a Igreja e sua obra de evangelização iriam converter-se em instrumentos do Estado espanhol: chegou-se a uma identificação total entre fé cristã e civilização hispânica.

O padroado não só representava o direito de apresentação dos candidatos a ocupantes de cargos de hierarquia eclesiástica, como o de bispos, por exemplo, mas também o direito de conferir benefícios e vantagens pertencentes à soberania temporal no

que dizia respeito a assuntos da Igreja e à própria Igreja<sup>1</sup>. Em outras palavras, relacionava-se a todas as matérias que eram consideradas pertencentes ao poder real.

No entanto, em razão do padroado, ocorriam inúmeros choques entre autoridades civis e religiosas, fazendo com que a rivalidade entre Igreja e, agora, Estado soberano marcasse o funcionamento do Governo Colonial. O rei da Espanha invocava o padroado, considerado pelos juristas como direito exclusivo e imprescritível do poder civil, e não como privilégio pontifício revogável. Por um lado, o rei não tolerava que o papa, nas regiões que apesar das insurreições eram consideradas pertencentes ao território da coroa espanhola, instituísse novos bispos sem sua apresentação ou aquiescência. Por outro lado, os novos governos republicanos, que surgiam com a construção dos Estados Nacionais na Hispano-América, em nome do mesmo padroado, do qual se consideravam herdeiros, queriam exercer influência direta não só na administração dos bens da Igreja, como também nas eleições dos bispos para as dioceses vacantes.

Dessa forma, os movimentos de Independência puseram em evidência os verdadeiros atritos e divisões que existiam até mesmo no interior do poder eclesiástico (os postos religiosos mais altos e importantes estavam nas mãos dos espanhóis, enquanto os padres que trabalhavam nas paróquias eram, em sua maioria, *criollos*<sup>2</sup>). A cristandade observava a contradição dentro de si própria: os bispos regalistas punham-se contra o baixo clero patriota e anti-espanhol. A Igreja via-se em face da nova mudança nas circunstâncias

---

<sup>1</sup> CODES, Rosa María Martínez. *La Iglesia Católica en la América Independiente*. Madri: MAPFRE, 1992. p. 153.

<sup>2</sup> Filhos de espanhóis e nascidos na América, os *criollos* tinham as rédeas econômicas da América Espanhola em suas mãos. Possuíam estâncias, escravos, exerciam profissões liberais. Por serem brancos, numa sociedade repleta de índios e negros, sentiam o “complexo da superioridade”, conforme Chaunu, o que lhes causava ressentimento por estarem excluídos da alta administração real e dos altos cargos eclesiásticos. Indignada e ressentida, sentido-se espoliada em seus interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos, a aristocracia via-se profundamente atingida pelo Pacto Colonial, levando-a ao desencadeamento do processo emancipacionista. CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59.

políticas e sociais e passava a experimentar a crise do sistema colonial, que envolveu todas as instituições e apresentou-se de forma particular dentro de cada Estado. Ela passou a ser um reflexo e um cenário da crise de que padecia a sociedade secular.

As guerras de independência marcaram o fim de uma época e o começo de outra totalmente distinta na vida da Igreja hispano-americana. A Igreja colonial dependia do poder político, e gozava de grandes privilégios sociais e econômicos. Sua posição dentro da sociedade era segura. A independência trouxe-lhe uma profunda crise de identidade. Romperam-se os laços com a mãe-pátria, que a havia fundado, e teve que enfrentar os novos Estados republicanos, que tentaram subordinar as igrejas locais às suas exigências sociais e ideológicas.

Mesmo observando-se estas tensões, não se pode falar que a religião foi a grande responsável pelos movimentos emancipacionistas na América na primeira metade do século XIX. Ao contrário, uma revolução contra a Igreja seria impensável. O que os colonos queriam, em sua maioria, era o reconhecimento dos processos de independência pela Santa Sé. A religião ocupava posição tão privilegiada na vida colonial que era mister se declarasse a respeito do problema. Os Estados do Novo Mundo foram atrás daquilo que há muito se procurou, quando da formação dos Estados nacionais europeus: um contato com a Santa Sé, a única que, em razão de sua jurisdição universal, poderia remediar a situação irregular em que se encontravam os novos Estados hispano-americanos.

Na América Espanhola, os povos, na sua maioria, professavam a religião católica. Existia uma interpenetração quase inseparável entre religião e política. Na verdade, o fim do regime colonial na América criaria grandes problemas para a diplomacia da Santa Sé, e traria bastantes conturbações para a Igreja.

A diversidade das circunstâncias locais no imenso continente, a velocidade dos acontecimentos, tanto nas guerras de independência quanto mais tarde nas lutas internas, davam a idéia de um “caleidoscópio enlouquecido”<sup>3</sup>. Desde o momento que Napoleão invadiu a Espanha e pouco depois Portugal (1807) – o que significou o começo do processo de emancipação americano –, até que Gregório XVI (1831-1846) nomeasse os primeiros bispos residenciais em 1831, produziu-se a luta por liberdade nas nascentes nações hispano- americanas.

O fator religioso teve forte influência nos movimentos de independência. Os “libertadores” mostravam grande respeito pela religião e faziam tudo para que a Igreja lhes fosse favorável. Como o episcopado era de origem espanhola, e opunha-se aos ideais de independência colocando-se a serviço da causa regalista, após o triunfo da revolução, quase todas as dioceses hispano-americanas se encontravam sem bispos, pois os titulares haviam sido expulsos, morrido ou se tinham retirado de maneira espontânea.

Em vez de se aproveitarem das circunstâncias para privar a Igreja da oposição privilegiada que ocupava e de fundar um regime laicista conforme a ideologia iluminista, da qual eram partidários, os governos das jovens repúblicas esforçaram-se para resolver a problemática da nomeação dos bispos o quanto antes. O próprio Bolívar escreveu ao bispo de Popayán<sup>4</sup>, espanhol regalista, que repensasse a decisão de abandonar sua sede, lembrando-o do número de cristãos fiéis e das crianças inocentes que ficariam privadas do sacramento da confirmação.

Quase todas as constituições das novas repúblicas continham confissões de

---

<sup>3</sup> Roger, L. *et alii*. *Século das Luzes, Revoluções e Restaurações*. v. IV. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976. Parte II: G. Sauvigny, p. 316.

<sup>4</sup> LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 175.

fé e proclamavam o catolicismo como religião do Estado. A maioria recusou as outras religiões até a independência<sup>5</sup>. Contudo, a posição privilegiada da Igreja também tinha suas desvantagens. Os governos das repúblicas afirmavam que eram herdeiros do *Real Patronato*, o que conferia ao Estado um controle minucioso não apenas sobre as nomeações eclesiásticas e toda a espécie de rendas, mas também sobre a disciplina eclesiástica interna, o que era fonte de inúmeros conflitos com a Santa Sé e os bispos.

A emancipação das nações hispano-americanas criou um problema difícil para a Santa Sé. Estabelecer relações com os novos governos republicanos significaria que se lhes reconhecia a legitimidade que lhes era totalmente negada pelos monarcas católicos da Europa. Tal reconhecimento equivaleria a uma aprovação moral do princípio da revolução dada pelo papado. Na questão crucial das nomeações episcopais, a Santa Sé tinha que manobrar entre as pretensões do rei da Espanha, que mantinha seu privilégio tradicional do padroado, e as pretensões dos novos governos que, como sucessores da coroa espanhola, queriam exercer o mesmo privilégio. Se o papa, de uma parte, confirmasse os candidatos propostos pelos hispano-americanos, podiam-se esperar as medidas mais extremas de represália do rei Fernando VII, podendo-se chegar, talvez, até o cisma. Por outra parte, era evidente que os bispos nomeados por proposta do monarca espanhol nunca poderiam pisar o solo das dioceses americanas. Os governos revolucionários compreendiam muito bem o valor moral do trunfo que tais acordos com a Santa Sé lhes trariam.

De qualquer maneira, os novos governos pretenderam de imediato

---

<sup>5</sup> No entanto, a Argentina, seguia uma política religiosa mais liberal, não vivenciando uma experiência de Igreja tão arraigada como ocorria no Peru e no México. Isso porque o vice-reino do Prata, que junto ao vice-reino de Nova Granada foi criado apenas em 1776, representava uma área mais periférica do império espanhol na América, diferente das áreas centrais do México e Peru.

restabelecer o padroado nacional sobre a Igreja, o que na maioria dos casos conseguiram contra a vontade romana. O “povo cristão” identificava a luta de libertação com sua própria fé e com os costumes do catolicismo popular. Nenhuma cisão se produzia em sua consciência. Foi apenas com a tomada do poder pelos liberais nas novas repúblicas, por volta de 1850, que se pretendeu organizar uma hegemonia ideológica antieclesiástica.

Neste contexto, o Vaticano foi um ator social, a voz cristã representada pelo Santo Padre. Tanto americanos como espanhóis tinham a convicção de que as palavras do pontífice seriam recebidas com respeito e veneração. As encíclicas papais, por representarem orientações que circulavam por todas as igrejas espalhadas pelo mundo, eram acolhidas como o pensamento oficial político e moral da Santa Sé. Em todos os países hispano-americanos o clero constituía um segmento social bem preparado intelectualmente, o de maior prestígio e influência social. Por isso, tanto hispano-americanos como espanhóis, tentaram conseguir alguma manifestação do Papa a favor de sua causa, pois grande parte da atitude dos clérigos americanos estaria condicionada às orientações recebidas de Roma. O fato de os clérigos hispano-americanos serem membros de uma Igreja universal afetou de forma decisiva a realidade de cada igreja local.

Entender como se processaram essas relações é compreender não só o *status* da Santa Sé no cenário internacional, mas também a importância de suas relações com os Estados em formação na América Espanhola e a pressão exercida em contrapartida pela Espanha na primeira metade do século XIX. Para isso, será evidenciado o tripé geopolítico formado por Espanha, Santa Sé e Hispano-América, a fim de melhor compreensão do prolongado e intermitente processo de reconhecimento dos Estados hispano-americanos pela Santa Sé.

Pode-se dizer, desse modo, que o presente trabalho atém-se às relações mantidas entre Santa Sé e Hispano-América, quando dos movimentos emancipacionistas e formação dos Estados Nacionais, e de como foram influenciadas pelos acontecimentos políticos da Europa de então. Tomou-se como ponto de partida da pesquisa o pontificado de Pio VII (1800-1823), que coincidiu com a ascensão de Napoleão ao governo francês, 1804-1815, representando período de grande coerção ao papado. O período em estudo estendeu-se, no entanto, até o fim do pontificado de Gregório XVI (1831-1846), momento em que a Santa Sé procedeu ao primeiro reconhecimento oficial – Nova Granada, 1835 – e quando as relações do papa com a Hispano-América começavam a ficar mais esclarecidas, apesar das comoções que iriam assolar a Europa no ano de 1848<sup>6</sup>.

Este corte cronológico abrangeu, assim, desde a subida de Pio VII ao trono de São Pedro em 1800, coincidindo com o domínio de Napoleão sobre a Europa, o período do Congresso de Viena (1814-1815) e os primeiros passos de um diálogo entre Santa Sé e Hispano-América, até Gregório XVI e o começo das agitações que comoveram a Europa no fim da primeira metade do século XIX. Passa-se, assim, pelas flutuações políticas européias indo-se da reação absolutista do Congresso de Viena até os avanços liberais sentidos na Espanha e em todo Velho Continente.

Uma análise mais cuidadosa e profunda das relações internacionais entre Santa Sé e Hispano-América pode auxiliar em uma melhor compreensão das relações entre Igreja e poder civil no interior dos Estados americanos, não só no século XIX, como ainda nas décadas de 1950-60 (com os movimentos eclesiais de base e Concílio do Vaticano II), e até mesmo hoje. Pode até mesmo representar um ponto de partida para esta questão, o que

---

<sup>6</sup> Queda da dinastia Bourbon e subida ao trono da dinastia Orléans na França, o que representou um avanço liberal que repercutiu por toda Europa; queda de Orléans e Segunda República Francesa; movimentos nacionalistas na Alemanha e Itália entre outros.

confere ao tema uma relevância tanto social quanto científica. Essa abordagem terá como fontes essenciais os escritos dos pontífices em questão. Embora a Hispano-América seja múltipla, e a própria Igreja não possa ser considerada de forma monolítica, em razão da necessidade de distinção dos vários atores que a compõem, é possível estabelecer um estudo sobre o modelo “hispano-americano” de independência não se restringindo à história tradicional e simplificada do “colono vs. metropolitano”, como informa Pierre Chaunu<sup>7</sup>.

Deve-se dizer Igreja e não Igrejas hispano-americanas<sup>8</sup>, porque, apesar do deslocamento político do antigo império espanhol e da aparente diversidade com que surgiram e se desenvolveram as diversas Repúblicas, existem os mesmos problemas político-religiosos na organização da Igreja da América Espanhola e na proximidade de seus governos a Roma. Características semelhantes encontram-se do México ao Chile. Há diversidade de datas e nomes, mas a preocupação com o reconhecimento das independências, a nomeação dos bispos e o desejo de herança do padroado refletem a mesma tendência político-religiosa hispano-americana<sup>9</sup>.

Sabe-se que do grande interesse dos historiadores pelo período das independências, e isto é bem verdade no que diz respeito à bibliografia referente à Igreja e Estado neste período. Além disso, mais do que os estudos dessas relações dentro de cada nação, a atenção dada às relações internacionais estabelecidas entre a Sede da Igreja Católica no Vaticano e os países que surgiram na Hispano-América não deve ser desprezada, conforme demonstram as inúmeras obras do padre Pedro de Leturia, e também

<sup>7</sup> CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>8</sup> LETURIA, Pedro. *La acción diplomática de Bolívar ante a Pío VII (1820-1823)*. Caracas: Ed. La Gran Pulperia de Libros Venezolanos, 1984, p. 5.

<sup>9</sup> O Brasil não está incluído neste estudo. Embora faça parte da cultura ibero-americana, pois experimenta mais ou menos o mesmo estilo medieval ibérico de colonização e imposição cultural, política, social e econômica que as outras colônias sul americanas, enfrenta a transição para sua independência de forma mais pacífica que os outros países americanos. Isso porque a Proclamação da República acontece muito depois de sua Independência, o que não se dá com os outros Estados em formação.

dos padres jesuítas Lucas Ayarragaray e Rubén Ugarte, contemporâneos de Leturia. Todavia, um tema que traz tantos questionamentos não deveria ficar restrito à produção dos clérigos, mas também deveria ser suscitado no meio acadêmico. Talvez, com isso, fosse mais fácil lançar novos olhares sobre as relações Estado-Igreja na Hispano-América.

Ainda que existam inúmeros documentos a respeito da Igreja na América, não se pode dizer o mesmo quanto a referências mais pontuais sobre a questão das relações internacionais entre Santa Sé, sede da Igreja Católica mundial, e Estados hispano-americanos em formação no início do século XIX. As obras do jesuíta espanhol Pedro de Leturia, professor de História Eclesiástica no Colégio Máximo de Oña, Burgos, do início do século XX (década de 1920), são a principal fonte de trabalho na realização da pesquisa. Por trazer fontes primárias retiradas do Arquivo Vaticano e da Embaixada da Espanha no Vaticano, são obras valiosas na determinação dos rumos da dissertação. Tal valor está no fato de que representam trabalhos esgotados há muitas décadas e encontrados apenas em pouquíssimas bibliotecas, o que confere a importância dos documentos anexados ao presente estudo.

A Igreja hispano-americana de então era essencialmente Católica e Romana no dogma e na disciplina. Gravitava até Roma por meio de Madri, o que explica grande número de documentos referentes ao assunto na Espanha. Logo, as fontes primárias principais são consultadas nas obras do padre Pedro de Leturia, que conseguiu ter acesso a ambos os arquivos. As encíclicas, documentos de fundamental importância no estudo que se realizou, podem ser consultadas em seu original e em sua tradução para o espanhol.

O problema que se apresenta, ao se tomar o tema em questão para debate, é o fato de não existirem discussões recentes sobre as relações internacionais entre Santa Sé e

Hispano-América no século XIX. Não existe nenhum esforço como o de Leturia, nos últimos cinquenta anos<sup>10</sup>, na tentativa de detalhar melhor essas relações. É provável que isso se dê em razão de uma diminuição nas publicações sobre o período das independências, a partir do meio do século XX, quando começaram a surgir novos questionamentos, nos mais diversos campos de estudo, na Hispano-América.

Deve-se dizer que trabalhar com essas relações significa ainda reavaliar a verdadeira dimensão da influência da instituição eclesiástica nos processos emancipacionistas, tendo em mente toda a importância que teve no reconhecimento e consolidação dos Estados Nacionais europeus, e tentar compará-la à importância que teve em face dos países americanos. O que se quer, na realidade, é buscar explicar de forma mais clara e sistemática o processo de reconhecimento das independências hispano-americanas pela Santa Sé. Deseja-se demonstrar como a situação política da Europa guiou e determinou tal processo evidenciado na primeira metade do século XIX, quando se construíam os Estados Nacionais.

Nessa direção, a política adotada pela Santa Sé variou conforme as oscilações entre liberalismo crescente e absolutismo decadente que se dava na Europa. A neutralidade que foi adotada em relação à Hispano-América é a demonstração de quão vinculada à monarquia espanhola estava a política internacional vaticana, traduzida pelo padroado e vicariato régios, e como isso se opunha aos deveres religiosos da Igreja. Em razão dessa política pendular é que não se pode dizer que a Santa Sé atuou como força anti-

---

<sup>10</sup> Há também as obras de Ayarragaray e Ugarte, que vão na mesma direção das de Leturia, inclusive com enfoques bem assemelhados. São contemporâneos do último e, talvez, isso justifique seu interesse em tema que não teve maiores repercussões até o surgimento dos movimentos eclesiais de base na década de 1950, com o Concílio do Vaticano II, em 1962, e mais tarde, na década de 1990, com a retomada das discussões Igreja-Estado em razão da comemoração dos 500 anos de conquista do continente americano. Porém, essas discussões voltaram-se mais ao exame das relações entre poder civil e religioso dentro do Estado no século XIX do que às relações internacionais entre Santa Sé e América à época das independências.

independência, pois não assumiu uma ação única, monolítica e coerente durante todo o período em questão. A política de neutralidade da Santa Sé esteve, assim, inserida em um delicado cenário de equilíbrio de poderes na Europa. Enquanto a Espanha lutava por manter seu vasto império além-mar, a Europa via-se diante das revoluções liberais, que começavam a tomar dimensões mundiais.

Por fim, cabe dizer que, neste trabalho, foi seguida uma abordagem mais recente no estudo da história das relações internacionais que se processaram no início do século XIX, mediante a análise de cartas, breves e encíclicas, que representam parte substancial da produção cultural dos pontífices, e não da visão tradicional dos tratados diplomáticos<sup>12</sup>. Não se pretende criar uma nova forma de análise, o que seria por demais ambicioso e pretensioso, mas, sim, explorar um campo que muito tem a oferecer. São noções valiosas como política pendular, balança de poder, política de neutralidade, entre outros, que permitem uma análise da composição variada do quadro das relações internacionais, em suas distintas tonalidades, tornando o debate acadêmico aceso e estimulante.

---

<sup>12</sup> Inclusive porque não se sabe da existência e/ou não se tem acesso a tais documentos.

## **Capítulo 1:**

**Lealdade ao trono: atitude legitimista da Santa Sé até 1820**

## Lealdade ao trono: atitude legitimista da Santa Sé até 1820

*“... hemos creído propio de las Apostólicas funciones que, aunque, sin merecerlo, Nos competen, el excitaros más con esta carta a no perdonar esfuerzo para desarraigar y destruir completamente la funesta cizaña de alborotos y sediciones que el hombre enemigo sembró en esos países.”*

*Pio VII, Encíclica Etsi Longissimo, 1816.*

Quando, em 1800, Pio VII (1740 [1800-1823] 1823) tornou-se papa, o mundo encontrava-se em plena ebulição. A Santa Sé via-se diante de inúmeras transformações e problemas a serem resolvidos. Tais problemas eram não apenas de ordem interna como também externa. Desde a tumultuada eleição de Pio VII para o trono de São Pedro, passando pelo delicado momento de equilíbrio europeu, até o período dos movimentos de independência na América Espanhola e os vínculos do padroado que a uniam à Espanha, a política vaticana teve que se adaptar às mudanças, ao mesmo tempo que tentava resistir a elas. Esse paradoxo seria a tônica dominante de suas ações ao longo da primeira metade do século XIX.

Durante a permanência de Napoleão Bonaparte no Oriente em 1799, Áustria e Prússia conseguiram vitórias sobre a França. Pio VI (1717 [1775-1799] 1799, Giovanni Angelico Braschi), solicitava ajuda contra os franceses que ocupavam o norte da Itália e Toscana. Roma havia sido entregue aos napolitanos, e o pontífice havia sido deportado para França. Ante a esse estado de coisas, a Santa Sé encontrava-se desestruturada quase por completo. O trabalho da cúria estava desorganizado, e os cardeais dispersos pela Europa ou, na prisão. Por essas razões, Pio VI, já muito doente em Valence, autorizou os cardeais a fazerem o Conclave para a eleição do próximo pontífice onde fosse possível, isto é, em qualquer lugar em que se pudesse reunir o maior número de cardeais. A eleição deu-se em Veneza – território austríaco em 1797 – sob a proteção do Imperador Francisco I.

Após um prolongado embate entre dois partidos cardinalícios<sup>1</sup>, Pio VII foi escolhido seis meses depois da morte de seu antecessor. O partido dos *politicanti* era chamado por seus opositores de *liberali* e pensava na restauração católica por meio de instrumentos políticos. Por um lado, os *politicanti* consideravam vantajoso mostrarem-se acessíveis a certas tendências modernas, ou ao menos não manter oposição aberta a elas, enquanto não estivesse em risco a fé; por outro, mostravam moderação nas relações com os diferentes governos, preferindo uma atitude de espera ou mesmo de condescendência parcial ante as exigências do cenário que se apresentava.

Os *politicanti* sofriam com a firme oposição da grande maioria dos cardeais e prelados que eram hostis à filosofia moderna e adversários de qualquer classe de instituições modernas e, portanto, partidários do absolutismo na política e do retorno a uma religião de Estado. Queriam ver a Igreja protegida contra qualquer interferência por parte do governo, que não deveria ter a menor intromissão no exercício de sua missão apostólica. O outro partido, dos *zelanti*, compunha-se de conservadores que permaneciam ligados a velhas formas e privilégios, contando mais com medidas de coerção do que com exortações à indulgência ou à tolerância.

Os *politicanti* tentavam adaptar-se à nova situação europeia sem romper em definitivo com a França e recebendo apoio discreto da Espanha. Já os *zelanti* buscavam manter intacta a herança do passado e não perturbar as boas relações com a Áustria, não apenas pela hostilidade em relação à França revolucionária, mas também porque pensavam ser o meio mais eficaz para conseguir de Francisco I a restauração do Estado da Igreja, cuja maior parte ele já havia conquistado.

---

<sup>1</sup> JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. v. VII: “La Iglesia entre la Revolución y la Restauración”. Barcelona: Ed. Herder, 1978. p. 176 (por Roger Aubert).

Barnaba Chiaramonti, Pio VII, cujo papado se estendeu de março de 1800 a agosto de 1823, foi o meio termo entre as duas facções. Ainda que tivesse votado sempre com os *politicianti*, jamais se havia comprometido de fato com alguma ala. De modo distinto de seus predecessores, que haviam sido marcadamente administradores ou políticos, o novo pontífice revelou uma atitude mais voltada à preocupação de distinguir entre os interesses espirituais e mundanos<sup>2</sup>. Tentou restaurar a autoridade supranacional romana por meio de uma reforma administrativa e financeira do Vaticano<sup>3</sup> e de negociações diplomáticas. Tinha caráter flexível, ampla cultura e espírito conciliador, ao mesmo tempo que tinha um realismo que o inclinava a instituições modernas não obstante seu tradicionalismo. No que dizia respeito à orientação da política eclesiástica dos diferentes países, estava de acordo com a tendência representada por Consalvi. O hábil Ercole Consalvi foi designado secretário de Estado de Pio VII, e foi considerado o primeiro secretário de Estado moderno<sup>4</sup>.

Consalvi desempenhou um papel essencial tanto no processo de reorganização interna da Igreja, quanto na definição da política exterior da Santa Sé em relação à Europa e às nascentes repúblicas hispano-americanas. Foi Consalvi quem influenciou os cardeais para que elessem Pio VII. Embora nunca houvesse exercido alguma atividade diplomática, auxiliou o papa, que estava envolvido com o aspecto religioso dos problemas, demonstrando uma grande habilidade para uma política inteligente e oportunista. Consalvi tentou obter a restituição dos territórios pontifícios ocupados pelos austríacos, napolitanos e franceses. Além disso, teve que voltar a fazer andar a

---

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 119 (por Roger Aubert). Ver também LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia*. v. IV- Edad Moderna. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

<sup>3</sup> LLORCA, Bernardino. *Op. cit.*, p. 420.

<sup>4</sup> KÜHNER, Hans. *Dictionnaire des Papes: de Saint Pierre à Jean XXIII*. Paris: Buchet/Chastel, 1958. p. 220.

administração papal, desorganizada em razão de três anos consecutivos de ocupação estrangeira. Promoveu também um processo de modernização das instituições vaticanas mesmo ante a forte reação da maioria da cúria e lidou de forma direta com o problema hispano-americano. Consalvi foi o secretário de Estado e o porta-voz da política de Pio VII até o fim de seu pontificado, e soube unir energia à flexibilidade.

Essas mudanças que se processavam na Santa Sé faziam parte de um quadro internacional mais amplo marcado por um delicado equilíbrio de poderes entre as potências europeias, ameaçadas pela idéias revolucionárias francesas. Nascia uma nova ordem internacional com o advento do século XIX<sup>5</sup>. O século XVIII havia sido marcado pelo Tratado de Utrecht (1713-1715), que pôs fim à Guerra de Sucessão da Espanha, trazendo a paz e alterando todo o mapa político da Europa. O Flandres espanhol havia sido cedido para a Áustria, fazendo com que a Espanha perdesse suas bases navais no Canal da Mancha e com que a Inglaterra se tornasse uma potência marítima. Os domínios espanhóis da Itália foram divididos entre Áustria e Sabóia. A Espanha havia ficado de fora da nova configuração política europeia. Em Utrecht, a Espanha havia deixado de ser o centro do império hispano-católico dos Habsburgos para converter-se em núcleo do império atlântico dos Bourbons<sup>6</sup>. Já o século XIX seria o século do Congresso de Viena (1814-1815), liderado pela Grã-Bretanha, França, Áustria, Prússia e Rússia e representante da atitude reacionária ante as recentes revoluções europeias. Nascia a Santa Aliança como braço armado do Congresso. A Guerra dos Sete Anos entre França e Inglaterra e, mais tarde, a decisiva contribuição para a derrota de Napoleão deixariam a Espanha enfraquecida e

---

<sup>5</sup> ZAMORA, José Jover. *España en la Política Internacional, siglos XVII-XIX*. Barcelona: Marcial Pons, 1999. p. 117.

<sup>6</sup> OLIVIE, Fernando. *La Herencia de un Imperio Roto: dos siglos de política exterior española*. Madrid: Ed. MAPFRE, 1992. p. 32.

alijada do círculo das grandes potências. Apesar de ter sido o palco das operações militares contra as tropas de Napoleão, o que a deixou empobrecida e endividada, recebeu o mesmo tratamento da derrotada França dentro do Congresso de Viena<sup>7</sup>.

A Santa Sé tinha que adequar, portanto, as circunscrições das dioceses às novas fronteiras políticas, restaurar as instituições e patrimônio eclesiásticos. Apenas Áustria, Espanha e Portugal haviam ficado às margens da revolução do fim do século XVIII. A França debatia-se com as políticas antieclesiásticas de Napoleão. Na Alemanha, Holanda e Itália, a propagação das idéias francesas e as secularizações, além das notáveis modificações territoriais abalaram as igrejas. Na Grã-Bretanha, as idéias liberais deveriam ser utilizadas para salvar a Irlanda católica da opressão. A Rússia, por fim, estava às voltas com a anexação de católicos poloneses ao seu Estado ortodoxo.

### *1. A Espanha no cenário internacional do século XIX*

No que concerne mais especificamente à Espanha, na última parte do século XVIII havia sido uma grande potência mundial, em razão tanto de sua capacidade econômica, financeira, humana e estratégica promovidas por uma política exterior bem dirigida, atenta à *raison d'État*, quanto pela força monárquica de Carlos III. Na Espanha, as idéias revolucionárias não tiveram êxito. Além disso, o país contava com boa unidade política ao lado da influência vigorosa da Igreja e do poder da Inquisição. Durante esse período, a coroa espanhola contava com uma equipe de governo capaz, preparada, ligada à reforma administrativa e com uma política naval como instrumento de poder indispensável ao domínio do ultramar, fatores que dotavam a monarquia de dinamismo<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>8</sup> ZAMORA, José Jover. *Op. cit.*, p. 121.

Quando morreu em 1788, Carlos III deixou o império espanhol bastante firme dos dois lados do Atlântico: com força econômica e em pleno desenvolvimento. Com a subida de Carlos IV, mudou-se toda a equipe política anterior. Manuel Godoy, escolhido como chefe de governo, substituiu toda a classe política e adotou uma política exterior vacilante e oportunista, sempre indo ao encontro do vencedor<sup>9</sup>. Assim, a partir da morte de Carlos III e a ascensão de Carlos IV, a coesão e eficácia do poder central bem como a aliança francesa dissiparam-se, causando uma crise política que se somou a uma crise diplomática, agudizada pela Revolução Francesa.

Logo depois, o Tratado de Fontainebleau, em 1807, pelo qual Espanha e França concordam em dividir Portugal, faz com que as tropas de Napoleão penetrem pela Espanha para alcançar o vizinho. O projeto de Napoleão para Portugal foi-se convertendo em um projeto de ocupação peninsular, que se tornaria exequível em vista da Espanha estar sem rumo político.

Carlos IV, sucessor de Carlos III, era um administrador ineficiente, e quando as tropas francesas marcharam sobre Madri em 1808, um levante popular levou a um golpe de Estado em Aranjuez, e Napoleão aproveitou para forçar uma situação em que o rei abdicasse em favor de seu filho Fernando VII, ficando a família real espanhola aprisionada em território francês até 1814. Fernando VII, já dono da coroa espanhola, também apresentava uma política débil e sem direção. Nesse mesmo período, o papa Pio VII caía em poder de Napoleão e era aprisionado na França, expondo a Santa Sé a novo período de crise.

---

<sup>9</sup> OLIVIE, Fernando. *Op. cit.*, p. 60 a 72.

A debilidade da política espanhola refletia-se também em seus domínios do ultramar. O envio de homens e recursos da Península às Índias havia-se tornado difícil. Juntava-se a isso a ameaça à criação de uma administração unificada e de um exército de dimensões imperiais. Não havia mais como manter o vínculo atlântico, o que afetava sobremaneira o núcleo do poder espanhol. O tesouro das Índias já não sustentava mais a coroa, revelando a fraqueza crescente da ordem imperial monárquica.

## *2. Situação da Igreja na Hispano-América e tripé político-religioso*

Quanto mais crescia a “consciência de mortalidade da ordem vigente”<sup>10</sup> na Hispano-América, mais se acentuavam as divergências entre aqueles que deviam sua posição na sociedade colonial ao laço com o poder espanhol, dispostos a defendê-lo a qualquer preço, e aqueles que estavam dispostos a acelerar seu fim. Os movimentos com fins separatistas começavam a ganhar força e a ferver a partir de 1810, aprofundando o abismo entre peninsulares e *criollos* dentro da elite colonial. Organizaram-se as primeiras Juntas que, se em princípio se auto proclamaram defensoras de Fernando VII, logo viriam a representar ameaça de ruptura. Qualquer crise em relação à metrópole poderia trazer conseqüências irrevogáveis para a posição espanhola nas Índias. O que começava com uma disputa pela sucessão, acabava por eclodir em guerras civis e paralelas ligadas ocasionalmente, levando a um caminho de emancipação longo e tortuoso de perdas e reconquistas metropolitanas.

No México, os primeiros movimentos emancipacionistas foram marcados pela influência de sacerdotes – como Morelos e Hidalgo que se destacaram por seu papel de fundamental importância no processo de independência – e por grande radicalidade. No

---

<sup>10</sup> DONGHI, Halperín. *Historia de América Latina, 3. Reforma y Disolución de los Imperios Ibéricos, 1750 - 1800*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 87.

Prata, o sentimento de autonomia estava presente em todas as classes influentes da sociedade, os cabidos catedrais e a maioria de ambos os cleros formavam parte ativa na transformação política. Até mesmo os bispos que estavam pessoalmente ligados à coroa espanhola juraram reconhecimento ao novo governo. Em Nova Granada, atual Colômbia, a revolução nasceu com forte espírito federalista, apesar de menos uniforme que no Prata. Com exceção deste último, que admitia tolerância religiosa na Constituição – e ainda assim só em âmbito privado – a religião proclamada oficial era a católica.

Entretanto, a situação da Igreja no Novo Mundo não era menos difícil por ter a religião católica como oficial. Espanha, Santa Sé e Hispano-América formavam um tripé geopolítico e religioso bastante delicado e costurado pelo instituto do *Real Patronato*. Ante o pendular equilíbrio europeu e a dificuldade de Roma em organizar e financiar a própria estrutura e a propagação da fé no Ultramar, muitos eclesiásticos espanhóis reconheciam ter o rei da Espanha, de qualquer forma, muito mais a lhes oferecer do que o papa distante em Roma.

### *3. A difícil questão do padroado*

Foi assim que a coroa de Castela assumiu o controle da vida da Igreja de maneira até então não vista na Europa. O poder espanhol reservava-se o direito de indicar candidatos aos cargos eclesiásticos na Hispano-América, em todos os níveis, além de assumir o dever de pagar salários e construir e dotar as catedrais, as igrejas, os mosteiros e os hospitais com dízimos cobrados sobre a produção agrícola e pecuária. Esse direito da monarquia espanhola – o padroado – foi não só concedido como ratificado pela Santa Sé várias vezes. Toda e qualquer comunicação entre as Índias e Roma deveria ser submetida à

aprovação do Conselho das Índias<sup>11</sup>, fazendo com que a cristandade do Novo Mundo gravitasse por Madri, e não por Roma, como era comum.

Com as lutas pela emancipação, criaram-se problemas para o papado quanto às suas relações com a Espanha e com as repúblicas incipientes. Tais problemas eram tanto religiosos quanto políticos, originados do poder temporal e espiritual do pontífice. A principal questão política com a qual o Vaticano se confrontava era: deveria a Santa Sé reconhecer a independência das repúblicas hispano-americanas?<sup>12</sup> A resposta a essa questão não era simples. O papa estava vinculado de forma inequívoca à coroa espanhola, o que, no âmbito político, o inclinava a não ouvir as reivindicações hispano-americanas quanto ao desejo de reconhecimento das independências pela Santa Sé. Todavia, no campo religioso, a questão era mais complexa. Não se sabia por quanto tempo duraria o padroado do rei espanhol sobre a Igreja americana e, se caso chegasse ao fim, havia a preocupação sobre que tipo de poder substituiria o da coroa e como se relacionaria com Roma.

A Igreja hispano-americana não se comunicava diretamente com o Vaticano por causa do controle espanhol. A progressiva desorganização da Igreja do Ultramar, com sedes episcopais vacantes – em razão tanto do exílio como por morte de alguns bispos – levou os emancipacionistas a tentarem um contato com a Santa Sé, se não político, ao menos religioso. Do lado da monarquia espanhola, o rei argüia que qualquer contato oficial entre o papado e as colônias seria interpretado como reconhecimento político e contra os interesses espanhóis. Além do mais, esse contato seria visto pela coroa como uma invasão ao antigo direito do *Real Patronato de Índias*, isto é ao padroado. Contudo, quando o papa

---

<sup>11</sup> Essa aprovação era conhecida como *pase regio* ou *exequatur*. A Igreja na América tinha função precípua de apressar a submissão e a europeização dos índios e pregar lealdade à coroa de Castela. Qualquer resistência por parte da Igreja em cumprir tal missão, implicava problema político, devendo ser resolvido pelo Conselho de maneira conveniente.

<sup>12</sup> MECHAM, John Lloyd. *Church and State in Latin America*. North Carolina: Chapel Hill, 1966. p. 61.

decidiu, mais tarde, restabelecer a hierarquia da Igreja hispano-americana, dizia fazer isso em nome apenas da religião, e não da política. Prometeu ao rei que assim que a autoridade espanhola fosse reconquistada na América, o direito da coroa sobre o padroado seria restaurado. Para os governos hispano-americanos, o papa anunciava que o padroado seria revertido para o papado, sua fonte original, e que era apenas uma concessão, e não uma característica inerente à soberania. Essa posição entrou em choque com as novas repúblicas que se consideravam herdeiras do direito do *Real Patronato*<sup>13</sup>. Talvez seja exatamente essa a questão que mais provoque tensões na tentativa de relacionamento entre a Santa Sé e a Hispano-América.

#### *4. Contatos da Santa Sé com a Hispano-América*

Na verdade, nas primeiras fases da emancipação, até cerca de 1820, o Vaticano não se aproximou por iniciativa própria, nem deu muita atenção aos separatistas hispano-americanos. A Santa Sé achou imprudente apoiar as independências, e injusto romper com o padroado vigente, enquanto o rei da Espanha reivindicava seus direitos por via diplomática e pelas armas na Hispano-América e enquanto, também, todas as outras potências, inclusive os EUA, ou apoiavam Espanha, ou se mantinham em expectativa reservada<sup>14</sup>. Da parte dos novos governos, também não houve contato com Roma até 1820. Quando a partir de 1810 iam-se concretizando os ideais revolucionários, a busca por apoio orientava-se em direção a mais de um lugar. Diga-se ainda que de 1810 a 1814 era quase impossível pensar em estabelecer relações sérias com o papa, que estava como prisioneiro de Napoleão, ou com a cúria, dispersa pela Europa.

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>14</sup> LETURIA, Pedro. *La acción diplomática de Bolívar ante Pío VII (1820-1823) - A la luz del Archivo Vaticano*. Caracas: Ed. La Gran Pulperia de Libros Venezolanos C.A., 1984. p. 38.

Porém, a aproximação da Hispano-América com a Santa Sé aconteceu de forma casual. Em 1812, Bolívar consegue que o venezuelano Manuel Palacio Fajardo parta para Washington como agente diplomático a fim de conseguir o apoio dos Estados Unidos por meio do embaixador da França naquele país, Serurier, tendente às independências. Este aconselhou o enviado de Bolívar a partir para a França e contatar o Ministro do Exterior, o duque de Bassano. Desde 1809, Napoleão vinha-se declarando a favor das independências hispano-americanas, uma vez que esses movimentos feriam os interesses da Espanha e Inglaterra, unidas contra a França. Nesse sentido, foi Napoleão quem se utilizou da presença de Pio VII em Fontainebleau em favor dos interesses da autonomia *criolla*<sup>15</sup>. O papa deveria ratificar a nomeação dos bispos apresentados pelos novos governos republicanos. Essa atitude de valorização do pontífice pelo ditador francês nada tinha de despreziosa. Vinha em direção da necessidade de apoio dos católicos franceses e do Reno para reparar as grandes perdas após a derrota na Rússia somada ao desejo de enfraquecer a Espanha.

Fajardo, por sua vez, conseguiu contato com o papa, que estava sem a companhia de seus cardeais e fragilizado por haver acabado de assinar uma concordata de 11 artigos com Napoleão, documento bastante prejudicial ao poder papal. O pontífice ficou admirado pelos acontecimentos daquelas revoluções não lhe terem sido transmitidos ainda por algum dos responsáveis eclesiásticos daqueles países. Tal admiração demonstra, primeiro, como Roma estava isolada do que se passava na América; segundo, como a Santa Sé achava prematura qualquer medida política ou religiosa enquanto não chegassem informações mais precisas e diretas dos eclesiásticos hispano-americanos.

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 77.

As gestões feitas em Paris, com a aproximação de Fajardo ao papa, afetariam, mais tarde, a aproximação dos Congressos e cabidos hispano-americanos em face da Santa Sé. Em primeiro lugar, porque esse contato teve uma dimensão religiosa, buscando adesão ao centro do catolicismo a fim de remediar as necessidades da Igreja nos novos Estados. Em segundo lugar, porque teve uma dimensão política, interpretando qualquer concessão espiritual como aquiescência ao movimento revolucionário, principalmente se esse consentimento fosse dado mediante uma bula pontificia que acabasse com a oposição dos realistas. Com a derrota de Napoleão, as negociações estancaram-se e surgia uma nova situação política e européia, que influenciaria a atitude da Santa Sé até 1820.

##### *5. Reação legitimista européia em 1815*

Ao final de 1814, com a restauração de Fernando VII ao poder, os movimentos emancipacionistas na América sofreram grandes derrotas e presenciaram retrocessos. Resistiam apenas as revoluções de Nova Granada e a do Rio do Prata e, mesmo assim, fragilizadas. A situação era tão difícil que Rivadavia, representante do Prata na Europa, felicitava Fernando VII por sua volta ao trono em 1815<sup>16</sup>. Na Europa, o estabelecimento do Congresso de Viena representava uma reação absolutista e reacionária frente ao equilíbrio de poderes europeus, por meio do seu braço armado, a Santa Aliança. Todo esse quadro contribuiu para que Fernando VII visse as revoluções hispano-americanas, entre 1814 e 1815, como uma conseqüência superada da Revolução Francesa e da onda liberal que se abateu sobre a Espanha e se espalhou pela Península Ibérica com a proclamação da Constituição Liberal de Cádiz, de 1812. Nesse sentido, deveria procurar-se

---

<sup>16</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 87.

na Hispano-América a volta à legitimidade absoluta e à máxima união com a Santa Sé, que havia sido atacada pela França como havia sido Espanha.

As sedes episcopais do Novo Mundo continuavam vacantes, o que causava um problema para o projeto de restauração legitimista e vinculação à Santa Sé. De 1814 a 1820, tentou-se dirimir a questão, de maneira rápida, com provisão canônica dessas sedes, contando com o comum acordo entre Madri e Roma. Roma, por meio de Consalvi, dedicou-se ao máximo a atender às necessidades espirituais da Hispano-América sem ferir a legitimidade política espanhola. Antônio Vargas Laguna, embaixador espanhol em Roma, foi o responsável pela harmonia e legitimidade entre Espanha e Santa Sé. Contava com prestígio entre os cardeais e o papa, com quem sempre esteve em contato, mesmo quando da sua prisão por Napoleão. Era, também, amigo pessoal de Consalvi, o que permitia que trabalhasse pelos interesses espanhóis de forma eficiente. A presença do embaixador da Espanha em Roma foi fator essencial nos avanços da política monárquica espanhola, no que diz respeito às relações entre Santa Sé e Hispano-América. Tanto foi assim que, enquanto Vargas Laguna foi embaixador em Roma, as repúblicas nascentes sentiram maior dificuldade em buscar apoio do papado. Como se verá mais à frente, os períodos de aproximação entre Santa Sé e Hispano-América deram-se quando Vargas Laguna esteve afastado da embaixada em razão da tomada do poder pelos liberais em Espanha, ou em razão de sua morte.

Entretanto, como o número de sedes vacantes no Ultramar era bem significativo, a Santa Sé viu-se forçada a aceitar bispos *criollos* para as cadeiras episcopais. O monarca espanhol consentiu na escolha, possibilitando o preenchimento dessas sedes de 1808 a 1814, o que foi um benefício espiritual relevante para a América. Só que a partir de

1820, em razão de divergências políticas, as autoridades dos vice-reinos e o próprio monarca promovem a retirada de alguns bispos. Atenta à consecução de uma política neutra, a Santa Sé não acreditou ser oportuno opor-se a tais atitudes, contentando-se em mostrar sua insatisfação a seu núncio em Madri, ao qual se queixou por motivos econômicos e pela política da coroa espanhola. A retirada desses bispos não foi compensada pela nomeação de outros, o que levou a Hispano-América a um quadro desolador de total desprovimento de prelados<sup>17</sup>.

#### 6. *Encíclica Etsi Longissimo, 1816*

A necessidade de se recorrer à Santa Sé era clara. Estava disposto na Constituição da Cundinamarca, de 27 de novembro de 1811, que

“al fin de evitar el cisma y sus funestas consecuencias con preferencia a cualquier otra negociación, se entablarán relaciones con la Santa Sede para negociar un concordato y la continuación del patronato que el gobierno tiene sobre la Iglesia de estos dominios.”<sup>18</sup>

Esse desejo também ficou claro com as primeiras tentativas de contato de Fajardo com Pio VII, ainda que casual no início. Assim, após não ter conseguido o apoio concreto que desejava do papa Pio VII – com a divulgação de uma bula a favor da emancipação – Palacio Fajardo passou a temer que a diplomacia espanhola a conseguisse em favor dos interesses da coroa de Fernando VII:

“No estoy lejos de creer que, por más adicto que se le suponga [ao papa] a las instrucciones antiguas, deje de prever la caída de un despotismo decrepito que lucha por la libertad... Y

---

<sup>17</sup> Em 1819, a América Central possuía três bispos ao todo.

<sup>18</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 75

su silencio, en un tiempo en que el Gabinete de Madrid quería incendiar la América con los rayos del Vaticano, es una prueba manifiesta de su despreocupación.”<sup>19</sup>

Apesar desse temor, é pouco provável que Fernando VII, ou mesmo Vargas Laguna, tenham pensado em apoio parecido do papa. Afinal, já consideravam o pontífice fortemente vinculado aos compromissos que tinha com a coroa espanhola, para agir de maneira contrária a ela. Com as vitórias militares recém-presenciadas na América, não acreditavam ser possível que Pio VII se manifestasse de qualquer modo em direção a um reconhecimento da legitimidade dos governos republicanos do Novo Mundo. Por isso, é precipitado crer que Fernando VII tenha adotado política tão racional e previsiva, uma vez que sua fraqueza como dirigente estava distante do brilho da política externa estrategista de Carlos III.

A idéia de conseguir do sumo pontífice um documento a favor dos interesses espanhóis, porém, surgiu de um genovês, funcionário dos correios da Espanha em Roma, Francisco Badán. Esse italiano, que estava sempre às voltas com a preocupação de levantes contra a Espanha, acreditou que havia um forte risco da coroa espanhola perder as Américas, mesmo diante das recentes vitórias da Monarquia. Para que isso não acontecesse, sugeriu ao rei espanhol, por meio de carta “reservadíssima”, e sem conhecimento de Vargas Laguna, que conseguisse apoio de Pio VII como meio eficaz para evitar a separação da Espanha do Ultramar. Para Badán, se o papa escrevesse uma encíclica a todos os bispos da Espanha e Hispano-América conseguiria manter a unidade do império.

---

<sup>19</sup> MANCINI, J. *Bolívar et l'émancipation des colonies espagnoles des origines à 1815*. Paris, 1912. p. 533; GIL FORTOUL, J. *Historia Constitucional de Venezuela*. Caracas, 1930, p. 504-505 *apud* LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 97.

O rei permitiu que Badán prosseguisse em seu intento, conversando com Pio VII, mas advertiu em segredo a Vargas Laguna dos propósitos do genovês. O embaixador espanhol em Roma, em situação que mostra de forma nítida a dimensão da sua influência sobre o papa, pediu que Pio VII o recebesse e tomasse conhecimento mais aprofundado do que pretendia o italiano. Após esse encontro, o embaixador espanhol em Roma escreve ao rei e diz que apesar de reconhecer a lealdade de Badán para com a coroa espanhola, vê vários inconvenientes tanto na pessoa de Francisco Badán quanto na idéia de uma encíclica contra os inimigos da Espanha e seus desígnios.

Vargas Laguna não havia gostado da atitude do diretor dos *Correos Nacionales* em Roma, que tentou excluí-lo das negociações com o papa. Além do mais, o embaixador espanhol era dotado de realismo político e de boa percepção sobre o jogo de forças no problema da Espanha e suas colônias. Badán queria, mediante uma encíclica, paralisar a ação dos estrangeiros inimigos de Espanha, mas, para Vargas Laguna, não estava claro quais inimigos seriam estes e nem o que pretendiam. E mesmo que tais inimigos fossem identificados, era pouco provável, também, que uma exortação de lealdade ao rei, pelo papa, convencesse os rebeldes hispano-americanos. Por todos esses inconvenientes, Vargas Laguna achou melhor propor ao pontífice a suspensão de qualquer negociação com Badán, ou de qualquer resolução quanto ao problema, e esperar instruções de Madri.

Em março de 1815, o papa foi forçado a deixar Roma em razão dos avanços das tropas de Napoleão de Nápoles ao Estado da Igreja. O embaixador espanhol recebeu instruções da coroa para acompanhá-lo e auxiliá-lo no que fosse necessário, com o que ganhou a gratidão do pontífice. Depois, com a queda de Napoleão, a instalação do Congresso de Viena e a volta da corte pontifícia a Roma, a situação também equilibrava-se

em Madri. Diante das vitórias que obteve na Hispano-América, a Espanha acreditava ser o momento de retomar o projeto de uma encíclica pontifícia a favor da legitimidade na América e da reconciliação com a coroa espanhola. A encíclica já não teria mais objetivos nebulosos<sup>20</sup> de Badán, mas seria representante de uma conjuntura favorável para a exortação dos bispos americanos à causa espanhola.

Vargas Laguna foi encarregado por Cevallos, ministro de Estado da Espanha, a conseguir tal encíclica do papa. A situação política da Secretaria de Estado do Vaticano era bastante oportuna para o intento, em razão da relativa calma que se alcançou com a vitória sobre Napoleão. Em 22 de janeiro de 1816, Vargas Laguna apresentou a petição para uma encíclica que exortasse a obediência dos rebeldes da América, ao que Pio VII aceitou de imediato. Some-se a isso o fato do cardeal Consalvi ter tido empenho em acelerar o despacho, escolhendo a via mais rápida para divulgação do documento<sup>21</sup>. Domingo Testa – ex-núncio em Madri, estimado por Fernando VII e encarregado de redigir a encíclica – foi tão ágil em cumprir seu dever que, oito dias depois da petição, a 30 de janeiro de 1816, o breve (escrito papal que contém decisão de caráter particular) já estava pronto<sup>22</sup>. Vargas Laguna pôde incluí-lo no correio oficial no mesmo dia. Na realidade, este tipo de breviário não era promulgado diretamente pela Santa Sé. O procedimento utilizado, neste caso e nos outros, era entregar o documento original ao embaixador e uma cópia ao núncio, e o rei o publicava.

### *7. O que representava a encíclica de Pio VII ?*

<sup>20</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 107.

<sup>21</sup> O encargo da redação foi dado ao *abbreviator curiae* e secretário das cartas aos príncipes, monsenhor Domingo Testa. Na organização da cúria de então, podia-se expedir os breviários pontifícios ao menos por três secretarias: a de Breves, a de Memoriais e a de Estado. Esta última continha três seções: a de Carta aos Príncipes, a de Cartas Latinas e a de Cifra. Cada secretaria era coordenada por um cardeal.

<sup>22</sup> Conferir encíclica de Pio VII no Anexo 1, Documentos 1 e 2, p. 150-153.

Essa encíclica, *Etsi Longissimo*, de 30 de janeiro de 1816, conforme Leturia<sup>23</sup> e Mecham<sup>24</sup>, correspondia à mentalidade do papa e sua cúria no momento em que foi expedida. Pio VII e Consalvi consideravam os movimentos *criollos* como reflexo das revoluções europeias e, por isso, foram chamadas de sedição e rebelião pelo papa, como se vê:

“... hemos creído propio de las Apostólicas funciones que, aunque sin merecerlo, Nos competen, el excitaros más con esta carta a no perdonar esfuerzo para desarraigar y destruir completamente la funesta cizaña de alborotos y sediciones que el hombre enemigo sembró en esos países.”<sup>25</sup>

Propunha aos espanhóis da América o exemplo de lealdade dos espanhóis da Península, estando convencido de que os bispos e clero do Ultramar haviam sido fiéis em seus deveres para com a coroa.

Não se deve acreditar, como Leturia, que “el manso pontífice Pio VII la dió [uma recomendação de obediência e concórdia] en funciones de sacerdote más bien que de juez o soberano”<sup>26</sup>. O papa, que não tinha força política diante da Espanha, estava seguindo instruções de Madri. Quem dominava a política de Estado vaticana era seu secretário Consalvi, que preferia estar bem com a coroa espanhola. Para não entrar em conflito com a coroa, em razão dos vínculos com o padroado real, Consalvi não hesitava em atender aos interesses do rei Fernando VII. Não que o secretário de Estado Consalvi fizesse isso contra o papa, ou mesmo contra a Hispano-América, mas, sendo um político habilidoso,

---

<sup>23</sup> LETURIA, Pedro. *La acción diplomática de Bolívar ante Pío VII (1820 -1823) - A la luz del Archivo Vaticano*. Caracas: Ed. La Gran Pulperia de Libros Venezolanos C.A., 1984. p. 80.

<sup>24</sup> MECHAM. *Op. cit.*, p. 64.

<sup>25</sup> Conferir encíclica de Pio VII no Anexo 1, Documentos 1 e 2, p. 150-153.

<sup>26</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 114.

compreendia as vantagens que teria a vinculação do papado a Madri: estaria fora do alcance da fúria de Fernando VII, ao mesmo tempo que preservaria o papado e o padroado.

Na verdade, isso tudo estava de acordo com a política de Estado de Consalvi que, ainda que possuísse espírito moderado e aberto, não era um reformador liberal. Ao contrário, era partidário do despotismo ilustrado e estava convencido que a Santa Sé deveria guardar sua independência, o que, para ele, era incompatível com um governo constitucional. Isso fazia com que o cardeal de Pio VII estivesse cada vez mais isolado das decisões da cúria, incentivadora de resistência sistemática à política de Consalvi. Este dava preferência à diplomacia, em vez de preocupar-se com os problemas religiosos. Tinha o desejo de melhorar as relações com os países católicos – Inglaterra e Rússia, em particular –, de consolidar a posição do papado no concerto europeu e, sobretudo, de assegurar a representação institucional da Igreja ante os governos<sup>27</sup>.

Fernando VII, por sua vez, defendeu o papa na invasão napoleônica. Pio VII chamava-o de defensor da Igreja em seus Estados e rei verdadeiramente católico em submissão à Santa Sé. O rei aproveitava a lealdade do pontífice evitando que o Vaticano e o padroado caíssem em mãos francesas e fortalecessem a França e as revoluções. Talvez esse jogo de forças que buscava um equilíbrio de poderes com a França não estivesse muito claro para Fernando VII, que não tinha uma política exterior bem definida e que tentava um processo reformista indeciso e frustrado<sup>28</sup>. No entanto, foi útil na manutenção dos privilégios do padroado ainda por algum tempo.

Não se pode pensar, também, que a encíclica de 1816 tenha sido uma declaração pragmática e definitiva contra os movimentos hispano-americanos. Mesmo em

---

<sup>27</sup> JEDIN, Hubert. *Op. cit.*, p. 181.

<sup>28</sup> ZAMORA, José Jover. *Op.cit.*, p. 126.

1816, o intento separatista dos *criollos* ainda não era algo muito visível para a Santa Sé, até quanto ao caso platino, que já era mais evidente. O papa estava isolado dos acontecimentos hispano-americanos e vinculado aos compromissos legitimistas com a coroa espanhola. Não tinha uma política exterior nítida em relação ao reconhecimento ou não das repúblicas do Novo Mundo, nem poderia ter enquanto não recebesse notícias dos bispos americanos ou enquanto recebesse notícias por meio de Madri.

Dessa maneira, em 1817, Consalvi anunciava que não receberia nenhuma espécie de comunicação dos governos rebeldes da América. Disse isso motivado pelo protesto do embaixador espanhol em Roma pedindo para que o santo padre não confirmasse a ação do Congresso de Tucumán que proclamava Santa Rosa de Lima como padroeira da independência. Essa decisão vinha no rastro de uma série de disposições pontificias legitimistas inspiradas no espírito do breve de 1816<sup>29</sup>. Em agosto de 1816, o papa havia concedido a Fernando VII cargos episcopais, créditos das vendas dos cabidos das catedrais e dos conventos da Península para equipar o exército e frota que começava a se preparar em Cádiz contra Buenos Aires. Em janeiro de 1817, havia prometido ao cabido mexicano rezar pela obediência ao rei Fernando VII, pela mútua concórdia e pela paz estável e duradoura. E, em maio de 1817, o papa dirigia um documento ao ministro de Estado espanhol, Cevallos, no qual propunha o mundo como protótipo de lealdade espanhola em relação ao rei. Orientava todas essas disposições rumo ao legitimismo espanhol e à sua ligação a ele.

#### *8. Efeitos da encíclica na Hispano-América*

---

<sup>29</sup> Este breve assumiu o caráter de encíclica porque circulou como orientação entre os bispos da Espanha e Hispano-América.

Apesar da encíclica de exortação do papa, não se conseguiu criar uma convicção legitimista onde esse sentimento não existia antes. Se os lealistas obedeceram ao chamado da Santa Sé foi muito mais como atitude de corroboração do que de inovação. Nos lugares onde os breves anteriores não haviam contribuído para a adesão ao legitimismo espanhol, as pessoas não foram convencidas da necessidade de adotar tal política com a expedição da encíclica de 1816. Nos casos da Venezuela e Nova Granada, por exemplo, o documento pontifício transformou-se em “armas de excomuniones violentas y sarcasmos irreverentes, de odios y nuevas escisiones, de combates y de sangre.”<sup>30</sup>

A pouca eficácia alcançada pela encíclica *Etsi Longissimo* não significou que a autoridade pontifícia tinha pouca importância na América. Ainda que os jornais republicanos atacassem a encíclica, evitaram atacar a figura de Pio VII, contentando-se em pôr em dúvida a legitimidade do documento, pois só o conheciam em texto publicado pela *Gaceta de Madrid*, ou imaginando conspirações e artimanhas do embaixador espanhol em Roma e de outras potências que não apoiavam as independências hispano-americanas.

Os vice-reinos de Nova Granada e Peru são exemplos claros do efeito da encíclica na América. Onde imperava a legitimidade regalista, os bispos a acolheram com comentários entusiastas. Nas regiões onde havia renascido a guerra, contudo, como em 1817 na Venezuela, e desde 1819 em Nova Granada, criou-se uma polêmica avassaladora entre bispos e gazetas republicanas. Estas punham em questionamento a autenticidade e condições em que foi escrito o documento. Pode-se dizer que, no eixo tendente ao liberalismo religioso, não houve mudanças estruturais mais graves quanto às relações com a Santa Sé, como se verá na Argentina e Chile, por exemplo. No México e no Peru, que

---

<sup>30</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 151.

representavam um eixo mais inclinado ao conservadorismo em relação à Igreja, a situação permaneceu como estava, com mais ou menos intensidade na recepção da encíclica papal.

Nas Províncias Unidas do Prata, que vinham conseguindo manter uniformidade em seu processo de independência, não houve maior polêmica quanto à autenticidade ou não da encíclica de 1816. O efeito da publicação do documento, a meu ver, foi um pouco mais profundo e com conseqüências que iriam influenciar as relações futuras do Prata com a Santa Sé de maneira irremediável. Não há alusão à encíclica na correspondência de Buenos Aires com os diplomatas espanhóis de 1816 a 1820, como não há indícios de que a encíclica tenha sido publicada na Argentina. No entanto, tal publicação juntou-se ao estabelecimento do Congresso de Tucumán que proclamava separação total da Espanha em 09 de julho de 1816, o que paralisou indiretamente a aproximação oficial do novo Estado com a Santa Sé. Neste mesmo período, o cardeal Consalvi declara que não daria ouvidos aos insurgentes de Tucumán<sup>31</sup>.

Mesmo ante a orfandade das igrejas do Prata – que em 1819 foi absoluta – o governo platino absteve-se de enviar uma missão a Roma, apesar de mais tarde ser o primeiro a conseguir avanços da Santa Sé quanto à Hispano-América. O motivo alegado para tal distanciamento foi a permanência da vinculação do papa à Espanha pelo padroado, pois ao não reconhecer a autonomia da América, o papa reconhecia, em contrapartida, seus direitos sobre a coroa espanhola.

De acordo com Leturia<sup>32</sup>, por causa dessa atitude que em 1818 a Argentina criou o conceito jurídico de **epiquéia**, ou seja, de interpretação moderada e prudente das

---

<sup>31</sup> MECHAM. *Op. cit.*, p. 64.

<sup>32</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 121.

leis segundo as circunstâncias. Na prática isso significava dizer que, enquanto não se conseguisse uma comunicação com a Santa Sé e se firmassem as concordatas correspondentes, o supremo poder utilizar-se-ia dela para intervir nos negócios eclesiásticos que dependessem de recurso a Roma. Embora esse princípio fosse forjado sobre um forte sentimento de autonomia, não chegou a fazer nomeações ou consagrações de bispos por conta própria nem formou dioceses sem pedir aquiescência ao papa. Por não ultrapassar o limite da competência religiosa do sumo pontífice, o princípio da epiquéia dos argentinos não afrontou a Santa Sé. Essa política Argentina marcou o isolamento nas questões religiosas, que só começaria a ser resolvido a partir de 1820.

Na Grã-Colômbia, havia uma tensão que revelava a forte influência da Igreja sobre o povo hispano-americano e, em especial, o respeito ao papa. A publicação do breve de Pio VII foi feita pelo provisor de Caracas, que era regalista convicto, Manuel Vicente Maya, governador daquela Igreja em nome do arcebispo Coll y Prat, exilado na Espanha. O prelado clamou pela obediência a Fernando VII, “al más amable de los reyes, al defensor de vuestra fe y al feliz resorte de vuestra felicidad temporal”<sup>33</sup>.

Tal exortação, por um lado, provocou resistência em muitos lugares e foi aquecida pela Guerra Civil em 1817, na Venezuela. Por outro lado, provocou protestos sarcásticos dos independentistas, que se recusavam a confirmar a fidedignidade do documento papal<sup>34</sup>. Assim, quando em 1818 os delegados da Grã-Colômbia foram enviados para Londres e Roma em missão diplomática, utilizaram-se de outro documento de Pio VII

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>34</sup> “...aunque este mismo gobierno [o governo espanhol], opresor y desolador de la América, se jacta de ser auxiliado por el sucesor de san Pedro contra la emancipación y felicidad de estos países, sus fieles habitantes han tenido por apócrifas las letras de la Curia romana, publicadas y circuladas como comprobantes del auxilio.” Germán Roscio, presidente do Congresso de Angostura, Grã-Colômbia *cit in* LETURIA, *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*.v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 127.

a fim de corroborar a causa hispano-americana, e não da encíclica de 1816. O documento utilizado foi a homilia que Pio VII, ainda como bispo de Ímola, pronunciou em 1797 quanto às táticas de Napoleão na Itália. Tal bula prestava submissão à República Cisalpina e louvava a democracia conforme o evangelho, texto que dava base aos republicanos *criollos* para questionarem a política legitimista do pontífice.

### 9. Atitude de Bolívar em relação à encíclica

A polêmica que se deu com a publicação da encíclica em Nova Granada foi tão ou mais acirrada do que nos outros lugares hispano-americanos onde foi divulgada. Bolívar, estadista de boa percepção política, compreendeu a eficácia das exortações pontificias sobre a população católica de Nova Granada. Nesse sentido, procurou deixar claro que a religião católica não devia temer a emancipação, mas sim encontrar nela o respeito e proteção que não havia achado no governo regalista<sup>35</sup>.

A fim de corroborar essa posição, Bolívar pediu ao provisor da arquidiocese de Bogotá que publicasse uma pastoral capaz de abafar os efeitos da encíclica de Pio VII. Francisco Javier Guerra, regalista, mas vinculado ao Libertador por tê-lo mantido na diocese, não quis entrar em atrito com a Espanha e pediu para que o cabido Nicolas Cuervo o fizesse. Cuervo entregou a pastoral a Bolívar um mês depois e utilizou como modelo o breve do papa anterior, Pio VI, conseguido por Napoleão a favor do diretório francês em 1796. Bolívar, apesar de ter aceito a pastoral, criticava a falta de veemência em seu conteúdo. Todavia, o mesmo documento sofreu críticas ainda mais ferozes do bispo espanhol de Popayán. Este tomou a pastoral de Cuervo como um insulto à religião e como corroboração do caráter destruidor dos revolucionários, acusando-os de exilar e perseguir

---

<sup>35</sup> Em setembro de 1819, quando Bolívar entra em Bogotá, faz celebrar a vitória com um *Te Deum*, hino de ação de graças. Também utiliza o clero para que divulgue os ideais republicanos.

bispos e cometer crimes. Quanto à analogia ao breve de Pio VI, dizia não poder ser admitida, uma vez que em 1797 a revolução já estava estabilizada na França.

Apesar da polémica causada pela encíclica nas diferentes regiões hispano-americanas e da marca legitimista do documento, é bom que se tenha em vista o caráter de exortação da encíclica, e não de punição ou excomunhão. É provável que Bolívar tenha tido essa percepção e, por isso, tenha agido para incentivar exortações dos prelados responsáveis pelas dioceses hispano-americanas a favor da causa da independência. Em um país católico, a influência dos religiosos representava um poder do qual valia mais a pena utilizar-se do que combater.

#### *10. Traços de uma nova política internacional*

Embora Bolívar tenha percebido isso, e apesar de outras repúblicas *criollas* também terem progressivamente desejado aproximar-se de Roma e herdar o direito do padroado, a situação só começava a apresentar-se favorável aos contatos a partir de 1820. Nesse período, a Espanha voltou a perder território na Hispano-América; sofreu com a Revolução Liberal de Cádiz e enfrentou os primeiros reconhecimentos das independências hispano-americanas pela Inglaterra. É nesse momento também que Roma pôde respirar um pouco, longe da influência de Laguna e Fernando VII, como se verá no capítulo seguinte.

Até então, o rei tinha o verdadeiro domínio político e o direito do exercício do padroado estava em pleno vigor. Assim, a Santa Sé estava mais do que compromissada com o governo espanhol e apoiada pela Santa Aliança. Rosa Maria Martínez de Codes<sup>36</sup> acredita que, com a campanha anti-jesuítica começada desde meados do século XVIII por

---

<sup>36</sup> CODES, Rosa Maria Martínez. *La Iglesia Católica en la América Independiente, siglo XIX*. Madrid: Ed. MAPFRE, 1992. p. 21.

Carlos III, a Igreja tenha perdido a força de vanguarda ante o Estado, principalmente quando do começo das independências, o que agravou a situação de vinculação ao poder real. A ofensiva regalista contra a Companhia de Jesus ofereceu os meios necessários para colocar o aparato eclesiástico sob um controle estatal muito mais rígido.

Mas, seja como for, diante do novo cenário internacional que se desenhava a partir de 1820, a Santa Sé, mesmo não querendo, teria que se ajustar às mudanças. Tomava tal atitude tanto para evitar perdas maiores na América, em razão de possíveis cismas, como para manter a integridade do Estado da Igreja, ameaçado pela onda liberal européia. Por meio desse movimento pendular, que variava entre reações regalistas e liberais, o Vaticano marcaria sua política externa com atitudes concordes à necessidade do momento. É nessa direção que abandonaria a política legitimista adotada até 1820 em relação aos movimentos de independência hispano-americanos para assumir posição de neutralidade, a partir do momento que a perda das colônias parecia irreversível, o padroado ameaçado e a própria Santa Sé sofria com os preceitos liberais de Cádiz.

## **Capítulo 2:**

## **Deveres do altar: aproximação religiosa e neutralidade política**

### **altar: aproximação religiosa e neutralidade política**

*“Hago la reflexión de que el doble carácter del Santo Padre en lo espiritual y temporal le colocan, por el lado religioso, en una posición más delicada y embarazosa, que a todos los demás soberanos, por razón del daño que podía acarrear a la religión el enojo de una repulsa.”*

*Pio VII, 1822.*

A neutralidade política em relação ao reconhecimento das independências hispano-americanas, que seria adotada pela Santa Sé a partir de 1820, não está vinculada senão à visível mudança do quadro político mundial de então. Os movimentos de independência do Novo Mundo haviam recobrado o fôlego e faziam-se inevitáveis. Na Espanha, e depois em Portugal, explodia a revolução liberal. Será a partir de 1820 que a possibilidade de obter-se o reconhecimento das independências pelo Vaticano torna-se maior. A documentação examinada me leva a crer que as repúblicas insurgentes não souberam tirar proveito adequado desse momento, mas é certo que, entre 1820 e 1823, o papa Pio VII reconheceu que os interesses espirituais da América Espanhola não podiam ser ignorados por causa de uma tradição legitimista e que se fazia necessário tratar os problemas eclesiásticos de maneira apropriada.

Na Hispano-América, Lima, no Peru, havia sido tomada por San Martín, enquanto Bolívar vencía em Carabobo, Venezuela. O Tratado de Córdoba, firmado entre argentinos e espanhóis, apenas aumentava a convicção do papa sobre a perda irreversível das colônias pela Espanha e de que o exercício do padroado estava ameaçado. Havia risco de que, pela falta de comunicação das igrejas hispano-americanas com Roma, fosse paralisada a organização eclesiástica na América Espanhola ou, na pior hipótese, nascesse um sério cisma representando um colapso da Igreja Católica na América. O dilema que enfrentaria Pio VII era árduo. Como sumo pontífice era seu dever sustentar a fé na América, com a provisão de líderes espirituais adequados. Em contrapartida, suprir a necessidade desses líderes por indicação da Espanha, como de costume, em razão do padroado, representaria um insulto aos hispano-americanos. Da mesma maneira, passar por cima do direito em decadência, mas ainda existente, do real padroado espanhol traria a possibilidade de cisma do lado da coroa. A Santa Sé encontrava-se na difícil situação de ter que escolher entre ceder ou resistir, sem que perdesse muito com a escolha feita.

No entanto, no momento que a Santa Sé estava absorva no dilema da provisão de prelados para a Hispano-América<sup>1</sup>, estabeleceu-se o governo constitucional liberal na Espanha, como resultado da revolta de 1820. Esse novo governo fez aumentar ainda mais os receios do papa tanto em relação a Madri quanto à América Espanhola<sup>2</sup>. Em janeiro de 1823, o núncio em Madri foi expulso e foram promulgadas medidas anti-clericais que atacaram direitos, seminários e bens eclesiásticos. Para o papa era complicado seguir apoiando um governo que, se acaso conseguisse restabelecer a autoridade perdida na

---

<sup>1</sup> Note-se que ainda não se pensava em reconhecimento das independências, o que seria precipitado, pois não existia entendimento de nenhuma potência a esse respeito.

<sup>2</sup> MECHAM, John Lloyd. *Church and State in Latin America*. North Carolina: Chapel Hill, 1966. p. 65.

América, traria danos irreparáveis à Igreja tanto na Península Ibérica quanto no Novo Mundo.

O equilíbrio europeu também se achava ameaçado pela crise espanhola. A situação na Espanha causou tanto alarme que a Santa Aliança, em 1823, enviaria um exército (os “Cem mil filhos de São Luís”) a fim de repor Fernando VII no poder. Antes disso, porém, o governo liberal espanhol ainda teria tempo de espalhar sua ideologia pela Península Ibérica e inspirar também, na outra parte da Europa, a revolução napolitana, que punha em alerta a paz geral europeia e a legitimidade das grandes potências. O governo liberal espanhol disseminou o terror na Igreja à medida que fechou metade dos conventos, expulsou jesuítas, nacionalizou inúmeros bens eclesiásticos, aboliu a Inquisição e a censura episcopal<sup>3</sup>. E apesar de todo esse liberalismo, o governo espanhol constitucional não abriu mão de manter seu poder também dentro do sistema europeu, não desistindo de restabelecer sua autoridade na Hispano-América. Em fevereiro de 1822, o ministro espanhol fez circular um documento entre os governos europeus pedindo-lhes que não pusessem obstáculos à reconquista do poder na América, ao que a Espanha nunca havia renunciado.

A resposta do papa Pio VII, ao receber a circular – que lhe pedia para não reconhecer qualquer pedido de independência antes que a Espanha o fizesse –, foi de recusar qualquer adesão às propostas espanholas e declarar a neutralidade da Santa Sé. É bem verdade que essa declaração já vinha sendo mais ou menos delineada pela delicada condição da Igreja ante os governos hispano-americanos, mas só tomou força com a instalação do governo liberal na Espanha.

---

<sup>3</sup> JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. v. VII: “La Iglesia entre la Revolución y la Restauración”. Barcelona: Ed. Herder, 1978. p. 232 (por Roger Aubert ).

Fica claro, assim, conforme Mecham<sup>4</sup>, que o papa não era contrário à idéia de usar o prestígio internacional da Santa Sé com fins políticos, se o poder que apoiasse estivesse de acordo com seus interesses. Todavia, era necessário também que o pontífice encontrasse uma solução, um meio-termo, para os problemas espirituais da América que, com a declaração de neutralidade, se viabilizou de maneira mais fácil e conveniente.

### *1. Momento propício a negociações com o Vaticano*

Diante desse estado de coisas, com prelados expulsos de Madri, a possibilidade de comunicação direta com Roma tornou-se maior, havendo uma liberdade que até então não se tinha tido, pela necessidade de se passar antes pela Espanha. Mudança semelhante aconteceu também na embaixada espanhola junto à Santa Sé. O fiel embaixador Vargas Laguna negava-se a jurar a constituição liberal que Madri lhe impunha, o que o levou a ser retirado do cargo. Em seu lugar assumiu o secretário José Narciso Aparici, na condição de mero encarregado de negócios. Além de lhe faltar eficiência e experiência, tratava apenas de corroborar mais ou menos as ordens que o governo espanhol lhe enviava. É claro que, de sua parte, se encontrava constrangido por representar uma revolução mal vista por todo o corpo diplomático e, principalmente, pelo governo pontifício.

Seja como for, não há como negar que o afastamento de Vargas Laguna, enérgico e influente, possibilitou a aproximação dos agentes diplomáticos *criollos* ao papa. Foi dessa forma que, a partir de 1821, com a vigilância espanhola menos marcante, puderam infiltrar-se em Roma vários agentes da Argentina, México e Chile, mesmo sem portar títulos oficiais, mas estabelecendo contatos diretos com a Santa Sé.

---

<sup>4</sup> *Op. cit.*, p. 66.

As fontes analisadas indicam que o período mais propício a qualquer aproximação entre Hispano-América e Santa Sé tenha sido o período que vai de 1820 a 1823. De acordo com Mecham:

“During those years, Pius VII was in a receptive mood, and undoubtedly, if the Spanish-Americans had been fully aware of their opportunity and had hastened to take advantage of it, they would have been able to secure real concessions from him”.<sup>5</sup>

Há uma clara falha de percepção do momento político extremamente propício à aproximação. Essa falha pode ser explicada, em primeiro lugar, pela lentidão na tomada de decisões e na execução de ações. Como se verá mais à frente, quando os hispano-americanos perceberam a necessidade de enviar missões eclesiásticas especiais e com objetivos definidos para Roma, o absolutismo já havia sido restabelecido na Espanha e o momento oportuno já havia passado. Em segundo lugar, houve a falta de dimensionamento mais apropriado da situação. Isso significa dizer que os agentes hispano-americanos não souberam utilizar a ameaça de cisma, que a Santa Sé tanto temia. Não pretendiam provocar um cisma, mas não se pode negar que este teria sido um bom instrumento de negociação ante um papa temeroso da situação espanhola e declarado, agora, neutro. É possível que, se exercida maior pressão sobre o papa, fosse acelerado o processo de reconhecimento. Os agentes eclesiásticos acabaram por negligenciar a possibilidade de uma atitude papal mais benevolente quando estiveram próximo de consegui-la.

A Hispano-América também não soube ter a iniciativa de atuar como bloco, pressionando o poder pontifício na direção de vantagens para o continente. Talvez, se se houvesse articulado e enviado um representante que respondesse por toda as igrejas da

<sup>5</sup> *Idem.*

América Espanhola, tivesse conseguido algumas concessões papais a mais. Como se verá, a ausência desse pensamento de articulação será sentido quando da tentativa de primeiros contatos com a Santa Sé.

## *2. Primeiras informações sobre a situação hispano-americana*

As primeiras informações sobre a revolução hispano-americana que chegam ao papa vêm das Províncias Unidas do Prata. Vale lembrar que desde 1810 elas haviam mantido sua independência sem interrupções e que, com o princípio da epiquéia, evitaram contatos mais diretos com Roma. Em razão disso, o bispo de Córdoba, Rodrigo Orellana, estava enfrentando dificuldades político-religiosas em sua diocese até 1815, quando foi impedido de exercer sua jurisdição e exigido que reconhecesse o recém-instalado Congresso de Tucumán. Orellana era espanhol e fiel aos direitos da Coroa e viu-se sem saber como lidar com as circunstâncias insustentáveis que se apresentavam. Enviou, em 1818, o primeiro relato sobre as emancipações a Roma. Era um relato pessimista e que não contava as medidas a favor da religião católica e da Santa Sé na Hispano-América. Contudo, esse primeiro relato pareceu não causar efeito para o pontífice que, junto ao seu secretário Consalvi, não tomou nenhuma atitude em relação ao documento.

Mais tarde, em 1822, chegou a Roma o frei franciscano Pedro Luís Pacheco, representando o Prata, mas sem estar em cargo oficial. Sua viagem foi motivada pela morte do último bispo da região e também com vistas a pedir ao papa talvez um bispado ou, ao menos, chamar sua atenção para a situação das igrejas platinas. Enfatizava a orfandade das igrejas no Prata, o avanço da autonomia política e o perigo de um cisma iminente, se a Santa Sé não cumprisse seus deveres religiosos. A visita de Pacheco trouxe à tona os relatos anteriores de Orellana e fez com que Consalvi passasse a refletir com maior cuidado sobre

a problemática hispano-americana, nomeando, até, um núncio – Monsenhor Mazio – para cuidar dos assuntos referentes à emancipação.

Mais ou menos nesse período, Bolívar enviava Francisco Antonio Zea para a Europa a fim de tratar, com exclusividade, de problemas políticos. Também, recebeu o encargo de negociar com o papa a nomeação de um núncio ou de um delegado extraordinário com amplos poderes para examinar a situação real das coisas na América e propor um remédio. Foi mais ou menos o que pediu Pacheco, ao sugerir a ida à América de um vigário apostólico. Zea, porém, não conseguiu tirar proveito da fragilidade do momento, causada pela revolução liberal, para ir a Roma e negociar com o pontífice.

A pedido de Consalvi, chegaram também relatórios de outros bispos que saíram de suas sedes para ir à Espanha. O bispo de Caracas, Coll y Prat, expulso de sua diocese por ordem do rei, fez um relatório pessimista e exagerado da situação hispano-americana. Já o bispo de Lima, Bartolomé de las Heras, traçou uma imagem menos pessimista de sua diocese. Sem esconder os defeitos do clero *criollo*, falou do esplendor das igrejas, monastérios, universidades, colégios e seminários de Lima. Sugeriu ainda que a possível solução para reestruturar a Igreja na América seria o envio de um vigário ou delegado provido de amplas faculdades.

Ante o exposto, Pio VII e Consalvi já começavam a estender sua nova preocupação sobre o quadro na América Espanhola a outras partes das províncias rebeldes e não apenas para aquelas que os procuraram. Foi assim que, em 1822, Pio VII declarou que:

“Siendo Venezuela y Nueva Granada países enteramente católicos, la posición de la Santa Sede, atendidos los vínculos religiosos, es mucho más delicada [que a dos outros Estados europeus] y que tal vez no puede rehusar toda especie de arreglo, del que los demás Estados

de Europa no necesitan hacer uso (...) Hago la reflexión de que el doble carácter del Santo Padre en lo espiritual y temporal le colocan, por el lado religioso, en una posición más delicada y embarazosa, que a todos los demás soberanos, por razón del daño que podía acarrear a la religión el enojo de una repulsa”.<sup>6</sup>

E ainda:

“(…) che la Fede in America corre i maggiori pericoli, se non si giunge ad ottenere dalle due parti belligeranti, che senza alcun pregiudizio delle loro reciproche ragioni, la Chiesa eserciti liberamente la sua independente autorità, in guisa che provveder possa a tutti i bisogni spirituali dei Fedeli.”<sup>7</sup>

Essas palavras são prova das primeiras declarações de aproximação religiosa de iniciativa da Santa Sé, com neutralidade política, influenciada pelo imenso avanço da independência por quase todo o continente americano e pela revolução liberal espanhola.

Não há dúvida de que todas essas informações fossem importantes para a Santa Sé. Mas, para Consalvi, não ofereciam a possibilidade de uma ação imediata em favor da Igreja Hispano-Americana, pois, com exceção de Pacheco, não eram *criollos* nem residiam em suas sedes. Além disso, esses relatórios não davam informações que estivessem de acordo com as novas autoridades políticas. Isso significa dizer que a Santa Sé não podia agir de forma mais direta em relação ao problema americano, porque nenhum bispo *criollo* reclamava da situação em nome de seu governo.

### 3. O importante relato do bispo de Mérida e a neutralidade da Santa Sé

---

<sup>6</sup> Archivo Segretto dell Vaticano. Segreteria di Stato, 281, 1814-1821, *apud* LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 162.

<sup>7</sup> Nota de Consalvi ao núncio em Madri, Giustiniani *apud* LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 30.

Em 1822, todavia, chegava um relato inesperado a Roma do bispo de Mérida, Venezuela, Rafael Lasso de la Vega. O bispo de Mérida era a figura da qual a Santa Sé poderia utilizar-se para aproximar-se da América Espanhola. Foi apresentado como bispo pelo rei Fernando VII e foi leal à causa espanhola até o momento do estabelecimento do governo constitucional na Espanha. Na verdade, foi um dos maiores entusiastas da encíclica de 1816, mas não podia manter um comportamento legitimista com a subida da nova corte constitucionalista ao poder e com a conseqüente perseguição e exploração dos bens eclesiásticos. Antes de ser destituído pelo poder republicano constitucionalista que se firmava, demonstrando grande habilidade política, muda sua atitude quanto às revoluções. Declarou, assim, que enquanto houvesse paróquias regalistas não iria assumir-se como republicano para não fomentar divisões internas, mas que tampouco se opunha ao movimento emancipador, pondo à disposição o seu ofício religioso.

Nesse relato ao papa, datado de 20 de outubro de 1821, Lasso de la Vega clama por auxílio: “Las disensiones de opiniones políticas, las guerras y los tratados para reglar la paz entre España y esta América, me urgen para que rompa el silencio y exclame: sálvanos que perecemos.”<sup>8</sup> Pediu que o papa estendesse à América a sua benção, gesto esse que viria como revogação tácita do breve *Etsi Longissimo*, um ano mais tarde. Tocou em assuntos polêmicos, como a questão dos dízimos, padroado e eleição de cônegos e pedia instruções para a sua solução.

Do lado dos libertadores americanos, Lasso de la Vega também significava um *turn point* nas negociações com Roma. Em seu encontro com Bolívar, em 1821, o bispo havia-se disposto não só a reconhecer a República e a permanecer em sua diocese para o

---

<sup>8</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 174.

bem de seus fiéis, como também a escrever tal relato para o sumo pontífice, a fim de deixá-lo a par do verdadeiro estado das coisas na Colômbia. Como já se viu, Bolívar, como homem público, estava convencido da necessidade de conservar o vigor e a atividade da Igreja Católica na recém-fundada República da Colômbia. Para isso, o contato com Roma era fundamental. A figura do bispo de Mérida, Lasso de la Vega, representaria algo mais que as tentativas de negociações oficiais. O bispo “patriota” e novo adepto do republicanismo propunha um contato direto com o papa, levando Bolívar a perceber as vantagens políticas que lhe traria esse ato. O próprio general e vice-presidente Santander chegou a declarar que “el obispo está más patriota que Bolívar (...) es una fortuna loca tenerlo en la República”<sup>9</sup>.

A neutralidade da Santa Sé, que se vinha firmando e tornando mais explícita, com o relato de Lasso de la Vega, tomou força para deixar público o novo ponto de vista do papa com relação às revoluções hispano-americanas. Apesar do relato ter sido recebido apenas um ano depois, em setembro de 1822, em razão do serviço de correspondência, o papa respondeu imediatamente. Nessa resposta, evitou discutir questões políticas, mas interessou-se por remediar a situação e saber informações mais detalhadas a respeito da diocese de Mérida e de suas vizinhas.

Abstendo-se de envolver-se com questões que pudessem apresentar tonalidade política, ao contestar Lasso de la Vega, o pontífice não expandiu sua benção da maneira que desejava o bispo de Mérida e nem como queria Bolívar. Explicitou apenas o caráter espiritual e religioso das relações que a Santa Sé desejava estabelecer, visando, sobretudo, ao bem das almas, como se vê na seguinte passagem da resposta de Pio VII:

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 173, nota n°. 17.

“Nos ciertamente estamos muy lejos de inmiscuirnos en los negocios que tocan a la política de Estado; pero cuidadosos únicamente de la religión, de la Iglesia de Dios que presidimos y de la salud de las almas relacionadas con nuestro ministerio, mientras deploramos amargamente tantas heridas como se infligen a la Iglesia en España, deseamos también ardientemente proveer las necesidades de los fieles de esas regiones americanas y, por tanto, queremos conocerlas con exactitud.”<sup>10</sup>

A neutralidade revelada publicamente foi vista como revogação tácita da encíclica *Etsi Longissimo* de 1816. Em resposta às preocupações de Lasso de la Vega em relação a questões do padroado, dízimo e apresentação de prelados, o papa recomendava cuidar apenas de bens que dissessem respeito à Igreja. Tal declaração apareceu como algo prejudicial à legitimidade do padroado espanhol – já bastante fragilizado – e como um passo tendente à independência.

Se Lasso de la Vega era o que faltava para lidar com o problema hispano-americano, os efeitos que causaram a resposta de Pio VII ao bispo superaram ainda mais as expectativas. A carta do pontífice a Lasso de la Vega foi acolhida com fervor na América Espanhola, uma vez que o bispo de Mérida se encarregou de publicá-la de forma ampla. Não bastasse isso, o documento chegou em momento muito favorável aos movimentos de independência. Em março de 1823, outros bispos haviam reconhecido as independências e permanecido em suas sedes (os bispos de Santa Marta e Panamá). Nas ruas, o povo beijou a carta, que teve o texto impresso na *Gaceta* da Grã-Colômbia, como prova para aqueles que acreditavam ser a encíclica anterior um documento falsificado.

Enquanto a encíclica estava de acordo com a política legitimista da Espanha, a Santa Sé não se preocupou em aprofundar-se mais no assunto hispano-americano, a fim

<sup>10</sup> LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispano-Americana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 136. Conferir Anexo 1, Documentos 3 a 6, p. 154-161.

de evitar maiores problemas diplomáticos com a coroa espanhola. Porém, no momento que os movimentos emancipacionistas recobram vigor e a onda constitucional liberal assolou a Península Ibérica, a encíclica deixou de responder aos deveres do pontificado para com os inúmeros fiéis católicos da América e pôs em risco a posição internacional da Santa Sé. Esse era o significado da conduta de Lasso de la Vega para o Vaticano: “sin condenar la conducta pasada, fijaba con prudencia la presente y anunciaba con previsión la futura”<sup>11</sup>.

A neutralidade pôs em risco, entretanto, os direitos da Igreja quanto ao padroado e a todas as vantagens daí decorrentes. Ao assumir tal atitude, a Santa Sé não encarou o espírito regalista com que o governo *criollo* se autodeclarou, sem a concessão pontifícia, herdeiro do antigo padroado. Essa atitude insegura da Santa Sé talvez tenha determinado os fortes embates que teria na segunda metade do século XIX com os governos liberais e anti-eclésiásticos que despontariam na América. Ao tentar recuperar o que perdeu e está perdendo, já o faz muito tarde, quando se encontrava em tempos desfavoráveis.

Em cartas posteriores a Pio VII, o bispo de Mérida iria queixar-se do liberalismo da imprensa e da difusão das lojas maçônicas, além do crescente regalismo, como num prenúncio dos problemas que a Santa Sé enfrentaria mais tarde na América, quando tenta recuperar o poder que perdeu. Para Lasso, no entanto, a correspondência com o papa foi proveitosa. Conseguiu a nomeação de um bispo adjunto para Mérida além da preconização de novos arcebispos em dioceses importantes como Caracas e Quito; a construção de uma nova diocese em Guayaquil; além de um programa de restauração

---

<sup>11</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 179.

hierárquica da Grã-Colômbia. Todas essas vantagens provaram estarem certas as tentativas de Bolívar em estabelecer contato com Roma.

#### *4. Lentidão da ação hispano-americana*

Não obstante a visão de Bolívar de pôr-se em contato com Roma, é curioso notar que em nenhum momento tomou a atitude de enviar para lá um embaixador eclesiástico, talvez até mesmo na figura de Lasso de la Vega. Por tudo que foi visto, era de se esperar que Lasso de la Vega fosse utilizado como instrumento de um contato mais direto com o sumo pontífice, por meio do envio de um legado ou algo do gênero. Era de se esperar também que, em razão do afã vaticanista<sup>12</sup> da política colombiana, fosse a Colômbia a primeira a enviar um embaixador a Roma. Mas somente em setembro de 1824, quando já havia passado a conjuntura favorável de negociações diretas com o papa, isto é, passado o momento de ausência de Vargas Laguna da Santa Sé, é que Ignacio Sánchez de Tejada vai para Roma representando quase toda a Hispano-América.

A lentidão de ação faz com que a Hispano-América desperdiçasse a ótima oportunidade de se fazer reconhecer ou, ao menos, de solidificar o relacionamento diplomático com o sumo pontífice. Não que esse reconhecimento ou solidificação de relações pudessem ser dados de maneira espontânea, mas seriam conseguidos, provavelmente, com um pouco mais de pressão. A Santa Sé esperou um bispo como Lasso de la Vega para ser motivo para relacionar-se de forma direta com a América Espanhola, que, por sua vez, não soube utilizá-lo de maneira conveniente para obter vantagens de Roma.

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 185.

Vale ressaltar ainda a atitude semelhante que o México adotou em relação à possibilidade de enviar um embaixador a Roma. Recém-autoproclamado independente, o México reconheceu em 1821 a necessidade de contato com a Santa Sé, com o fim de resolver o problema da herança do padroado pelo novo Estado. Todavia, as circunstâncias adversas pelas quais passou a república na tentativa de estabilização interna e de manutenção da independência fizeram com que o México apenas tomasse a decisão de enviar um embaixador a Roma em 1823, na pessoa de Francisco Guerra, que não quis aceitar o cargo. Isso fez com que o México também perdesse uma boa ocasião de negociações diretas com o papa.

##### *5. Iniciativa platina*

Quem iria tomar a iniciativa de enviar um representante a Roma seria o reservado e autônomo Prata. Essa ação inesperada pode ser explicada pela carência de bispos, mais do que em qualquer outra região, quando da tentativa de reorganização da sua Igreja. O único existente – José Santiago Rodríguez Zorilla – era regalista. Em uma região quase autônoma e que vinha conseguindo manter de modo uniforme a guerra pela independência, fazia-se necessária a reestruturação das instituições eclesásticas. Era preciso não apenas prover as dióceses vacantes como também discutir a herança do padroado, uma vez que os republicanistas consideravam-se os novos donos desse direito<sup>13</sup>.

Embora a ausência da Grã-Colômbia e do México em Roma, de 1821 a 1823, do ponto de vista eclesiástico hispano-americano, tenha deixado de acrescentar e/ou fortalecer as negociações diplomáticas platinas nesse período, o Prata conseguiu avanços até consideráveis, como enviar um representante a Roma e conseguir uma missão papal

---

<sup>13</sup> MECHAM. *Op. cit.*, p. 62.

para o Chile. Mesmo enfrentando a oposição do bispo de Santiago, Zorilla, que é exilado pelo novo governo republicano, o seu substituto *criollo* e independentista, José Ignacio Cienfuegos, conseguiu ir a Roma clamar pelos fiéis hispano-americanos.

Antes, porém, Zorilla conseguiria ser reabilitado em seu cargo<sup>14</sup>, o que criou constrangimento para Cienfuegos, acusado pelo bispo de desrespeito e de ferir a legitimidade dos cânones por ter tentado conseguir o posto de bispo pela amizade pessoal com o presidente do Chile, O'Higgins. Apesar desse desequilíbrio e tensão, Cienfuegos, dotado de boa habilidade política, traçou para si um plano maior, de conseguir um bom cargo eclesiástico, talvez mesmo o de bispo, pelas mãos do próprio papa. Assim, em abril de 1821, por meio de enorme influência que tinha sobre o senado conservador da república chilena, conseguiu uma embaixada a Roma, com objetivos mais amplos do que o seu projeto pessoal, que corria em paralelo.

Recebeu como missões essenciais conseguir um prelado para o Chile dotado de amplas faculdades – legado *a latere*, que é representante direto do papa e recebe o mesmo tratamento dado ao pontífice –, podendo inclusive ser chileno, e conseguir o reconhecimento do antigo padroado dos reis da Espanha para os chefes das novas nações. Além disso, Cienfuegos estava encarregado de obter provisão para as sedes vacantes e permissão para a construção de outra província eclesiástica, independente de Lima, com arcebispado em Santiago e bispados em mais de cinco dioceses<sup>15</sup>. Caso não lograsse a nomeação de um legado *a latere* e chileno, Cienfuegos recebia instruções para aceitar um nuncio de livre eleição do papa que, se não fosse residencial, podia ser titular<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Por ter conseguido voltar ao Chile e por se recusar a abandonar sua diocese. Seu exílio foi em 1817 e sua recondução em 1822.

<sup>15</sup> Coquimbo, Talca, Chiloé, Osorno e Valdivia.

<sup>16</sup> O texto das instruções para Cienfuegos encontra-se no Anexo 1, Documento 7, p. 162.

A diferença de nomeação de um bispo como residencial ou titular está em que o primeiro é pastor comum e imediato de um território constituído em diocese, do qual toma posse em propriedade. Já o segundo não toma posse em propriedade de nenhuma diocese e recebe o título arcebispal ou episcopal de dioceses extintas ou perdidas e é utilizado na administração da Igreja como legado (núncio, internúncio, delegado apostólico), como administrador extraordinário de dioceses constituídas, como auxiliar de dioceses ou de bispos proprietários (residenciais) ou ainda como governador eclesiástico de territórios ainda não constituído em dioceses<sup>17</sup>. Contudo, tanto os bispos residenciais como os titulares recebem na consagração a ordem como verdadeiros bispos.

A questão polêmica de prover um bispo residencial *criollo* estava relacionada a não se querer um bispo titular, uma vez que não havia concessão de direitos do padroado às funções exercidas pelos bispos não proprietários. Por isso, criou-se o cargo de bispos titulares, para atuarem como delegados, vigários apostólicos ou bispos auxiliares. Essa era a solução provisória mais oportuna durante a crise do padroado, pois se evitava discutir quem eram os herdeiros do direito real espanhol, se os bispos residenciais, proprietários de suas dioceses, ou se os *criollos* emancipados, sucessores da coroa espanhola em matéria política, econômica e religiosa.

Tendo em vista as diferenças que acabaram de ser expostas, tornava-se difícil para Cienfuegos conseguir um bispo residencial, ainda mais *criollo*, visto a delicadeza que tal assunto representava para a Santa Sé, tendente a assumir a neutralidade no cenário internacional. Some-se a isso o fato de que todas as demandas da missão de Cienfuegos

---

<sup>17</sup> LETURIA, Pedro. *La acción diplomática de Bolívar ante PioVII (1820 -1823) - A la luz del Archivo Vaticano*. Caracas: Ed. La Gran Pulperia de Libros Venezolanos, 1984. p. 174, nota nº 32.  
SALVADOR, Carlos Corral (dir.). *Diccionario de Derecho Canónico*. Madrid: Ed. Univ. Pontificia Comillas, 1989. p. 419, v. “Obispo”; p.517, v. “Propiedad”.

tinham sido pensadas sem consulta ao bispo de Santiago, Rodríguez Zorilla, o que ainda deixou as circunstâncias mais complexas.

#### *6. Negociações de Cienfuegos em Roma*

Quando Cienfuegos, imbuído de sua missão, chegou a Roma, o momento era mais que propício para negociações. A Santa Sé já havia anunciado sua política de neutralidade entre Espanha e Hispano-América e contava com os informes sobre a situação do Novo Mundo. Apesar disso ou por causa disso, Cienfuegos não foi recebido como embaixador oficial do Prata, mas, sim, como pessoa particular que vinha expor ao papa as necessidades espirituais das distantes comarcas americanas. Isso não deixou de ser uma conquista, pois, assim, Consalvi opôs-se à resistência de Aparici, encarregado de negócios espanhol, em deixar que entrasse em Roma qualquer representante hispano-americano.

Embora Cienfuegos tenha evitado tocar nos problemas de jurisdição do Prata e, principalmente, de suas próprias relações com o bispo Zorilla, chegaram notícias a Roma a respeito desse estado de coisas. Se essas notícias – cuja autoria a Santa Sé não revelou – não puseram por terra de maneira definitiva as negociações de Cienfuegos, fizeram com que, ao menos, o secretário de Estado de Pio VII ficasse mais alerta. Além do que, tornaram menos provável a possibilidade de se efetuar a provisão do bispado por meio de um prelado residencial, diante das incertezas do cenário político e religioso do Prata<sup>18</sup>.

Porém, uma demonstração de que a política de neutralidade da Santa Sé suportaria pressão para o provável reconhecimento das independências encontrou-se no interesse com que Consalvi submeteu os pedidos de Cienfuegos a uma comissão, não

---

<sup>18</sup> Mesmo com toda uniformidade e autonomia que apresentava, ainda era muito arriscado para a política exterior vaticana estabelecer ações definitivas quanto ao estado das dioceses platinas.

obstante a problemática imposta pela nomeação de bispos residenciais e o conseqüente questionamento do padroado. Faziam parte desse grupo de analistas o futuro papa Leão XII (della Genga) e o sucessor de Consalvi na secretaria de Estado (della Somaglia).

Tal comissão discutiu pontos importantes que demonstravam haver preocupação com o problema hispano-americano não apenas de ordem religiosa, como política. O primeiro ponto a ser posto em pauta era se a Santa Sé deveria ou não atender com atenção especial à demanda chilena e de toda a América Meridional. Em atendendo, e daí vem o segundo ponto, deveria ou não dar faculdades aos bispos existentes para governar os países vizinhos que não são de sua jurisdição. Ainda mais, era ou não necessário enviar um vigário apostólico ao Chile e, se enviado, com que poderes e com que meios.

### *7. Solução da Santa Sé para a Hispano-América*

Atenta à neutralidade e sem contar com a pressão das demais regiões da Hispano-América – que é possível fosse ser muito importante na definição mais exata da atitude pontifícia – decidiu-se que era urgente remediar tantos males, antes que a Igreja ruísse de vez no Novo Mundo. No entanto, a remediação dos males não viria por meio da extensão das faculdades aos poucos prelados existentes em suas sedes, o que seria arriscar perder de vez o controle da situação<sup>19</sup>, mas viria com o envio de um representante imediato do papa, cujos poderes envolveriam toda a Hispano-América.

Esse representante iria ao Novo Mundo na condição de vigário apostólico e não como legado ou núncio de Roma. Isso significa dizer que iria como *delegatus*

---

<sup>19</sup> Pois poderiam ser pressionados pelo governos republicanos locais a reconhecerem suas independências, como tinha feito Bolívar com Lasso de la Vega, por exemplo.

*apostolicus* do sumo pontífice, em face das igrejas particulares, com caráter permanente, porém sem estar investido de missão diplomática, apesar do governo o reconhecer em sua missão eclesial<sup>20</sup>. Cienfuegos resignou-se com a decisão que, de todas as maneiras, era benéfica ao Chile, mas continuava insistindo para que o enviado fosse investido do poder de nomear, por si mesmo, novos bispos nas pessoas desejadas e apresentadas pelo governo (nomeação de bispos *motu proprio*). A proposta foi levada à Congregação de Assuntos Eclesiásticos Extraordinários que decidiu dar ao vigário poderes para nomear e consagrar bispos *in partibus*, isto é, sem nova consulta a Roma, dependendo, contudo, da aprovação do bispo Zorilla, e que não implicasse o reconhecimento do padroado pela Santa Sé.

A política de Consalvi era cautelosa. Ao sentir-se pressionado por Cienfuegos, tentou resolver o impasse sem prejudicar ou indispor a Santa Sé com a Espanha nem com a Hispano-América. Não sabendo quem poderia vencer no jogo de forças entre legitimismo e independência, cedeu o necessário para não perder o *status quo* da Igreja romana na América Espanhola. Tudo o que pusesse o padroado em questão traria problemas e não deveria ser decidido em tempos de incertezas.

Um ponto que, por essas razões, exigiu maior estudo dos cardeais responsáveis pelos assuntos eclesiais exteriores foi a extensão do poder do vigário que seria enviado aos outros Estados autônomos, em especial Buenos Aires, pertencente ao Prata. A decisão foi limitada à demanda: não se enviaria outro núncio a uma nação que não o houvesse pedido. O núncio enviado deveria agir com reserva e restringir-se ao Rio do Prata.

---

<sup>20</sup> SALVADOR, Carlos Corral (dir.). *Op. cit.* p. 185. v. “Delegado apostólico”; p. 340. v. “Internuncio”; p. 351. v. “Legado”; p. 417. v. “Nuncio”.

Não há como negar que a dimensão continental do problema hispano-americano, suscitada pela delegação chilena, foi percebida por Consalvi. Mesmo que a solução encontrada para resolver o assunto não tenha sido ampliada com o envio de outros núncios para as demais repúblicas nascentes, ficou claro que se pensava no continente como um todo. Entretanto, naquele momento, o mais adequado a fazer era ir resolvendo as questões por partes, à medida que se fossem apresentando. Para isso, o enviado romano para a América Espanhola deveria ter qualidades excepcionais e muita estratégia para lidar com as questões chilenas, sem imiscuir-se nos assuntos das demais nações, se não fosse requisitado.

Após vários meses de busca, pela dificuldade em se achar alguém com essas características, a escolha recaiu sobre o auditor da nunciatura de Viena, Giovanni Muzi<sup>21</sup>. Como seus auxiliares foram escolhidos Gian Maria Mastai Ferreti (futuro Pio IX) e o abade erudito Giuseppe Sallusti. Corroborando sua política cautelosa, Consalvi foi informando ao governo espanhol como estavam procedendo as negociações e as medidas que se adotaram para o Chile. Fez isso tanto por meio de Aparici como por nota ao núncio de Madri, comunicando-lhe que “la Santa Sede había tomado estas providencias que le parecieron necesarias únicamente en fuerza de sus indispensables deberes pastorales y del deseo de conservar pura e ilesa la religión católica en América.”<sup>22</sup> A Espanha não se opôs ao envio do vigário apostólico à Hispano-América e pela não-resistência do liberalismo espanhol, a Santa Sé pôde aproximar-se da América, em 1823, sem maiores problemas. Quando

---

<sup>21</sup> Em princípio designou-se o Monsenhor Ostini, então professor de Ciência Sagrada no Colégio Romano e mais tarde cardeal e núncio em Viena, mas houve resistência de sua família à nomeação. Depois, vai demonstrar sua capacidade em lidar com o problema transatlântico quando é nomeado núncio do Rio de Janeiro e delegado apostólico para a América Espanhola. Conferir ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

<sup>22</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 195, nota n.º 36.

Consalvi comunicou a Cienfuegos, por via oficial, a nomeação do vigário apostólico, informou que o papa promoveria o escolhido para arcebispo *in partibus* no próximo consistório, confiando que as autoridades do Chile facilitariam seu ofício e não exigiriam dele qualquer coisa que compromettesse a Santa Sé quanto às relações políticas com outras nações.

Enquanto isso, um novo desenlace político apresentava-se no Chile. Havia começado o processo de dissolução do Prata, que seria motivo para longas guerras civis na Hispano-América. O'Higgins havia sido derrubado e as condições políticas eram tensas. Cienfuegos ficou alarmado e Consalvi ainda mais. O secretário de Estado da Santa Sé pediu que Cienfuegos lhe desse segurança sobre o caráter e intenções do novo governo. Apesar do representante chileno também ignorar o caráter daquela revolução, assegurou ao secretário de Estado da Santa Sé que seu governo não faria coisa alguma que prejudicasse o vigário enviado ou compromettesse o papa. Na verdade, apesar de não estar certo sobre isso, Cienfuegos acreditava que não haveria na América governantes capazes de rechaçar ou tratar como sem importância ou com desrespeito uma missão conseguida por tão difíceis negociações diplomáticas. Não que Cienfuegos tenha agido de má-fé querendo tirar proveito da situação. Contudo, diante da intervenção francesa e da reação regalista ocorrida na Espanha em 1823, não haveria tempo de esperar chegar novas informações que pudessem ser obstáculos à missão de Muzi. O chileno soube ter agilidade e perceber que, se não conseguisse aquela missão agora, seria muito mais difícil consegui-la sob a égide do poder real espanhol restaurado.

Tendo sido acalmado Consalvi, Giovanni Muzi preparava-se para partir para o Novo Mundo. As dificuldades de embarque que detiveram a missão em Gênova até

outubro de 1823 foram providenciais pois, tendo morrido o papa Pio VII em agosto e tendo sido eleito Leão XII em setembro, a missão pôde partir com a aquiescência do novo papa, que não se opôs ao embarque, mas pediu maiores informações sobre o envio do vigário apostólico.

#### *8. Significado da missão Muzi*

No que diz respeito ao caráter interno da missão, para Consalvi e o papa Pio VII a missão não continha nenhuma significação política, nem pública nem secreta. Representava mais uma atitude de amenização da situação hispano-americana, esfriando os ânimos, ao mesmo tempo que se provia espiritualmente o Novo Mundo e a Santa Sé ia tendo mais noção sobre o verdadeiro estado da Igreja americana. A isenção política da missão foi reafirmada e reforçada por Consalvi com insistência. O porta-voz de Pio VII temia que o envio do vigário apostólico fosse interpretado, na Europa e na América, como autorização de independência e como fim definitivo do padroado real. A tentativa de dar à missão uma roupagem puramente espiritual refletia-se no próprio título dado a Muzi, que não foi o de núncio ou de internúncio (título dado aos agentes diplomáticos do papa junto a governos reconhecidos).

Pode-se dizer, todavia, que o conteúdo político da missão Muzi residia no desejo da Santa Sé oficializar sua neutralidade no cenário internacional. Não é possível acreditar que o envio de um vigário apostólico à América tivesse caráter “meramente espiritual”<sup>23</sup>, que convinha às necessidades do Novo Mundo, sem comunicação com Roma. É também interessante para a Santa Sé reafirmar, de forma pública, sua função de

---

<sup>23</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 201.

provedora espiritual desvinculada de assuntos políticos, ao menos quando a discussão sobre tais assuntos se dava no meio de incertezas e inseguranças.

Em contrapartida, de acordo com a carta que Cienfuegos envia a O'Higgins e que o novo governo difunde por todos os Andes, percebia-se a intenção política do enviado chileno. Cienfuegos via nessa missão a manifestação de benevolência do papa para com a independência, que não seria contrária aos preceitos religiosos – visão essa que iria fazer fervilhar as lutas emancipacionistas. Espalhou-se a idéia de que o papa reconhecia nos movimentos de independência a semente da religião e do evangelho, estando seguro com relação às independências. Mas se a missão Muzi não representava um passo político a favor da emancipação, também não vinha como observadora e espiã da Santa Sé, envolvida na restauração do poder real na Espanha, como se propagou em Buenos Aires.

A diferença de percepção sobre o objetivo da missão entre a Santa Sé a Hispano-América não pode ser explicada apenas enfocando o desejo político que, em verdade, o Chile tinha para com as relações com o Vaticano. Cienfuegos tinha seu projeto pessoal. Como voltou sem nenhum título consagrado pelo papa, como queria, tentou ao menos mostrar a vitória de sua embaixada<sup>24</sup>. Não que ele não tivesse percebido os objetivos da política de Consalvi, mas os apresentou como concessões papais. Fazendo isso, criou dificuldades para as futuras relações com Muzi e com as autoridades civis, o que foi um dos fatores essenciais no fracasso da missão papal enviada ao Chile.

Muzi vinha para a América com extensos poderes para atacar a origem dos problemas de jurisdição dos cabidos, párocos, governadores eclesiásticos e superiores religiosos (de legitimidade duvidosa em razão das revoluções hispano-americanas), ao

---

<sup>24</sup> HENDRICK, Frances. Artigo: “The first apostolic mission to Chile”. *Hispanic American Historical Review* (HAHR). v. 22, n.º 4, p. 656. November. 1942.

mesmo tempo que tinha poderes para realizar dispensas matrimoniais, secularização de religiosos, redução dos dias festivos, além de poder absolver hereges públicos e dogmatizantes, conceder indulgências, oratórios e uso do santo crisma<sup>25</sup>. Além de todos esses poderes, ainda lhe foram conferidas mais três faculdades importantes: i) o legado poderia conceder a bula da cruzada usada na forma dos tempos coloniais; ii) nomearia por si mesmo, e de acordo com o governo e aquiescência do bispo de Santiago, três vigários apostólicos que consagraria como bispos *in partibus* e iii) permitiria ao chefe de Estado o uso do padroado na apresentação para cargos inferiores ao episcopal, pois nesses não se reconhecia o padroado<sup>26</sup>.

Assim, Muzi saiu de Roma como enviado papal não só do Chile, como também do Prata e, em razão da carta de Lasso de la Vega relatando a deplorável situação da Igreja na Colômbia, estenderam-se suas faculdades por toda a América Espanhola. Contudo, recomendou-se parcimônia em seu uso, só atendendo a quem chamasse, fazendo com que esses países não perdessem a ligação com o centro da unidade católica estabelecido em Roma. Vale ressaltar o cuidado que se teve em aconselhar respeito aos cabidos e bispos legítimos, até com abstenção de seus poderes, caso em alguma daquelas repúblicas insurgentes estivesse conservado o governo espanhol ou tivesse a possibilidade de ser restaurado.

Dessa sugestão podem-se tirar duas conclusões. A primeira, que a Santa Sé temia que qualquer atitude precipitada, ante as oscilações dos acontecimentos, tornasse sua

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 657.

<sup>26</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 186 -188.  
HENDRICK, Frances. Artigo: “The first apostolic mission to Chile”. *Hispanic American Historical Review* (HAHR). v. 22, n.º 4, p. 657. November. 1942.

posição internacional difícil no caso de a Espanha recuperar seu poder. A segunda, que a habilidade do vigário deveria ser muito grande. Deveria contar com um sentido de estratégia e oportunidade para perceber onde o poder espanhol resistia ou podia ser restaurado, o que é provável que Muzi não tivesse.

É certo que os chilenos se haviam adiantado a todos os hispano-americanos no pedido de uma legação para o Chile. Mas, com essa missão pública ao Chile, Muzi levava outra mais secreta, porém não menos direta e desejada, para a Argentina. Como se disse, Muzi sai como enviado papal ao Prata. A Argentina estava vinculada ao Chile cultural, geográfica e estrategicamente, o que despertou o interesse da Secretaria de Estado em buscar um meio de resolver o problema da Igreja argentina. Como a missão teria que passar por Buenos Aires para chegar ao Chile, Consalvi achou a oportunidade ideal para solucionar o problema argentino sem a necessidade de enviar outro vigário para isso.

### *9. Chegada da missão Muzi a Buenos Aires*

Dessa forma, em janeiro de 1824, a missão pontifícia de Muzi chega ao porto de Buenos Aires. Aconselhado por Roma para deter-se na capital do Prata por dois meses antes de seguir para o Chile, consegue ficar apenas um mês, não só em razão da oposição de Cienfuegos a uma permanência mais prolongada, como em razão das turbulências políticas pelas quais vinha passando aquela província. O Ministro de Estado de Buenos Aires, Bernardino Rivadavia, apesar de reconhecer a importância da religião,

impunha condições à união da república com o papa, que só se daria se o pontífice reconhecesse a soberania política dos novos Estados.

Quando Muzi chega a Buenos Aires, o clima estava tenso. Rivadavia havia promovido várias reformas que, em muitos pontos, se assemelhavam às reformas constitucionais de Madri, de 1821-1823. O ministro de Estado argentino ia reformando a Igreja platina, sem consulta a Roma, por meio da supressão do foro pessoal dos sacerdotes e estatização de seus bens, da redução e reorganização dos cabidos eclesiásticos, da conversão do seminário em colégio nacional, da submissão de todos os religiosos ao ordinário diocesano. Só não chegou a instituir bispados ou a nomear bispos sem a aquiescência de Roma.

A chegada de Muzi a Buenos Aires alarmou Rivadavia que temia as ações do agente papal. O vigário não era núncio, mas vinha com a missão de instituir vigários de missões e não bispos residenciais. Além do temor de Rivadavia que Muzi se pusesse ao lado dos eclesiásticos hostis à reforma, tanto religiosa quanto politicamente, trazendo ao ministro argentino problemas ainda maiores, corriam rumores de que Muzi teria instruções para anular as reformas de 1822.

Cienfuegos, aproveitando o temor de levantamento atizado pela chegada do núncio e que afligia Rivadavia, conseguiu desembarcar em Buenos Aires e falar com as autoridades locais antes que Muzi. Com essa artimanha política, Cienfuegos prometeu aos ministros argentinos que o núncio partiria em breve para o Chile, livrando-os de maiores

perturbações políticas<sup>27</sup>. Cienfuegos fez isso sem comunicar a Muzi e com pretensões de fazer a entrada triunfal do enviado papal no Chile e não na Argentina.

A ação de Cienfuegos representou um golpe profundo nas instruções de Consalvi, que queria a permanência de Muzi em Buenos Aires ao menos por dois meses. Além disso, tornou mais difícil o relacionamento entre o agente chileno e o enviado papal, pois Cienfuegos só informou a Muzi de suas ações dois dias depois. Não é provável que com essa atitude o vaidoso agente chileno quisesse tirar vantagens apenas para o Chile, comprometendo o resto da América, principalmente porque sabia da importância da dimensão papal para a Igreja hispano-americana. Contudo, suas decisões estavam sendo guiadas pelo interesse próprio em levar os louros pela conquista de uma missão à América. O desejo que nutria de conseguir um alto posto eclesiástico no Chile lhe cegou para as possibilidades que poderiam ter as igrejas do Prata unidas.

Não obstante todo o medo de Rivadavia e as habilidades de Cienfuegos para postergar a grande entrada de Muzi na América, o povo argentino mostrou imensa adesão ao representante do papa. O próprio Rivadavia encontrou-se com Muzi em audiência em que proferiu um longo discurso sobre a necessidade da religião para os povos da atualidade. O discurso do ministro argentino foi bastante inflamado, fazendo insinuações contra a política de Consalvi, já que o papa era então Leão XII. Muzi não teve o espírito que era requerido para responder à altura tais elogios de duplo sentido e impor os objetivos de sua missão e restringiu-se a afirmar que estava pronto para tratar com todos os governos sobre negócios eclesiásticos e espirituais.

---

<sup>27</sup> Para ver com detalhes todas as artimanhas de Cienfuegos nesse sentido, conferir LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 213-215.

### *10. Fracasso da missão papal em Buenos Aires*

O resultado do encontro não poderia ter sido pior para as instruções trazidas de Roma: as duas partes saíram insatisfeitas. Rivadavia causou má impressão no futuro Pio IX, que percebeu no ministro argentino um pedantismo e intransigência<sup>28</sup>. Em contrapartida, Rivadavia enviou a Muzi um bilhete ofensivo pelo qual se recusava a reconhecer o caráter público do enviado papal e proibia-o de exercer em público ou em particular qualquer função religiosa, o que representava uma ruptura violenta e indesejada.

A missão Muzi partiu de Buenos Aires para o Chile sob protestos do povo contra o governo, que, por sua vez, fazia questão de vincular o vigário apostólico aos interesses da Santa Aliança, acusando-o de espião e inimigo da democracia hispano-americana<sup>29</sup>. Essas acusações iriam repercutir também no Chile, o que contribuiria para o fracasso total da missão da Santa Sé na Hispano-América.

Apesar de toda hostilidade de Rivadavia não se pode dizer, ao contrário de Leturia<sup>30</sup>, que ele tenha sido o grande destruidor da missão Muzi. A ação de Cienfuegos dificultando a entrada de Muzi na Argentina, somada à inabilidade política e diplomática do próprio vigário papal foram elementos essenciais para a falta de êxito da primeira missão vaticana para a Hispano-América, como se veria com o fracasso da missão também no Chile.

Ao entrar no Chile, após ter passado por Santa Fe, Córdoba, San Luis de la Punta, Mendoza, a missão encontrou um cenário difícil agudizado pelas diferenças, como já

<sup>28</sup> “Aspecto israelítico con una repugnante prosopopeya”. Giovanni Mastai, o futuro papa Pio IX, chamava Rivadavia de o “principal ministro del infierno en Sudamérica” e de “gran enemigo de la religión y, por consecuencia, de Roma, del papa, del vicario apostólico y de su correspondencia”. LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 215.

<sup>29</sup> Conferir despacho de Muzi sobre Rivadavia, de 18 de fevereiro de 1824, no Anexo 1, Documento 8, p. 163.

<sup>30</sup> “Rivadavia fue, al menos, el gran destructor de la misión Muzi”. *Ibidem*, p. 215.

se disse, entre Muzi e Cienfuegos. O vigário do papa já vinha tendo diferenças com o chileno desde a partida de Roma, o que foi agravado pelos acontecimentos em Buenos Aires. Todos esses fatores abriram um abismo entre ambos, que se vinha aprofundando à medida que Muzi ia recebendo informações sobre a forma habilidosa e ambiciosa com que Cienfuegos conseguiu ir a Roma.

### *11. Muzi no Chile*

No Chile, também, Muzi foi criando maior resistência a Cienfuegos a partir do momento em que se foi aproximando do bispo de Santiago, Rodríguez Zorilla, rival de Cienfuegos. À época da entrada de Muzi em Santiago, Zorilla percebeu o momento como apropriado para publicar sua primeira mensagem aos fiéis do Chile e de toda a América meridional. Nesse documento, Zorilla afirmou a jurisdição papal sobre as igrejas subordinadas a Roma e condenou a participação do poder civil nos assuntos espirituais fora de sua competência.

Embora o bispo de Santiago houvesse escrito esse documento e houvesse mostrado todo o tipo de deferência para com Muzi, os vínculos entre os dois não chegaram a representar cooperação para remediar os problemas das igrejas chilenas, pois Muzi via com reservas os acontecimentos políticos na Hispano-América. Entretanto, essa aproximação alarmou Cienfuegos e seus seguidores políticos, que passaram a ver o vigário papal como partidário do bispo reacionário.

Esse era o estado da missão Muzi no Chile, sem avanços, sem alcançar os objetivos desejados pelo ex-secretário de Estado Consalvi. Piorou o quadro quando em razão de uma mudança no governo do Chile, em 1824, Zorilla foi removido do bispado e

substituído por Cienfuegos, que instalou uma política de confiscação dos bens eclesiásticos. Já sem ter como remediar os acontecimentos e sem ter o que fazer no Chile, Muzi pediu seus passaportes e deu por encerrada sua missão no Prata.

### *12. Efeitos da missão pontifícia para o Prata*

Como conseqüência da partida de Muzi, houve inquietação no governo do Chile. Depois de tantos gastos com a missão, o Chile continuava sem novos bispos. Muzi havia-se declarado disposto a nomear e a consagrar bispos de acordo com as instruções recebidas de Roma e, conforme as ordens de Pio VII, o candidato deveria contar com a concordância do bispo de Santiago. Com a insistência de que Cienfuegos deveria ser o auxiliar de Zorilla, o governo provocou o impasse e posterior ruptura com a substituição no bispado.

A intervenção do sumo pontífice, longe de ter sido benéfica para o Prata, deixou má impressão e causou reação antagônica em relação ao papado. Todavia, de acordo com Mecham<sup>31</sup>, a missão de Muzi foi significativa porque marcou o começo de um *modus vivendi* com os governos hispano-americanos. Apesar dos protestos espanhóis, estabeleceram-se relações entre Roma e América Espanhola, o que mais tarde seria um primeiro passo para o reconhecimento das independências, não obstante o fracasso do estabelecimento de relações mais concretas.

Assim, se o fracasso da missão Muzi em Buenos Aires, causando uma ruptura violenta, deveu-se à intransigência política de Rivadavia, falta de habilidade política de Muzi e impertinência de Cienfuegos, pode-se dizer que o fracasso da missão Muzi no Chile deveu-se tanto à diferença de percepção dos objetivos da missão por Muzi e

---

<sup>31</sup> MECHAM. *Op. cit.*, p. 76.

por Cienfuegos, quanto à mudança no governo chileno, que causou um impasse diplomático, e aos escassos talentos diplomáticos de Muzi.

### *13. Ação de Bolívar em relação a missão Muzi*

Mas, antes que Muzi deixasse o Chile e fracassasse por completo sua missão, Bolívar tentou atraí-lo para o Peru. Se os ministros argentino e chileno não souberam vislumbrar a possibilidade de estabelecimento de contatos mais sólidos com a Santa Sé por meio de Muzi, Bolívar não foi tão obtuso, ainda que tenha agido tardiamente. Não se quer aqui, vale dizer, sobrevalorizar as ações do Libertador, mas apresentar a estratégia do jogo político de Bolívar, cuja percepção via vantagens religiosas e políticas em se ter um vigário papal na América, sem que, para isso, a Santa Sé fosse benevolente com os movimentos emancipacionistas.

Bolívar estava disposto a seguir no Peru a mesma política favorável à Igreja que seguiu na Colômbia, ao conseguir o apoio de Lasso de la Vega e Jiménez de Enciso. Percebeu que a missão Muzi, embora de preferência chilena em seu destino e vicarial em seu caráter diplomático, era um avanço da Santa Sé em relação à Hispano-América e que podia constituir-se em excelente instrumento de governo para contentar os povos, ligados ao catolicismo e ao papa.

Não é arriscado dizer que a atitude política de Bolívar em relação à missão Muzi foi a antítese de Rivadavia. Em junho de 1824, Bolívar escreveu a Muzi saudando o papa e declarando o seu desejo de entrar em contato com o pontífice para acertar um acordo concordatário, prometendo que faria o possível para “evitar que [fossem] escarnecidas las

instituciones eclesiásticas”<sup>32</sup>. Muzi, que recebeu a carta de Bolívar com dois meses de atraso por causa da guerra, respondeu-lhe em termos gerais, pondo-se à disposição para remediar os males urgentes do momento, que estivessem em suas faculdades, dispondo-se a transmitir o desejo de concordata ao papa. No entanto, quando Bolívar decidiu convidar Muzi para o Peru, esse já havia partido de volta a Roma.

Mais uma vez, Muzi demonstrou sua inabilidade política. Embora percebesse campo propício no Peru para interar-se sobre a situação e talvez ajustar o estado das igrejas e reorganizar essa região de maior densidade populacional que o Prata, seguiu fielmente as ordens de Roma em restringir-se ao Chile e de apenas atender aos outros Estados quando solicitado. Mesmo assim, preferiu partir sem esperar maiores contatos com o Estado que o solicitava e dando como finda sua missão em razão do fracasso no Chile, não sabendo olhar o quadro de forma ampla<sup>33</sup>.

#### *14. Resultado da missão*

Em sua carta apologética de 1825<sup>34</sup>, Muzi explicou os motivos que o impediram de permanecer no Chile e relatou a conduta de Cienfuegos bem como a forma irregular com que governava a diocese, sem a delegação do bispo legítimo. Escreveu, polemizando com a imprensa liberal do Chile e de Buenos Aires, sobre a doutrina católica e pontifícia sobre a constituição interna da Igreja e as relações com o poder civil e rebateu as

---

<sup>32</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 220.

<sup>33</sup> JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. v. VII: “La Iglesia entre la Revolución y la Restauración”. Barcelona: Ed. Herder, 1978. p. 287 (por Roger Aubert ).

<sup>34</sup> Documento não encontrado nas inúmeras fontes pesquisadas.

idéias iluministas. Concluiu rechaçando a acusação do jornal argentino, *El Argos*, de que seria explorador e agente político por parte das potências da Santa Aliança, e reafirmou seu caráter de vigário pontifício. Por fim, pediu para que as relações entre a Hispano-América e a Santa Sé em assuntos espirituais fossem como as relações comerciais da Hispano-América com as outras potências que, embora não a reconhecessem independente, negociavam com ela.

Para o novo papa Leão XII, Muzi sugeriu que não enviasse mais missões semelhantes aos novos Estados, mas que fixasse em Roma os pontos substanciais da política eclesiástica para que o clero legalista hispano-americano a executasse. Vê-se, portanto, que foram graves os efeitos do fracasso da missão Muzi para o Chile e para a Santa Sé. Até 1837, não houve nenhuma legação da Santa Sé a nenhum Estado hispano-americano<sup>35</sup>.

No Chile, após a *Carta Apologética* de Muzi, Cienfuegos fugiu de Santiago e tentou que o bispo Zorilla lhe confirmasse a jurisdição para governar a diocese, ao menos de forma indireta. É claro que é repreendido e demitido do governo, em dezembro de 1825. A missão Muzi que tinha sido planejada para dar três bispos ao Chile, deixa todo o Prata apenas com Zorilla como bispo. Em 1825, Zorilla era exilado do país por não nomear o novo governador imposto pela autoridade civil.

Em meados de 1825, vinha se espalhando o rumor da expulsão de um agente hispano-americano de Roma – Tejada – e da promulgação de uma encíclica do novo papa Leão XII contra a emancipação. A imprensa argentina, em seu jornal *El Argos*, apressou-se

---

<sup>35</sup> Em 1829, porém, aproveitou-se da instituição de uma nunciatura no Rio de Janeiro frente ao imperador do Brasil para prover o núncio de faculdades para a América Espanhola e mandar-lhe que, por meio de contatos com suas igrejas e governos, enviasse relatórios constantes ao papa. Conferir ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

em dizer que a encíclica significava a separação do papa em razão do fracasso da missão Muzi. Os governantes diziam que Muzi já seguia as ordens secretas de Leão XII contra a emancipação hispano-americana.

Para Leão XII, contudo, a missão Muzi lhe havia sido favorável:

“(…) Yo creo que [Muzi] no hubiera podido permanecer ulteriormente en aquellas tierras. Por otra parte, su estancia ha sido ya sobremanera útil y lo será también para el porvenir, gracias a las cosas que ha dejado dispuestas.”<sup>36</sup>

Mas o cenário político internacional já não era mais favorável à Hispano-América. Depois da declaração de neutralidade da Santa Sé e do grande avanço em enviar uma missão à América Espanhola, Leão XII, que sucede Pio VII, ascende ao pontificado quando do fim do triênio liberal em Madri. Volta a Roma o poderoso Vargas Laguna, defensor dos direitos de legitimidade e hostil a toda forma de contato da Santa Sé com os emancipacionistas, mesmo que fosse uma aproximação religiosa. Com o apoio dos embaixadores da Áustria e da Rússia, logo conseguiu outra encíclica legitimista, agora de Leão XII.

Começava um novo período de legitimismo e reação reacionária. A Santa Sé voltaria a vincular-se aos compromissos com a Espanha, após a declaração de neutralidade política e religiosa que vinha adotando. Os hispano-americanos haviam perdido a chance de enviar agentes a Roma e haviam menosprezado a missão ao Prata. Agora, de novo, iriam enfrentar forte oposição a qualquer tipo de concessão religiosa e ainda mais política. Entrava-se em um período de duras negociações, que só seriam amenizadas com a morte de Fernando VII em 1833.

---

<sup>36</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 225.



## **Capítulo 3:**

## **Reação legitimista e posterior volta à neutralidade: configuração da política pendular**

### **Reação legitimista e posterior volta à neutralidade: configuração da política pendular**

*“Pero ciertamente nos lisonjamos de que un asunto de entidad tan grave tendrá por vuestra influencia, con la ayuda de Dios, el feliz y pronto resultado que Nos prometemos, si Os dedicáis a esclarecer ante vuestra grey las augustas y distinguidas cualidades que caracterizan a nuestro muy amado hijo Fernando, rey católico de las Españas, cuya sublime y sólida virtud le hace anteponer al esplendor de su grandeza el lustre de la religión y la felicidad de sus súbditos”.*

*Leão XII, Encíclica Etsi iam diu, 1824.*

Enquanto a Missão Muzi terminava de cumprir seu trajeto hispano-americano e, depois de fracassar, preparava-se para voltar para o Chile, antes de regressar a Roma, na Europa o absolutismo chegava ao seu auge. A Santa Aliança intervinha na França e na Espanha e Fernando VII era reconduzido ao trono espanhol em setembro de 1823, depois de se ter decidido retomar a ordem europeia no Congresso de Verona em 1822. Assim, em 1824, a Espanha encontrava-se empobrecida, derrotada e enfraquecida ante a comunidade internacional com a tarefa de, após três anos de governo liberal, recriar um Estado em seu território peninsular.

A intervenção ocorrida na França e Espanha desagradou a Inglaterra que, com vistas a equilibrar a balança europeia de poderes, e temerosa da preponderância da Prússia, Rússia e França, ameaçou reconhecer as independências hispano-americanas. Na verdade, desde 1814 a atitude inglesa em relação aos problemas da Hispano-América era o de não-reconhecimento, ao mesmo tempo que lutava por impedir que as potências europeias apoiassem a Espanha contra os movimentos emancipacionistas. A Europa estava, dessa forma, envolvida em uma luta pelo equilíbrio de poderes. De um lado, a Santa Aliança exercia toda sua força, com o recrudescimento dos absolutismos. De outro, a

Inglaterra contrabalançava a restauração do poder espanhol ameaçando reconhecer as independências do Novo Mundo, já que havia dominado o comércio *criollo* com a venda de armas e fornecimento de empréstimos.

Desde o envio de Cienfuegos a Roma, o cenário europeu havia mudado. Fernando VII, ainda com esperanças de reconquistar as antigas colônias, adotava medidas mais reacionárias com relação à América Espanhola. A situação piorou quando, em dezembro de 1824, a Espanha perdeu a batalha de Ayacucho, desequilibrando seu império, que se desintegrava política e economicamente. Ante esse cenário tenso, o “calmo” período liberal para a aproximação com a América havia chegado ao fim.

Em Roma, a política cardinalícia refletia os mais recentes eventos europeus. A morte de Pio VII, em 1823, levou ao papado Annibal della Genga, de espírito ultra-conservador, que assumiu o nome de Leão XII. Pertencente à ala dos *zelanti*, as primeiras decisões do novo papa pareciam anunciar uma clara ruptura com o governo precedente. Destituiu Consalvi e criou uma outra congregação de Estado, formada pelos opositores do ex-secretário de Estado de Pio VII, e que iria assessorar o papa em todas as questões políticas e religiosas.

Não obstante o novo entendimento político do papado e a eleição do ancião cardeal della Somaglia para Secretário de Estado<sup>1</sup>, a questão hispano-americana continuava ocupando os interesses da Santa Sé. Dessa maneira, decorridos três meses de sua eleição, Leão XII convocou Consalvi para que emitisse parecer geral sobre a situação da Igreja. Consalvi apontou como questões urgentes: a aproximação com a França de Luís XVIII; hospitalidade à família Bonaparte; utilidade do Ano Santo de 1825; possibilidades de

---

<sup>1</sup> Cardeal desprovido de grandes habilidades estratégicas e representante da extrema esquerda do *zelantismo*.

aproximação com a Igreja russa; a emancipação dos católicos ingleses e, finalmente, que atitude tomar em relação às novas repúblicas hispano-americanas<sup>2</sup>.

Quanto a este último ponto, Consalvi ressaltou a preocupação em salvar a religião mediante a preconização de bispos e não de um reconhecimento político:

“What position ought we to take towards the Catholics in South America? Last year I treated the Spanish Cortes with forbearance with a view to obtaining, in case they should remain in power for a lengthy period, the right of appointing bishops to the vacant sees in distant lands. The legitimate Spanish monarch has no authority over these provinces, each of which is like a kingdom. I have allowed Spain more than fifteen years in which to work for the establishment of its sovereignty, but whether it is due to ingratitude or to infirmity, Spain has used our silence as a weapon against the rebels. If Spain had granted us permission to appoint bishops in Colombia, Mexico, and wherever we demanded it, we would have granted the legitimate monarch a respite of thirty years in which to get firmly into the saddle; but the time might easily come when Spain, without having regained this power, would say to us: ‘I must resign my sovereignty: save your dogmas as well as you can.’ It would then be too late for Rome.”<sup>3</sup>

Como complemento à retomada do quadro absolutista europeu, voltou a Roma Vargas Laguna, o antigo embaixador espanhol na Santa Sé, retirado do posto em 1820 pela revolução liberal de Madri. Durante esses três anos, havia continuado a manter contato secreto com os embaixadores da Santa Aliança e correspondência direta com Fernando VII. A escolha de Leão XII como papa satisfez Vargas não apenas pelas idéias legitimistas do pontífice, como porque mantinha com ele amizade íntima.

---

<sup>2</sup> JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. v. VII: “La Iglesia entre la Revolución y la Restauración”. Barcelona: Ed. Herder, 1978. p. 183 (por Roger Aubert ).

<sup>3</sup> MONTOR, Artaud. *Histoire du pape León XII*. Paris, 1843, I, p. 166 *apud* MECHAM, John Lloyd. *Church and State in Latin America*. North Carolina: Chapel Hill, 1966. p. 76.

### *1. Chegada do enviado colombiano a Roma*

Nesse período, o Prata, o México e a Grã-Colômbia buscavam contato direto com a Santa Sé. Para o Chile, o papa autorizaria a missão Muzi, concedida por seu antecessor e que veria fracassar ao final de 1824. Para o México, Leão XII mostrou-se disposto a seguir a política de Consalvi, declarando que não reconheceria a independência das novas repúblicas enquanto assim não o fizessem as potências européias, mas que não deixaria de receber o enviado mexicano – o frei dominicano José Marchena – como particular<sup>4</sup>.

No que se refere à Grã-Colômbia, é preciso dizer que possuía duas frentes de ação. Por um lado, tinha a gestão episcopal de Lasso de la Vega junto com os cabidos de Bogotá e Cartagena, que pediam bispos de maneira insistente; por outro lado, agia com a gestão diplomática confiada ao embaixador Ignacio Sánchez de Tejada. Quanto a Lasso de la Vega, o papa enviou-lhe uma carta prometendo-lhe examinar o assunto com cuidado e aproveitou para elogiar a fé católica e a fidelidade à Santa Sé do episcopado e povo da Colômbia. No que toca à ida de Tejada a Roma, em plena atmosfera absolutista, a situação apresentava-se mais complexa.

Tejada estava entre os agentes mais capazes e bem-sucedidos dos hispano-americanos enviados a Roma. É claro que o prestígio da Grã-Colômbia, o melhor governo organizado da América do Sul à época e liderado por Bolívar, foi um grande suporte a Tejada. Todavia, sua habilidade, discrição, energia, paciência e perseverança foram qualidades que ajudaram no sucesso posterior, após sua longa missão em Roma. Ele se tornou uma referência para diferentes agentes hispano-americanos, chegando até mesmo a

---

<sup>4</sup> O México enviou Marchena para Roma em 1823 com o intuito de explorar as possibilidades para o envio de uma legação oficial.

responder por eles em algumas vezes. Muitos o viam como o agente privado<sup>5</sup> da América Espanhola em face do papa.

O enviado diplomático da Grã-Colômbia entrou em Roma, como particular, em setembro de 1823, sob a forte oposição de Vargas Laguna, que via ameaça para a Igreja e os governos europeus. Na verdade, o ambiente que Tejada encontraria em Roma era bastante hostil aos movimentos emancipacionistas hispano-americanos. A atitude do enviado colombiano contribuiu para que se suspeitasse que ele adotava conduta oposta à legitimidade e que não demonstrava a reserva que o momento parecia exigir<sup>6</sup>. Logo ao entrar em Roma, Tejada pôs-se em contato com os liberais espanhóis, com os refugiados napolitanos e com os descontentes com o governo clerical do Estado pontifício.

Vargas Laguna aproveitou-se da situação para pedir várias vezes a expulsão de Tejada de Roma, contando com o apoio dos embaixadores da Áustria, Rússia e França. O representante da Grã-Colômbia, por sua vez, não pôde contar com o apoio britânico, ausente de Roma. É provável que esse apoio pudesse ter auxiliado na resistência de Leão XII que, não suportando a pressão exercida pelo embaixador espanhol e seus colegas, cedeu ao desejo dos representantes da Santa Aliança.

Então, ao final de setembro de 1823, menos de um mês após o hispano-americano ter desembarcado em Roma, o cardeal della Somaglia pediu a Tejada que deixasse a cidade, para o bem de sua gestão diplomática. Isso representou um passo perigoso para as relações dos novos Estados hispano-americanos com a Santa Sé, pois essa expulsão logo foi conhecida na Grã-Colômbia. Entretanto, Tejada conseguiu diminuir os efeitos do caso ao demonstrar que o papa só havia tomado tal decisão por ter sido

---

<sup>5</sup> MECHAM. *Op.cit.*, p. 78.

<sup>6</sup> LETURIA, Pedro. *Bolívar y León XII*. Caracas: Ed. Parra Leonther, 1931. p. 76.

pressionado pelas potências da Áustria, Rússia, França e Espanha, impossibilitando-o, assim, de atender às necessidades espirituais da América Espanhola.

## *2. A encíclica Etsi iam diu, 1824*

Quando Fernando VII, já restaurado ao trono espanhol, recebeu notícias sobre a embaixada da Grã-Colômbia a Roma, sentiu a necessidade de um contra-ataque no campo político-religioso. Em nota ao seu ministro de Estado, conde de Ofalia, em maio de 1824, pediu para que explorasse a possibilidade do papa Leão XII conceder uma exortação ao clero americano que, com os meios militares e políticos, ajudariam a pacificar a Hispano-América.

As idéias absolutistas de Fernando VII, com retorno às idéias que em 1816 levaram à encíclica de Pio VII, foram fortalecidas por duas circunstâncias importantes. A primeira era o apoio incondicional que as potências ofereciam à política legitimista em Madri, com o suporte da Santa Aliança e a retomada do absolutismo. A segunda encontrava base nas vitórias sucessivas que a Espanha vinha obtendo no vice-reino do Peru.

Vargas Laguna foi incumbido, dessa maneira, a demandar uma encíclica a Leão XII, nos moldes da de 1816 de Pio VII, exortando aos prelados da América Espanhola obediência à autoridade legítima do rei da Espanha. O argumento utilizado por Vargas Laguna para influenciar o cardeal della Somaglia foi o de que os hispano-americanos eram opostos ao estabelecimento do governo legítimo, o que poderia ser aplicado também à autoridade apostólica. Nesse sentido, a única maneira de mantê-los fiéis a Roma seria obrigá-los à submissão à autoridade política legítima. Do contrário, o resultado seria um cisma, ou no mínimo, uma indiferença às instruções romanas.

Em 24 de setembro de 1824, o papa Leão XII promulgou a encíclica *Etsi iam diu* para todos os bispos e arcebispos da Hispano-América, exaltando as qualidades de Fernando VII e clamando obediência ao rei:

“Pero ciertamente nos lisonjamos de que um asunto de entidad tan grave [a cizânia da rebelião] tendrá por vuestra influencia, con la ayuda de Dios, el feliz y pronto resultado que nos prometemos si os dedicáis a esclarecer ante vuestra grey las augustas y distinguidas cualidades que caracterizan a nuestro muy amado hijo Fernando, rey católico de las Españas, cuya sublime y sólida virtud le hace anteponer al esplendor de su grandeza el lustre de la religión y la felicidad de sus súbditos; y si con aquel celo que es debido exponéis a la consideración de todos, los ilustres e inaccesibles méritos de aquellos españoles residentes en Europa, que han acreditado su lealtad, siempre constante, con el sacrificio de sus intereses y de sus vidas en obsequio y defensa de la religión y de la potestad legítima.”<sup>7</sup>

No entanto, desde sua publicação na *Gaceta* de Madri, essa encíclica causou grande polêmica sobre sua autenticidade e integridade. De acordo com Leturia<sup>8</sup>, os historiadores liberais são a favor da veracidade do documento, uma vez que nem o núncio em Madri, nem a Secretaria de Estado protestaram contra sua publicação no jornal oficial do reino. Já os historiadores conservadores vêem a encíclica como apócrifa, ou ao menos, interpolada, desvirtuada do conteúdo original, pois nenhum bispo nem igreja dos novos Estados receberam o texto direto da Santa Sé, além de que esse documento ia de encontro às cartas papais enviadas a Lasso de la Vega.

---

<sup>7</sup> Ver Anexo 1, Documentos 9 e 10, p. 164-168, para o texto integral da encíclica.

<sup>8</sup> Historiadores da primeira metade do século XX, contemporâneos de Leturia. Conferir LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 243-244.

É certa, contudo, a autenticidade do documento, como se verá a seguir. O que se pode perceber, porém, é que a encíclica não procedeu espontaneamente da Santa Sé e deveu-se em grande medida à pressão exercida pela Espanha por meio de Vargas Laguna<sup>9</sup>. Antes que o documento pontifício fosse publicado, o embaixador espanhol teve que lidar com várias redações do breve e com a pressão espanhola para que Leão XII publicasse um documento nos moldes da encíclica de 1816.

### *3. Pressão espanhola e o “parágrafo interessante”*

Leão XII estava bem informado sobre a situação dos movimentos emancipacionistas, pois havia pertencido à comissão de cardeais que deliberou a respeito do Chile e Argentina. Além disso, conhecia os memoriais dos arcebispos de Caracas e de Lima e não ignorava as notícias que Muzi enviava do Prata.

Quando foi pressionado pelo governo espanhol a publicar uma encíclica a favor do legitimismo de Fernando VII, Leão XII pensou em dirigir-se aos fiéis da América Espanhola, mas sem citar o nome do rei. O que Leão XII condenava, propriamente, não era a independência da Hispano-América em si, mas o modo violento e turbulento como se processava. O pontífice queria que o documento viesse representar uma tentativa de mediação entre as partes litigantes, mas o que se percebe é a insegurança da política pontifícia.

Como Leão XII sabia que nenhuma das partes aceitaria meio termo, viu-se forçado a fazer concessões a ambas, o que comprometeu o documento. Para não se indispor com os independentistas, não citou o rei, mas insinuou, mediante passagens bíblicas gerais, a devida subordinação aos soberanos postos por Deus e generalizou de forma excessiva o

---

<sup>9</sup> CODES, Rosa María Martínez. *La Iglesia Católica en la América Independiente*. Madri: MAPFRE, 1992. p. 52.

caráter sangrento da revolução, uma vez que desde 1810 não havia surgido guerra civil entre patriotas e regalistas no Prata, por exemplo.

Antes, o papa havia prometido a Vargas Laguna a inserção de uma cláusula posta por Pio VII na encíclica de 1816 em relação ao clero hispano-americano na qual exaltava as virtudes de Fernando VII e recomendava aos súditos do ultramar que imitassem o exemplo de lealdade e obediência dos súditos espanhóis quando da invasão de Bonaparte. O breve que Leão XII escreveu a princípio não dispunha sobre tal parágrafo. Em seu lugar, o papa motivava a expedição do breve em razão dos desejos e demandas do rei, mudança que não foi compreendida por Vargas Laguna. O embaixador espanhol suplica ao pontífice para que incluísse o “parágrafo interessante”<sup>10</sup> contido na encíclica de Pio VII de 1816, pois o papa já se havia comprometido em incluí-lo.

Na primeira redação do documento, da qual se encarregou o monsenhor Paolo Polidori, evitava-se entrar na questão política, não se mencionando nem a Espanha nem o rei. Ao ver o documento, Vargas Laguna o qualificou como insultante e mobilizou os embaixadores da Áustria e da Rússia para pressionarem Leão XII a fim de acrescentar o tal parágrafo à encíclica. Após forte pressão, Leão XII cedeu e incumbiu a nova redação ao abade Francesco Capacini, que submeteu o “parágrafo interessante” a duas revisões até fazê-lo perder a tonalidade política<sup>11</sup>.

Diante das circunstâncias, o sumo pontífice mandou reunir os cardeais e os fez estudar o texto do primeiro breve – sem menção alguma à Espanha ou ao rei – e as duas

---

<sup>10</sup> Vargas Laguna chama de “parágrafo interessante” o parágrafo que contém exortação de obediência ao rei Fernando VII constante da encíclica *Etsi Longissimo* de Pio VII, em 1816.

<sup>11</sup> No primeiro ajuste, conserva a exortação à obediência política, mas não se refere ao rei e sim às legítimas autoridades, só mencionando a preocupação do monarca com o bem da religião e de seus súditos. Retira também o exemplo dos legalistas da Espanha. No segundo ajuste, o “parágrafo interessante” reduz-se somente à preocupação do monarca com seus súditos.

modificações: uma proposta por Vargas e outra por Capaccini. Os cardeais foram unânimes em dizer, em seu parecer, que, se o papa pudesse desistir de suas promessas e não emitisse nenhuma encíclica ao episcopado hispano-americano, seria a melhor decisão, considerando que o contexto em que eles se encontravam no momento era muito distinto daquele de 1816, com Pio VII. Se, no entanto, a encíclica tivesse que ser publicada, convinha excluir o texto de Vargas que exortava ao rei e eleger o de Capaccini pois

“ha de evitarse con sumo cuidado decir cualquier palabra que pueda herir a gobiernos que, si bien ahora sean de hecho rebeldes, **pueden ser en pocos años potencias reconocidas**, y en las cuales, lo mismo que en otras, puedan conservarse y aún erigirse iglesias florecientísimas.”<sup>12</sup> (Grifo meu).

Além disso, preocuparam-se com a possibilidade de não se reconhecer o breve como autêntico na Hispano-América. Nota-se que os cardeais tentaram manter a neutralidade política vaticana, seguindo o antigo esquema de assumir uma atitude política internacional apenas quando houvesse certeza de quem sairia vencedor. Mesmo com a observância a esses fatores, Leão XII acabou por entregar a Vargas Laguna o documento na forma desejada pelo governo espanhol<sup>13</sup>. Vargas Laguna havia aproveitado a comemoração de um ano de pontificado de Leão XII para pressioná-lo diplomaticamente, por meio de uma mensagem de felicitação, dizendo que enviaria ao rei uma cópia do documento e que esperaria ordens da coroa. Demonstrando alto grau de comprometimento, o papa publicou o breve como desejado pelo embaixador espanhol após ameaça de esperar ordens da Espanha. Embora o papa não tenha retirado o breve, entregou-o sem atender a todas as expectativas de Vargas Laguna, isto é, sem a inclusão do “parágrafo interessante”.

<sup>12</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 256.

<sup>13</sup> Dirigindo o documento a todos os bispos e arcebispos da América Espanhola e não só à América Meridional como estava disposto na primeira redação do documento.

Apesar do documento atender aos anseios da coroa espanhola, não reproduzia o desejo do embaixador em Roma de forma fiel: ainda que fizesse elogios ao rei e citasse o exemplo dos legalistas da Espanha, omitia exortação expressa de obediência à coroa. Para o pontífice, tal exortação seria por demais comprometedora. É pouco provável que Vargas Laguna, com toda sua experiência e habilidade política, não tenha notado essa falta, mas aceitou o documento assim mesmo. É possível que tenha aceitado o breve da forma em que se encontrava, por não querer iniciar nova pressão sobre o papa, uma vez que a pressão exercida até então já tinha sido bem desgastante.

Após difíceis negociações, o embaixador espanhol em Roma admitiu o breve e o enviou no dia 30 de setembro de 1824 a Madri, deixando transparecer no seu ofício ao ministro de Estado o seu receio de que o documento não satisfizesse a Fernando VII. Ao chegar a encíclica às mãos de Fernando VII, o rei logo respondeu ao embaixador que desejava uma exortação mais expressa e direta à legitimidade monárquica. Todavia, o tão poderoso embaixador espanhol Vargas Laguna morria em outubro de 1824, o que paralisou as ações a favor da expedição do novo documento. Dessa forma, a coroa decidiu publicar o texto da encíclica em fevereiro de 1825 na *Gaceta* de Madri.

A imprensa liberal de Londres e Paris observara o caráter comprometido do documento, como os cardeais haviam previsto. O papa resolveu entregar o breve *nei termini combinati*<sup>14</sup>, demonstrando seu comprometimento com a política espanhola e a fraqueza para suportar a pressão do embaixador espanhol. O pontífice estava comprometido não só com a lealdade ao rei, com também a laços de amizade com Vargas Laguna. O cardeal Bernetti, em carta ao ministro de Estado de Fernando VII, escreveu que o papa

---

<sup>14</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 258.

sofria com ter que escolher seguir os deveres do seu ofício ou o desejo de conservar inalterada a preciosa harmonia entre a Santa Sé e a coroa espanhola, viva há tanto tempo<sup>15</sup>.

#### *4. Reações à encíclica*

Ao chegar a encíclica à Espanha, Fernando VII não ficou satisfeito com o documento e comunicou a Vargas sua insatisfação, mas este morreria logo em seguida. Fernando VII logo desistiu de insistir com Leão XII para que fizesse uma exaltação mais explícita ao rei pois estava às voltas com a derrota espanhola em Ayacucho (novembro de 1824) e com o reconhecimento do México, Grã-Colômbia e Rio da Prata pela Inglaterra (janeiro de 1825). Apesar de todos esses problemas, a coroa espanhola insistiu na publicação da encíclica pela *Gaceta* oficial.

Muitos cardeais legitimistas, como o núncio em Madri, Monsenhor Giustiniani, acreditavam que o momento não era oportuno para publicar a encíclica que, antes, deveria ter sido publicada quando os regalistas do Peru invadiam a Colômbia e o Chile. Porém, para o secretário de Estado romano, della Somaglia, a publicação ou não da encíclica não era questão de momento oportuno, mas, sim, do problema que causaria entre os emancipacionistas. Se antes já eram considerados pouco favoráveis à Santa Sé, seriam ainda menos após a publicação do documento.

Todavia, tanto a coroa espanhola quanto a Santa Sé sobreestimaram o poder da encíclica sobre os hispano-americanos. Não que a encíclica tenha sido ignorada na Hispano-América, mas se não provocou maiores revoltas também não alcançou o efeito que Fernando VII desejava. Grande parte dos católicos questionou a autenticidade da encíclica, mas os governantes não se abstiveram de aproximar-se da Santa Sé por causa dela.

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 259, nota n.º 65.

No Chile e na Argentina, difundiu-se a idéia de que a encíclica formava parte do plano que, a meados de 1824, Madri tinha de reconquistar suas colônias com o apoio da Santa Aliança. Para os chilenos, a missão Muzi era prova de que já havia um plano anti-americano que havia produzido o breve e expulsado o colombiano Tejada de Roma. O bispo Zorilla, ainda então em sua diocese, declarou que o breve papal era um apócrifo, um documento forjado para inquietar os povos e colocá-los contra o papa. Disse isso baseado no fato de que a encíclica publicada agora em 1824 contradizia as reiteradas declarações de Pio VII e de Leão XII de não quererem envolver-se em assuntos políticos.

Os efeitos da encíclica no Peru e Colômbia seriam os mesmos que foram no Prata e os mesmos que seriam no México. O documento foi considerado falso, graças ao fato de que as informações de Tejada, recém-chegado de Roma, e a publicação na imprensa das cartas do papa a Lasso de la Vega e ao cabido de Bogotá produziram bons resultados. As autoridades governamentais não deram maior importância ao episódio e se aproveitaram da dúvida sobre a autenticidade do breve, não permitindo que circulasse pela região sem a devida autorização do governo.

No México, a recepção à encíclica foi semelhante, mas com um pouco mais de complicações. O presidente do México, Guadalupe Victoria, tentou impedir que se publicasse o texto da encíclica no país por achar impossível que o papa pudesse ter feito isso e impediu a viagem de um agente religioso mexicano, que estava pronto para partir para a Santa Sé, até poder receber satisfações necessárias de Roma. Entretanto, em junho de 1825 o jornal *El Filántropo* publicou o texto do documento sem a licença do governo, causando comoção na opinião pública. Logo depois, Victoria mandava publicar o texto

oficialmente. As autoridades eclesiásticas dividiram-se entre aqueles que viram abuso da boa fé do papa e outros, menos ingênuos, que consideravam o documento apócrifo.

Em meio a toda balbúrdia, chegou ao México uma carta de Leão XII em resposta a uma carta que o presidente lhe havia enviado em outubro de 1824. Nessa carta, o papa tentou aproveitar o momento do contato para anular os maus efeitos da encíclica *Etsi iam diu*. Felicitou o governo mexicano pela paz e concórdia que reinavam na recém-criada república e reafirmou sua intenção de não se imiscuir em assuntos políticos. O resultado dessa aproximação papal foi bastante favorável, e abriu caminho para uma volta à neutralidade consalviana.

##### *5. Sinais da nova política de Leão XII*

Na verdade, a morte de Vargas Laguna representou um alívio e uma mudança de política na Santa Sé. O contato direto com Fernando VII que Vargas Laguna representava foi, pouco a pouco, substituído por contatos com a Hispano-América. Quando o papa ficou sabendo das intenções da coroa espanhola em ter uma encíclica mais rígida, o secretário de Estado romano escreveu ao núncio em Madri pedindo-lhe oposição à mudança da encíclica. Em janeiro de 1825, Leão XII escrevia a Lasso de la Vega e ao cabido de Bogotá prometendo-lhes novos bispos.

No começo de 1825, os interesses hispano-americanos encontravam em Roma um ambiente mais favorável do que haviam tido em 1821. Os espanhóis haviam perdido em Ayacucho; a Inglaterra já reconhecia as independências e a França mediava as relações entre a Santa Sé e os novos Estados. Do lado espanhol, Fernando VII mostrava grande intransigência em relação ao problema dos movimentos emancipacionistas, porém

já sem o apoio francês e sem Vargas Laguna em Roma. O sucessor de Vargas Laguna entrou em Roma apenas em finais de 1825 e agiu com demasiada lentidão para os interesses de Madri. Nesse clima favorável, o representante de Bolívar na Santa Sé teria sua grande vitória diplomática, conseguindo a renovação da Igreja na Grã-Colômbia.

Leão XII preocupou-se em pôr o secretário de assuntos extraordinários, Giuseppe Sala, em contato com o antigo técnico de Consalvi em problemas americanos, monsenhor Muzio, para que pudesse fazer um relatório detalhado sobre a Grã-Colômbia. No final de 1824 e início de 1825, o relatório estava pronto com todos os informes colombianos chegados até então em Roma. De acordo com Leturia<sup>16</sup>, a preocupação do pontífice com a Colômbia pode ser explicada por dois motivos. O primeiro foi que apenas Bolívar insistiu para que os bispos da Colômbia escrevessem diretamente ao papa; nenhuma outra república o fez. Assim, o papa pôde examinar o caso colombiano por meio da Congregação de Assuntos Extraordinários – segundo motivo – o que lhe deu a idéia de ter seu próprio técnico para o problema hispano-americano. O técnico escolhido foi Mauro Capellari, futuro Gregório XVI, que embora não fosse cardeal era conhecido pela rapidez e profundidade de suas consultas.

Capellari, após analisar a documentação colombiana, percebeu que a preocupação de Lasso de la Vega com o problema hispano-americano não nascia só da religião, mas também de motivações políticas originadas da autonomia da nova república. Caso o papa nomeasse bispos residenciais para a Colômbia, como os colombianos desejavam, seria o mesmo que fazer um reconhecimento indireto da república, o que poria a Santa Sé contra a Espanha e demais potências. A única solução seria voltar à política de Pio

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 288-289.

VII em 1822: proclamar a neutralidade política da Santa Sé – ainda mais necessária depois da polêmica causada pela publicação da encíclica de 1824 – e adotar posicionamento semelhante em relação ao Chile. Essa neutralidade seria demonstrada pela preconização de bispos não residenciais<sup>17</sup>, não proprietários (*in partibus*).

A concessão à Colômbia seria limitada ao auxiliar pedido por Lasso de la Vega para sua diocese. Não seria enviado à Grã-Colômbia um vigário apostólico, como Muzi, mas ir-se-ia exortar aos clérigos da Hispano-América para que dirigissem suas necessidades ao vigário que, já estava na Hispano-América, Muzi, a quem Capellari supunha ainda no Chile.

A consulta a Capellari foi aceita de forma plena pelos cardeais reunidos em março de 1825. Apenas discordaram de que Muzi respondesse também pela Colômbia em razão das distâncias e por que não se queria que os problemas colombianos interferissem na missão do vigário apostólico do Chile. No entanto, para que as decisões da Congregação fossem mais eficazes, os cardeais aconselharam o sumo pontífice a não pedir aquiescência ao rei espanhol mas, sim, a dar a decisão como tomada. Os cardeais haviam percebido a boa oportunidade que tinham em mãos em consolidar a neutralidade da Santa Sé, o que não foi percebido pelo papa.

Leão XII relutou em não comunicar Fernando VII, embora tenha concordado com as decisões da cúria. O sumo pontífice desejava que a notícia fosse dada com antecedência à corte de Madri “para corresponder así a la buena gracia del rey católico el cual se muestra en todas ocasiones tan respetuoso y deferente con su santidad”<sup>18</sup>. Tal

---

<sup>17</sup> Conferir Capítulo 2: Deveres do altar: aproximação religiosa e neutralidade política, p. 56, do presente trabalho.

<sup>18</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 290.

resposta do papa foi considerada como inesperado contratempo para della Somaglia, que temia uma negativa do rei e a paralisação de toda gestão em relação à Colômbia. Os cardeais reuniram-se novamente e deliberaram sobre a inconveniência de se consultar o rei espanhol dando parecer unânime sobre o assunto, diante do que Leão XII se viu obrigado a ceder.

O núncio em Madri informou a della Somaglia que não apenas o gabinete espanhol, como os embaixadores da Rússia, Áustria e França mostravam-se opostos a concessões de ordem espiritual à Hispano-América, o que impulsionaria a independência das novas repúblicas. Apesar dessa oposição, nomeou-se um auxiliar para Mérida e regiões vizinhas – Buenaventura Arias – sem a aquiescência da coroa espanhola, pela primeira vez, marcando uma nova era na história da Igreja na América Espanhola e uma nova maneira de agir da Santa Sé, no campo internacional.

#### *6. Volta do agente colombiano a Roma e chegada do agente mexicano*

Desde finais de 1825, della Somaglia havia iniciado em Paris os esforços de trazer Tejada de volta a Roma. Em verdade, della Somaglia sempre se havia oposto à expulsão do agente colombiano. Sabendo disso, Tejada aproveitou a oportunidade para entrar em Roma com as garantias que dessa vez não se repetiria sua expulsão de 1824, com Vargas Laguna como embaixador. Foi recebido como *diputado para los negocios eclesiásticos de Colombia en Roma*.

Dessa vez, Tejada contou com duas vantagens. A primeira foi a entrada em Roma do cônego Francisco Corrêa Vidigal, representante do Império brasileiro. Se nem Portugal nem Inglaterra haviam reconhecido o Brasil como independente, mas o

representante brasileiro podia ser recebido em Roma, não deveria ser diferente com a Colômbia. Outra vantagem que favoreceu Tejada foi a missão mexicana enviada para Roma em meados de 1825, presidida pelo cônego Francisco Pablo Vásquez.

O papa e seu secretário de Estado resolveram dar um passo decisivo pedindo a proteção da França contra a intransigência de Fernando VII. O núncio em Paris, monsenhor Lambruschini, conseguiu o apoio do embaixador francês, barão de Damas, que, por sua vez, conseguiu o apoio da Áustria, Rússia e Prússia. Assim, o corpo diplomático da Santa Aliança logrou favorecer a missão do México em Madri, fazendo com que Vásquez não fosse recebido como diplomata, mas como católico que vinha expor as necessidades de sua Igreja na Hispano-América. O chefe do gabinete espanhol, Zea Bermúdez, temendo levar o assunto ao Conselho de Estado, acreditou que o rei não se importaria com a entrada de um representante eclesiástico hispano-americano em Roma.

Dessa forma, Tejada e Vásquez foram ambos convidados a entrarem em Roma. Em março de 1826, Fernando VII expediu uma ordem real pela qual não se opunha a que o papa recebesse o colombiano como religioso, desde que não fosse como agente político de província rebelde ao rei católico. Contudo, Vásquez, o agente mexicano, não seguiu a mesma tática de Tejada. Uma das condições essenciais das instruções para sua missão era ser recebido como enviado diplomático, mas foi irredutível em demandar o seu reconhecimento como agente do México.

Além disso, Vásquez estava seguro que Leão XII estenderia ao México a mesma renovação do episcopado que se deu na Colômbia, em maio de 1827, apoiada pela França. Por confiar nisso, perdeu não só a oportunidade da renovação imediata como sua entrada em Roma, três anos depois, deu-se em momento desfavorável aos interesses

hispano-americanos na cúria papal. O núncio em Paris tentou convencer Vásquez de que deveria seguir a mesma estratégia de Tejada, que conseguiu vantagens – “why should México wish for more with things in their present state?”<sup>19</sup> – mas Vásquez não cedeu e fracassou em sua missão.

### *7. Perigo de cisma na Hispano-América*

Quando Tejada chegou a Roma tratou diretamente com o cardeal della Somaglia e mesmo com o papa, sem estabelecer, entretanto, negociações oficiais com a Secretaria de Estado. Informou-se acerca dos benefícios concedidos em 1825 e passou a discutir o ponto mais difícil das negociações, o da nomeação dos bispos republicanos, alertando para os riscos que a Santa Sé corria ao atrasar sua decisão por questões políticas. Leão XII estava ciente do perigo dessa ameaça em razão da orfandade dos bispados, paróquias e seminários das igrejas hispano-americanas. Ademais, sabia dos progressos do liberalismo, do protestantismo e das sociedades secretas, que aproveitavam a ausência da Santa Sé na América Espanhola para exortar a separação de Roma ou, ao menos, a investidura de bispos proprietários nacionais.

As circunstâncias de um provável cisma começaram a aparecer ao longo de 1826, tanto na América Central quanto no México, e com alguma expressão até na Colômbia e Guatemala. O pontífice, alarmado com o quadro e preocupado com a propagação dessa idéia por outras regiões, desejosas da construção de bispados ou com sedes vacantes, ordenou que a Congregação de Negócios Extraordinários examinasse com urgência as medidas a serem tomadas na Hispano-América.

---

<sup>19</sup> MECHAM. *Op. cit.*, p. 81

A solução apresentada ao papa por Albertino Bellenghi, braço direito de Capellari, foi bastante inovadora dentro da política de neutralidade vaticana. Bellenghi afirmava que os perigos do cisma não seriam eliminados apenas com a nomeação de bispos *in partibus*, pois, ao final, o bispado não ficava com provisão estável. Por mais que se fosse ferir a política espanhola com essa solução, era necessária a preconização dos bispos proprietários, nomeando-os, com respeito ao rei de Espanha, não por apresentação do candidato pelos novos Estados, mas por *motu proprio*, isto é, sem consulta à coroa espanhola ou às novas repúblicas. Do contrário, o cisma seria mais prejudicial aos interesses do Vaticano do que uma possível ruptura com a Espanha (era mais provável receber a ira de Fernando VII do que propriamente um rompimento de sua parte).

A única restrição feita pelos cardeais, após horas de discussão<sup>20</sup>, era a de que não seria conveniente estabelecer negociações oficiais com os diversos e numerosos Estados. Dar-se-ia conhecimento da decisão a alguns cabidos eclesiásticos mais fiéis à Santa Sé e informar-se-ia a Tejada, de forma confidencial, a nova política adotada.

Todavia, uma notícia alarmou ainda mais a cúria romana. O México reconhecia o papa como líder da Igreja Católica Universal, mas aprovava um projeto, com apoio das Comissões Eclesiásticas e de Relações Exteriores, propugnando que em matéria de disciplina não estava submetido ao papa nem aos concílios ecumênicos. Afirmava que era direito do México o padroado e a administração de todos os bens eclesiásticos, assim como a construção e a divisão de dioceses e a confirmação dos bispos pertenciam ao governo do México, do mesmo modo que as ordens religiosas<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Várias questões foram levantadas: como salvar os direitos da legitimidade espanhola? Como conduzir as negociações que a preconização supunha diante da multiplicidade de governos na América? Como certificar-se, à distância, de que os bispos candidatos seriam fiéis à Santa Sé?

<sup>21</sup> Essa situação peculiar da Igreja no México refletirá um relacionamento difícil e diferenciado com o Vaticano, até mesmo em 1979, quando o papa pisa pela primeira vez em solo mexicano. Sem autor. Artigo:

É desnecessário dizer o forte impacto que tal notícia produziu na Santa Sé. Para Leão XII, o “incêndio”<sup>22</sup> começado na América Central estava espalhando-se. O único remédio que restava era a rápida e imediata preconização dos bispos proprietários. A decisão tomada pelo papa seria moderada e eficaz. Embora o governo mexicano houvesse publicado o informe, não havia conseguido a aprovação das Câmaras. Havia recebido muitos protestos intensos dos cleros da Hispano-América, dificultando ainda mais a entrada de Vásquez em Roma, que teve o seu acesso negado pelo papa. Assim, urgia uma rápida solução ao caso colombiano que, por meio de seus bons efeitos, serviria para levar o México, a América Central e o Prata para longe do perigo de cisma e mantê-los fiéis a Roma.

#### *8. Preconização dos novos bispos para a Colômbia*

Ao ser informado da nova política pontifícia, em setembro de 1826, Tejada mostrou-se bastante moderado ao apresentar os nomes dos prelados para Colômbia. Apresentou uma lista com nomes que estavam de acordo com as indicações do seu governo, mas que coincidiam com os nomes apresentados por Lasso de la Vega ao antigo papa Pio VII. Ainda mostrou a carta de um candidato a prelado, Terrazas, que prestava fidelidade ao papa e elogiava Bolívar, que teria facilitado o preenchimento das paróquias vacantes e incentivando Terrazas a escrever para o papa.

Todavia, paralela aos avanços de Tejada, eclodiu na Colômbia a ameaça de instruções cismáticas<sup>23</sup> do vice-presidente Santander, enquanto Bolívar se encontrava no

---

“Relações diplomáticas entre Santa Sé e República do México”. *Osservatore Romano*. nº. 40, p. 484 (4). Outubro. 1992.

<sup>22</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 301.

<sup>23</sup> Criação de um patriarca em cada Estado que cuidasse das dioceses e sujeição dos regulares aos seculares da diocese.

Equador e no Peru. Urgia a necessidade de se tomarem medidas que pudessem impedir o cisma na Colômbia. O governo colombiano, em nota a Tejada, exigiu não mais a simples preconização de todos os bispos apresentados como também a imediata criação de uma instituição papal (como uma nunciatura apostólica) em Bogotá, com a faculdade de criar novas dioceses e confirmar os bispos designados sem ter que recorrer a Roma. Caso o papa não se manifestasse, Tejada havia sido instruído a retirar-se de Roma. Tejada, de maneira muito habilidosa e demonstrando saber agir a favor dos interesses colombianos, utilizou o documento mostrando apenas a parte que pede sua retirada do Vaticano. Quanto ao resto, preferiu comunicar-se com o papa a fim de lhe pôr a par das circunstâncias especiais, com perigo de cisma, a qual enfrentava a Colômbia naquele período.

Leão XII, assustado e preocupado em conter a ameaça cismática que se vinha expandindo desde a América Central, decidiu, como foi dito, a tomar uma atitude mais decisiva, consultando a Capellari quanto à nomeação de bispos proprietários para a Grã-Colômbia. Capellari era favorável à nomeação de seis bispos e mais um bispo adjunto pedidos por Tejada. Insistia que a nomeação deveria ser feita *motu proprio* a fim de evitar, por um lado, reconhecer o padroado ao governo colombiano e, por outro, ferir os direitos patronais da coroa espanhola.

O secretário de Estado de Leão XII, della Somaglia, opôs-se a essa solução temendo conseqüências maiores. Para o cardeal, a melhor solução seria a nomeação de bispos *in partibus*, com a administração pontifícia das dioceses, que atenderia às necessidades espirituais hispano-americanas sem romper com a Espanha. O que della Somaglia estava tentando resguardar era a neutralidade política da Santa Sé, uma vez que lhe parecia que tais preconizações seriam um passo explícito a favor da independência.

Conforme Leturia<sup>24</sup>, o papa não aceitou as instruções de della Somaglia e resolveu acatar a decisão de Capellari e dos cardeais, por dois motivos, que convergiam para uma só preocupação: a possibilidade de uma ruptura. Primeiro, a Colômbia estava firme em seu pedido de bispos proprietários e não aceitaria outro tipo de solução, o que poderia atrasar ainda mais a questão e aumentar o perigo de cisma. Segundo, se não houvesse a nomeação de bispos proprietários, as sedes continuariam vacantes, mesmo que administradas por bispos *in partibus*, o que continuaria deixando a Igreja colombiana fragilizada e propensa a um cisma.

A ameaça de cisma preocupava tanto o sumo pontífice que aceitou os nomes enviados por Lasso de la Vega em 1823, confiando na lealdade do colombiano e desejando resolver a situação de forma rápida. Assim, a 21 de maio de 1827, o papa procedia às preconizações da Grã-Colômbia e Peru como forma eficaz de conter a onda cismática que vinha baixando da América Central para o sul.

Bolívar, que ainda não havia tomado a iniciativa de escrever diretamente para o sumo pontífice<sup>25</sup>, escreveu-lhe em 1828, agradecendo Leão XII pelo enorme benefício das provisões episcopais de 1827. Pediu ainda, nessa carta que é escrita pelo ministro de Estado, Vergara, que o papa se dignasse a conceder benefício semelhante às Igrejas de Quito e Guiana, ainda vacantes. Entretanto, não se sabe se Leão XII recebeu essa carta.

---

<sup>24</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 310-311.

<sup>25</sup> Conferir carta de Bolívar a Leão XII no Anexo 1, Documento 11, p. 169. Talvez não porque, como afirma Leturia em *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II, p. 315: “entendia poco el lenguaje santísimo”, mas porque ainda não havia encontrado momento propício. Bolívar não sabia como o papa reagiria à chegada de uma carta de um presidente das novas repúblicas pelas vias não religiosas. É provável que tenha percebido que tal atitude faria com que o papa não lhe desse resposta pois afetaria sua neutralidade política ao se comunicar com um chefe de Estado e reconhecendo-o como tal. É possível, também, que tenha percebido que o caminho mais seguro e eficaz de comunicação com a Santa Sé seria por meio da via religiosa.

Na América Central, as esperanças do papa em conter o perigo de cisma, por meio do bom exemplo colombiano, não se confirmaram. O cisma foi inevitável quando os liberais assumiram o poder na Guatemala e exilaram o arcebispo Casaus y Torres, principal autoridade pontifícia da América Central. Com esse governo liberal, reafirmou-se o desejo de confirmar a construção e provisão da diocese guatemalteca sem recorrer a Roma, ao mesmo tempo que se criticava o controle do padroado pelo papa.

No México, contudo, o papa teve um pouco mais de êxito em seu intento. Apesar de não ter conseguido a preconização de bispos para o México – mesmo contando com a ajuda francesa naquele país – e de ter enfrentado a resistência do governo mexicano, ainda ressentidos com a encíclica de 1824, Leão XII conseguiu evitar o cisma que temia. Muitos deputados mexicanos eram contra o que chamavam de “usurpações da Santa Sé” e, em 1828, o México enfrentava outra mudança radical no governo. Mas, mesmo assim, foram rechaçados os intentos cismáticos que pairavam sobre a república mexicana.

### *9. Reação espanhola às preconizações*

No momento em que a coroa espanhola toma conhecimento sobre as preconizações concedidas à Hispano-América é quando se pôde perceber com mais clareza a “política zigzagueante de avances y retrocesos”<sup>26</sup> de Leão XII em relação à América Espanhola. A atitude vacilante de Leão XII apenas vai demonstrar a força dos compromissos que vinculavam a Santa Sé ao poder real espanhol.

Pode-se dizer que, durante todo o processo de preconização dos bispos colombianos em 1827, a Espanha não demonstrou oposição diplomática por meio de sua

---

<sup>26</sup> CODES. *Op. cit.*, p. 54.

embaixada em Roma. Na verdade, esteve bem ausente dos acontecimentos, contando com ações mais vigilantes que atuantes. No entanto, desde que o governo espanhol permitira a entrada de Tejada em Roma, o embaixador espanhol, Guillermo Curtoys, tinha diminuído a vigilância. Assim, quando em 1826 a coroa lhe perguntou sobre os passos de Tejada quanto à Santa Sé, Curtoys, alheio ao que acontecia, respondeu que o colombiano não cuidava senão de assuntos espirituais.

Com a morte de Curtoys em outubro de 1826, voltou a Roma o antigo liberal Aparici, ainda mais alheio aos acontecimentos do que Curtoys. Só em 1827 informou alguma coisa sobre as insinuações de della Somaglia em preconizar bispos proprietários para a Colômbia. O governo espanhol, por sua vez, não agiu com a rapidez e o vigor que se esperava, pois não mandou nenhuma ordem a Roma nem pediu mais detalhes sobre a notícia. É provável que essa letargia se explique pelas alterações no gabinete em Madri. Calomarde, o chefe do gabinete espanhol de então, conseguiu retirar o duque del Infantado do posto de ministro de Estado e substituí-lo por Juan Manuel González Salmón, tão absolutista e regalista como Calomardes e manipulado politicamente por este.

É certo que os agentes diplomáticos espanhóis que iriam lidar com o problema das preconizações eram fracos e inertes. Além do mais, talvez a Espanha tenha dado pouca importância às preconizações ou não se tenha informado de maneira adequada sobre a importância do assunto. Mas quando Fernando VII tomou conhecimento da matéria, como se verá, a Espanha vai decidir agir com mais energia.

Antes disso, porém, della Somaglia comunicou ao núncio em Madri, Giustiniani, que o papa havia optado por fazer as preconizações no primeiro consistório. O núncio não se opôs, apenas aconselhou que seria mais prudente fazer as nomeações por

breve e não em consistório<sup>27</sup>, pois ao se evitar publicidade, que ofenderia aos espanhóis, seria possível ganhar tempo. Isso porque o conteúdo dos breves não seria conhecido na Europa até chegar a notícia de sua publicação na América, tempo que Giustiniani teria para preparar os ânimos do rei e seus ministros.

A moderação de Giustiniani não era sem fundamento. O núncio encontrava-se em um estado insustentável em Madri. Era visto com reservas pelo gabinete legitimista espanhol por defender a liberdade eclesiástica; havia tido fortes embates com o cardeal arcebispo de Toledo e era visto com desconfiança pelo corpo diplomático. Giustiniani queria sair o mais rápido possível de Madri e, por isso, sugeriu a idéia do breve, pois, quando a notícia das preconizações americanas chegassem à Espanha, não haveria núncio a quem pedir explicações. Toda essa situação só demonstrou como a Santa Sé estava vinculada aos compromissos com a coroa espanhola, achando por bem esquivar-se a ter que enfrentá-la.

Porém, Leão XII não ouviu as súplicas de seu núncio na Espanha e ignorou a tensão que se dava em Madri. Acreditou que com as medidas que tomaria, amenizaria qualquer ação de Fernando VII. Entre essas medidas estava uma carta afetuosa que o papa escreveria ao monarca e a mediação da França por meio do encarregado de negócios francês em Madri. Mas nada poderia ter sido tão insultante ao governo espanhol do que a interferência francesa em assuntos referentes à Espanha e à Santa Sé; além do que as relações entre Carlos X e Fernando VII eram tensas desde 1825. O papa e seu secretário de

---

<sup>27</sup> Enquanto o breve é um documento pontifício usado para correspondência política dos papas sobre o governo e a disciplina da Igreja, o consistório é uma assembléia de cardeais convocada pelo pontífice.

Estado, com essas medidas, deixaram claro o quanto estavam ligados à política de Fernando VII além de seu “escaso conocimiento de la psicología española”<sup>28</sup>.

Antes que chegasse o novo núncio à Espanha, a notícia explodiu em Madri, em junho de 1827. Quando Francisco Campomanes chegou, especialmente comissionado pelo papa, apresentou uma carta de Leão XII ao rei sem dá-la a conhecer antes ao governo. Nela o papa explicava o estado desolador das Igrejas na América Espanhola pela falta de bispos e a necessidade espiritual que tinha para com seus fiéis hispano-americanos.

Nada poderia ter transtornado mais Fernando VII que, obcecado contra a autonomia de suas colônias, desejava vê-las privadas de bispos e sacerdotes para que sentissem o peso da separação e voltassem ao domínio legítimo do rei<sup>29</sup>. Junte-se a isso os fatos de seu governo não saber nada em concreto sobre as gestões feitas em Roma para se chegar a esse resultado e de não haver núncio em Madri a quem pedir explicações. Ainda pior, o encarregado da França não apenas atuava como pacificador do conflito como já havia sido informado como agir. O ministro de Estado espanhol, Salmón, exclamou à época que “la Santa Sede había perjudicado a los intereses de la Corona más que Canning con el reconocimiento”<sup>30</sup> e que tudo aquilo havia sido resultado de uma aliança anti-espanhola formada pela Inglaterra, França e a Santa Sé. A preconização ocorrida teria sido só uma parte do que estaria por vir, provavelmente com um reconhecimento das independências.

Nessa atmosfera de tensão, chegou a Madri a notícia de que o novo núncio se encaminhava para a Espanha e Fernando VII decidiu proibir-lhe a entrada até que recebesse notícias mais claras da Santa Sé. Temendo reações com efeitos mais danosos ao

---

<sup>28</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 328.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 329.

<sup>30</sup> LETURIA, Pedro. *Bolívar y León XII*. Caracas: Ed. Parra Leonther, 1931. p. 105.

pontificado, Leão XII escreveu, em julho de 1827, uma carta ao monarca afirmando que não tinha feito nem faria nada de lesivo aos direitos patronais da Espanha na América, pedindo para que o rei revisse sua atitude de má interpretação do gesto do papa.

Fernando VII acabou por aceitar o apelo do papa e reconheceu que Leão XII tomou a decisão adequada para cumprir seu dever de pastor universal. O rei espanhol fez isso talvez porque percebia que a Santa Sé ainda continuava sob seu controle, mas não foi mais condescendente que isso:

“En principio el Gobierno de Su Majestad reconoce, no sólo el derecho del Santo Padre a proveer las diócesis vacantes de América, sino la urgencia de no dejar por más largo tiempo privados de pastores a los fieles de aquellas vastas provincias... Los sentimientos de Religión, innatos en los corazones de todos los españoles, empezando por el de su augusto Monarca, se manifiestan también en estas circunstancias, a pesar del rencor que produce la aplicación de los mismos principios cuya justicia se reconoce”.<sup>31</sup>

Deixou que o novo núncio entrasse em Madri apenas com a condição que o papa aceitasse o novo embaixador espanhol em Roma, além de reafirmar seus direitos patronais de monarca sobre as Igrejas hispano-americanas. O embaixador espanhol escolhido, Pedro de Labrador, não era bem visto pela Santa Sé, mas, para apaziguar a situação, Leão XII aceitou a proposta e o conflito resolveu-se. A Santa Sé voltava a submeter-se à regência da coroa espanhola.

### *10. Reação de Bolívar às preconizações*

A notícia da preconização na América foi recebida com júbilo e com comentários políticos exaltados. Surgiram até mesmo rumores de que Leão XII havia

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 110.

nomeado um cardeal como legado pontifício para toda a América e que se achava pronto para viajar para o México. Afora os rumores, Bolívar recebeu a notícia das preconizações com grande entusiasmo e como recompensa aos seus oito anos de tentativa de avanços em relação à Santa Sé;<sup>b</sup> promoveu um banquete para o qual convidou todos os bispos, membros do governo e corpo diplomático e consular para celebrar a nova aliança entre as repúblicas nascentes e a Santa Sé.

Bolívar havia conseguido que a Colômbia, por meio de sua política conciliadora, restaurasse seu episcopado antes que qualquer república. Mais do que símbolo de prestígio internacional sobre o padroado régio e a legitimidade espanhola, a restauração do episcopado representava a ordem e a boa estruturação política no interior do novo Estado colombiano. Bolívar conseguiu também o apoio do clero para sua causa política, o que fortaleceu suas ações<sup>32</sup>.

#### *11. Novo período de pressão diplomática para a Santa Sé e volta à política de Consalvi*

A chegada de Labrador a Roma iniciou um período de pressão diplomática semelhante ao de Vargas Laguna. A diferença é que o novo embaixador espanhol não contava com o prestígio e amizade com o papa como contava Vargas. Também não contava com o apoio das potências europeias. Entretanto, exerceu grande poder em razão do medo da Santa Sé em evitar, a todo custo, outro momento de ruptura como o de 1827. Para negociar com Labrador, Leão XII nomeou o experiente Capellari, substituindo della Somaglia, próximo a deixar o posto em razão de sua idade<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>33</sup> No entanto, quem será secretário de Estado será o cardeal Bernetti, membro da cúria papal muito próximo a Leão XII.

No primeiro encontro que Capellari teve com Labrador não se chegou a um consenso. Labrador admitiu as necessidades espirituais dos fiéis hispano-americanos, mas exigiu que fossem resguardados os direitos do padroado do rei sendo feita a eleição segundo uma lista secreta apresentada pelo monarca espanhol. Capellari não negou a existência do padroado régio, mas declarou que, enquanto durassem as circunstâncias atuais, o exercício desse direito era impossível e prejudicial. Para isso, a lista não poderia ter o caráter de apresentação canônica, nem deveria fixar os nomes para as mitras, mas se aceitaria uma lista genérica e confidencial de pessoas gratas ao rei, sem haver, contudo, a intervenção de conselheiros. Leão XII, ante o impasse, decidiu-se a favor de Capellari. As instruções para Labrador eram para que fosse atuando de forma gradual, sempre deixando clara a resistência do rei contra o consistório acontecido em 1827.

Quando, em agosto de 1828, aconteceu o segundo encontro entre Capellari e Labrador, havia chegado notícias a Roma que a confecção da lista já não era mais segredo em Madri. Capellari queixou-se com Labrador demonstrando o medo que tinha que os hispano-americanos se interessassem sobre o assunto, fazendo isso na tentativa de manter a política quanto à América Espanhola. Labrador contestou que o papa também consultava seus conselheiros e que a lista era inofensiva já que era de recomendação e não de nomeação. Mais uma vez terminava-se o encontro sem nenhum resultado.

Labrador propôs então que o rei, aceitando a proposta do papa, seguiria nomeando os novos bispos, mas com duas restrições: a lista teria caráter confidencial, e não oficial, e teria somente nomes hispano-americanos, o que o papa e Capellari acharam inadmissível, pois se voltaria ao ponto de partida. Capellari respondeu pelo papa que o pontífice não havia reconhecido as novas repúblicas, mas que no momento que o rei tivesse

recuperado seu controle sobre a Hispano-América, continuaria tendo seu direito de nomeação de bispos. Mas em razão das necessidades hispano-americanas e visto que não se aceitaria nomeações vindas do rei, a única solução seria salvar aquelas igrejas por meio de preconizações *motu proprio*. A atitude de Capellari representava uma volta à sua tese de 1826, o que significou o fracasso das negociações conciliatórias e a possibilidade de nova ruptura com Madri.

Apesar disso, a decisão tomada depois pela Santa Sé surpreendeu o embaixador espanhol. Em setembro de 1828, o novo secretário de Estado, cardeal Bernetti, informou a Labrador que haveria um próximo consistório e que se nomeariam alguns bispos para a Hispano-América, mas para não desagradar ao rei, não seriam proprietários, e sim *in partibus*, isto é, meros vigários apostólicos. Assim, em se tratando apenas de vigários, a nomeação não era objeto de padroado e seria feita, como sempre, sem intervenção de governos políticos.

O que Leão XII decidira fazer, debaixo da forte pressão exercida por Labrador, era voltar à velha fórmula consalviana abandonada em 1826 e 1827, quando foi necessário evitar um cisma. O sumo pontífice percebeu que, ao insistir na preconização *motu proprio*, romperia outra vez com a coroa espanhola, o que seria prejudicial à sua política de neutralidade e aos seus direitos originados do vínculo ao padroado régio. Some-se a isso o fato de que os pedidos mais urgentes de bispos vinham do Chile e da Argentina, e esses Estados não exigiam que fossem proprietários. Bernetti, adepto da política consalviana, acreditava que qualquer nomeação *motu proprio* favoreceria a independência e o não-atendimento aos pedidos de bispos suporia a adesão à legalidade espanhola.

Fernando VII ficou satisfeito com a decisão de Leão XII. Porém, ao sentir que estava de novo com o controle político da Santa Sé nas mãos, impôs mais duas restrições<sup>34</sup>: pedia que não se estendesse a nomeação à Nova Espanha, pois ali não era tão grande a necessidade espiritual (o que não era certo, pois no território mexicano só havia o bispo de Puebla) e mandava uma lista de seus recomendados, que deveria servir de base para a nomeação dos vigários apostólicos.

Leão XII pediu parecer a Capellari sobre a resposta que deveria dar ao rei Fernando VII. Capellari indignou-se ao saber que não se comunicou ao rei espanhol que a única solução possível para a situação era a preconização *motu proprio* e com o fato de que quem deveria julgar urgente ou não a situação dos fiéis hispano-americanos era o papa e não o rei. Com essas ressalvas, Capellari, em nota ao papa, deu seu parecer sobre a resposta que o pontífice deveria dar ao rei<sup>35</sup>: i) o padroado só seria posto em vigor de novo com a volta das províncias hispano-americanas ao domínio espanhol; ii) se isso não acontecesse, a única solução definitiva era nomear bispos proprietários a *motu proprio*; iii) conceder às igrejas de La Paz e Guiana vigários apostólicos de caráter episcopal seria uma providência isolada e não uma atitude geral; e iv) ao atrasar o consistório, o papa não tinha por intenção pedir consentimento a Madri.

Capellari recomendou que tudo fosse dito sem tom de repreensão, mas de forma cortês e polida. A veemência nas recomendações de Capellari mostraram muito bem seu conhecimento sobre o problema hispano-americano, ao mesmo tempo que era indicativa das ações que iria tomar em relação à América, quando consagrado como papa Gregório XVI.

---

<sup>34</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 344.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 347.

A política pendular de Leão XII foi a mais condescendente com a legitimidade espanhola. Em carta a Fernando VII, em dezembro de 1828, Leão XII respondeu que o melhor a ser feito para as Igrejas na Hispano-América era a preconização de bispos proprietários, mas que no momento nomearia vigários apostólicos. Em relação à Nova Espanha, respondeu que atrasaria por um tempo discreto a nomeação desses vigários, mas que estaria atento à lista enviada pelo monarca.

Dessa maneira, no consistório de dezembro de 1828, último do pontificado de Leão XII com relação às repúblicas *criollas*, proveu com vigários apostólicos, de caráter episcopal, a Grã-Colômbia e o Prata. Deu a Quito e La Paz dois bispos residenciais que, por sua vez, coincidiam com as indicações de Fernando VII. Esse consistório representou a política de neutralidade consalviana que Leão XII seguiria até sua morte em 1829. Além disso, Leão XII lançou as bases para a solução da crise das igrejas do Prata, vacantes desde o fracasso da missão Muzi.

## *12. Últimas preconizações de Leão XII*

Preocupado com a terrível situação do Prata desde o fracasso da missão Muzi e com a possibilidade do avanço das idéias cismáticas até o Chile – fragilizado com sedes vacantes – o papa decidiu enviar duas cartas ao Chile. Essas cartas tiveram mais resultado do que o papa podia esperar. Sem saber que Zorilla havia nomeado em Acapulco, por iniciativa própria, o cônego Alejo Eizaguirre para o cargo de vigário da diocese, a primeira carta papal foi vista, no entanto, como condenação a esse ato. Na segunda carta, o papa reclamava do desrespeito à Igreja, que tinha acontecido no único lugar da América Espanhola para o qual havia enviado uma missão. Em outubro de 1827, o governador do Chile, informava, em carta moderada, sobre a segunda viagem de Cienfuegos a Roma.

Antes, porém, que Cienfuegos chegasse a Roma, havia chegado ao Vaticano um despacho do Ministro de Estado de Paris, M. L. de la Forest, que afirmava que o governo do Chile estava preparando um cisma contra a Santa Sé e que Cienfuegos só viajava a Roma porque desejava ser arcebispo do Chile. Os governantes chilenos esperavam que a missão fracassasse para terem pretexto para romper com a Santa Sé.

É bem possível que o juízo de la Forest tenha sido exagerado (não teve uma boa estada no Chile<sup>36</sup>). Não é muito factível a idéia de mandar uma missão com o objetivo de fracassar só para declarar rompimento com Roma. Essa ruptura, se realmente desejada, poderia vir de alguma atitude mais simples, como insistir na preconização de bispos residenciais. De acordo com Leturia<sup>37</sup>, se havia alguma intenção cismática era apenas para tornar a missão de Cienfuegos mais eficaz.

O despacho do ministro francês não provocou maiores estragos à nova missão de Cienfuegos a Roma, mas serviu para alertar sobre o perigo que uma atitude mais rígida com relação a Cienfuegos acarretaria. Ao chegar em Roma, Cienfuegos apresentou um informe ao secretário de Estado Bernetti, no qual explicava o fracasso da missão Muzi, alegando em sua defesa que tudo teria sido feito na tentativa do Chile se defender do bispo Zorilla, inimigo da independência da nação.

Leão XII, dessa vez, confiou o parecer do assunto a Paolo Polidori, cardeal de sua confiança, em vez de entregá-lo à Congregação de Negócios Extraordinários. Polidori respondeu ao papa que em muitas coisas quanto à missão em 1823 e 1824 poderia se perdoar a Cienfuegos, mas que após a *Carta Apologética* de Muzi isso não era possível.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 355.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 356.

Era preciso, portanto, que o papa exercesse sua benevolência em relação ao Chile, mas sem elevar Cienfuegos ao episcopado, pois poderia trazer graves conflitos com a Espanha.

Seguindo o parecer de Polidori, Leão XII permitiu a Cienfuegos escolher entre ficar em Roma para servir de assessor ao pontífice nos assuntos referentes ao Chile ou voltar à sua pátria e trabalhar nela em prol da religião, sem contudo atribuir-lhe alguma mitra. Como vigário apostólico do Chile, o pontífice havia escolhido Manuel Vicuña, presente na lista apresentada por Cienfuegos. Como Cienfuegos sempre havia buscado uma mitra, ficou decepcionado com a atribuição apenas da absolvição pontificia.

A contestação do chileno não agradou Leão XII. Todavia, Cienfuegos insistiu em contar a situação do Chile e as intenções cismáticas do governo, caso não fosse tomada uma decisão mais enérgica. O papa percebeu que, além de nomear um vigário apostólico para o Chile, era necessário nomear Cienfuegos como bispo, uma vez que a Igreja chilena encontrava-se nas mãos desse, mesmo que de modo ilegítimo. Do contrário, a nomeação de outro bispo desagradaria o Chile e não teria o êxito pretendido.

O papa mandou então que se preparasse a preconização de Cienfuegos como bispo, o que sempre havia perseguido. Leão XII o fez jurar uma retratação de seus erros e uma promessa de ajudar a aceitação dos vigários apostólicos nomeados pelo papa para o Chile, o que Cienfuegos aceitou sem nenhuma resistência. Em Madri, as impressões não foram tão ruins, pois todos, inclusive Zorilla, elogiavam Vicuña. Quanto a Cienfuegos, era menos perigoso vê-lo como bispo *in partibus* do que bispo residencial de Santiago.

### *13. Fim do papado de Leão XII*

Embora Leão XII estivesse comemorando o sucesso na solução do espinhoso problema da Igreja chilena, teve que enfrentar os protestos de Zorilla contra a nomeação de Cienfuegos, a persistência da ameaça cismática em São Salvador e o novo e indesejado rumo que tomava a política eclesiástica no México, em começos de 1829. No começo de seu pontificado, Consalvi o havia advertido sobre a dificuldade em lidar com o problema hispano-americano e da necessidade de se combinarem os compromissos com a Espanha, com os deveres de pontífice.

Pode-se perceber, pelos inúmeros avanços e retrocessos na política de Leão XII, que a combinação foi difícil. A política de Leão XII foi pendular e confirmou – sendo o melhor exemplo – a atitude da Santa Sé ante o reconhecimento das independências hispano-americanas. Deixou clara a neutralidade forçada assumida pelo papado, bem como as pressões que sofria em razão de sua vinculação à coroa espanhola, além das pressões das repúblicas emergentes necessitadas da aprovação papal.

Com a morte de Leão XII, em março de 1829, o problema hispano-americano começou a caminhar rumo a uma solução definitiva. Apesar de Pio VII ter sido veemente contra qualquer reconhecimento de padroado nacional, a morte de Fernando VII em 1833 iria abrir espaço para uma política pontifícia mais flexível, até o efetivo reconhecimento por Gregório XVI em 1835.

## **Capítulo 4:**

**Avanço da política de neutralidade em direção ao reconhecimento das  
independências pela Santa Sé**

## **Avanço da política de neutralidade em direção ao reconhecimento das independências pela Santa Sé**

*“Fin qui la Santa Sede ha usati anche troppo riguardi ai diritti della monarchia spagnuola; ma inultamente, ad onta di un periodo di 25 o 26 anni già trascorsi, senza che la medesima vi abbia potuto ricuperare un palmo di terreno; mentre, per l'altra parte, lo stato politico di questa potenza [Espanha] è ridotto a tale condizione, che assolutamente non può concepirne la più verisimile speranza pel tempo avvenire; ed altronde con quest'atto la Santa Sede non verrebbe mai a pregiudicare ai diritti della medesima monarchia, quando e come li venisse a ricuperare, giacché non si tratterebbe che di una ricognizione di governo di fatto, a senso della costituzione Sollicitudo Ecclesiarum dei 5 agosto 1831.”*

*Sessão n.º 164 da Congregação de Negócios Eclesiásticos Extraordinários, 11 de outubro de 1835. Assunto: Reconhecimento de Nova Granada.*

Francisco Saveiro Castiglioni (1761 [1829-1830] 1830), eleito papa em 31 de março de 1829, adotou o nome de Pio VIII, em homenagem a Pio VII. Por formação e temperamento, era favorável à legitimidade e pertencia ao círculo de Consalvi, de quem era grande amigo. Da mesma forma que Pio VII, adotava uma política mais moderada mas com vistas à Espanha. Também havia resistido a Napoleão e, depois, como papa, revelou-se preocupado, sobretudo, com a defesa do catolicismo e defesa contra a propaganda protestante e das sociedades secretas.

Pio VIII subiu ao trono já com a saúde debilitada, o que explica seu breve pontificado (31 de março de 1829 a 30 de novembro de 1830), com apenas um ano e oito meses no trono de São Pedro. Se, de um lado, conseguiu aprovar a bula de emancipação dos católicos na Inglaterra; de outro, teve que se ver às voltas com as agitações revolucionárias da França, onde, para conciliar e decidir a dinastia, autorizou os fiéis a prestarem juramento de fidelidade ao novo rei Luís Felipe.

Por haver estado sempre próximo às idéias do antigo secretário de Estado Consalvi, o novo papa estava bem ciente do problema hispano-americano. Havia feito parte

das reuniões de 1822 a 1823 que precederam à Missão Muzi; havia escrito as atas das reuniões cardinalícias sobre a encíclica de 1824 e sobre a expulsão do núncio Tiberi em 1827, além de ter sido membro assíduo da Congregação de Negócios Extraordinários que estudou sistematicamente as nomeações episcopais para os novos Estados. Nesse sentido, Pio VIII seguia a corrente consalviana de que a melhor solução para a América eram os vigários apostólicos de caráter episcopal. Acreditava nisso não apenas em razão dos compromissos que vinculavam a Santa Sé à Espanha, mas por causa das mudanças políticas das novas repúblicas que respondiam melhor a um regime eclesiástico transitório, como o dos vigários apostólicos, que a preconização de bispos residenciais que interfeririam na questão do padroado entre espanhóis e *criollos* (uma vez que tais bispos eram apontados pelo governo e beneficiavam-se das relações com este).

O papa Pio VIII recusou-se a consagrar bispos não só para a Grã-Colômbia, em razão da iminência da desintegração dos Estados confederados, como para o México, que, por sua desordem interna, parecia pressagiar a extinção do Estado nacional. No entanto, ainda que tenha fracassado ante a situação eclesiástica no México, Pio VIII conseguiu salvar a Igreja do Prata da crise sem maiores prejuízos. De certa forma, essa era a crise mais perigosa da Hispano-América: tanto por estar o Prata há muito tempo sem bispos, como pela continuidade do seu princípio da epiquéia, que o isolava de Roma.

### *1. Crise do Prata e nunciatura no Brasil*

Na verdade, não se pode dizer que o Prata quisesse promover um cisma com Roma, mas, sim, que não estava preocupado o suficiente em prover seus bispos e aumentar o número de sacerdotes e seminários. Foi quando na província de Cuyo – antigo Chile Oriental – as principais cidades determinaram a necessidade da construção de uma diocese

eclesiástica, é que se lançaram as bases para uma aproximação com Roma. O frei Justo de Santa Maria de Oro, influente na província de Cuyo, foi indicado em súplica ao papa, em janeiro de 1828, pelo governador Manuel Gregório Quiroga, para ser bispo da diocese que deveria ser construída. Apesar de tal súplica não contar com a aquiescência do governador e do cabido eclesiástico de Córdoba, de cuja diocese Cuyo fazia parte, não se relatam maiores problemas no rumo das negociações.

Mais tarde, Leão XII, no final de seu papado, admitiu a súplica com uma rapidez, quase ansiedade, e incluiu o padre Justo entre os vigários apostólicos a serem promovidos. Embora Justo não fosse querido em Madri, “Roma topaba aquí con la primera posibilidad político-religiosa de poner solidamente el pie em aquella Confederación Argentina que, por el influjo rivadaviano, tan cerrada parecía de antiguo a la Silla Apostólica”<sup>1</sup>. A Santa Sé se apercebeu da importância desse momento, uma vez que vinha encontrando dificuldades em solucionar a situação do Prata. A consagração de Frei Justo pelo papa Pio VIII, a 21 de fevereiro de 1830, foi a primeira celebrada na Argentina independente e representava uma nova era para as suas igrejas.

Buenos Aires acabou seguindo o exemplo de Cuyo e resolveu procurar novo contato com Roma. Vale dizer que, antes de deixar a América, Muzi havia nomeado a Mariano Medrano como vigário apostólico de Buenos Aires mas Rivadavia não deu o reconhecimento oficial a essa nomeação. Medrano já havia escrito uma carta em 1824 a Leão XII, pedindo-lhe que preconizasse um bispo *in partibus*, e não residencial, a fim de evitar toda a intervenção do governo na nomeação. Em setembro de 1828, Medrano

---

<sup>1</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 365.

escreveu de novo ao papa reafirmando o pedido, com esperanças, em razão das promoções a favor da Colômbia.

As cartas de Medrano chegaram a Roma já no papado de Pio VIII, que tinha como secretário de Estado o cardeal Albani e Luigi Frezza na Secretaria de Assuntos Extraordinários. Os cardeais notaram a importância do momento para entrar em contato com Buenos Aires. Depois de obterem o consentimento de Muzi e Mastai, conseguiram que a Congregação recomendasse ao papa a imediata confirmação de Medrano como vigário apostólico de Buenos Aires, elevando o seu *status* a bispo *in partibus*. Como ainda não se contava com o assentimento do governador de Buenos Aires, o papa Pio VIII aprovou a promoção de Medrano, tornando-a conhecida por meio do núncio recém-beleito do Brasil, Monsenhor Ostini, e não por consistório.

Em Córdoba, o governo já se havia mostrado deferente com a Missão Muzi. Assim que, em pleno governo Rivadavia, Córdoba havia conseguido ser uma fortaleza do federalismo e da união com a Santa Sé<sup>2</sup>. O deão Benito Lazcano continuara a escrever a Mastai para obter da Santa Sé benefícios para a diocese. Motivada pela notícia das preconizações na Colômbia, Córdoba pediu, antes mesmo de Buenos Aires e Cuyo, a nomeação de Lazcano como bispo residencial. Contudo, essa carta só chegou em Roma em 1829, mas surtiu efeito. Em outubro de 1830, o deão de Córdoba havia sido preconizado bispo *in partibus* e vigário apostólico daquela diocese.

A Secretaria de Estado não achou necessário, dessa vez, enviar o breve por meio da nunciatura do Rio de Janeiro, pois confiava que a eleição seria bem recebida pelo governo de Córdoba. Mas em fins de 1828 o cenário havia mudado. O novo governador,

---

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 368.

general José Maria Paz, havia provocado a fuga de Lazcano e insistia na necessidade de um bispo residencial. Antes que a situação se pusesse ainda mais conflitiva, os federalistas reassumiram o poder em 1831 e aceitaram Lazcano, sem que para isso houvesse intervenção do núncio no Brasil.

Mesmo adotando a solução intermediária dos vigários apostólicos com caráter episcopal nas principais igrejas argentinas, Pio VIII havia dado um passo à frente ao constituir, em 1829, a nunciatura do Brasil como uma delegação apostólica “disfarçada”<sup>3</sup> para os novos Estados hispano-americanos. Ainda faltaria efetuar a difícil transição de vigários apostólicos a bispos residenciais, mas um passo importante rumo à resolução da crise no Prata já havia sido tomado. Pio VIII conseguiu, com isso, ser oportunista e estrategista, pois não se aprofundou nas questões e foi resolvendo os problemas à medida que iam surgindo. É provável que tenha conseguido isso por causa da boa situação que se apresentou, com o receio de fortalecimento da pressão espanhola. O certo é que a utilização da nunciatura brasileira foi bastante útil<sup>4</sup>.

## *2. Fracasso de Pio VIII em relação ao México*

O sucesso conseguido por Pio VIII no Prata não se repetiu no México. A política neutra de vigários apostólicos não encontrou ressonância entre os mexicanos. Em 1828, Leão XII havia prometido a Fernando VII que suspenderia por algum tempo as provisões das igrejas mexicanas. Entretanto, chega a Roma em 1830, Pablo Vásquez, enviado do México.

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 369.

<sup>4</sup> O que leva ao questionamento do porquê não ter sido usada mais vezes como ponto de apoio para maiores contatos com o Prata e mesmo como mediadora entre Santa Sé e Hispano-América.

Em abril de 1829, Vásquez havia recebido instruções do novo governo do general Guerrero para que renunciasse ao seu cargo, contribuindo para obstaculizar as esperanças que a Santa Sé tinha de evitar o cisma no mais povoado e rico dos antigos vice-reinos espanhóis. Em 1830, há nova mudança no poder e o então governador, general Bustamante, envia instruções a Vásquez para que peça bispos *motu proprio* como havia feito a Colômbia. O papa recusou-se a receber Vásquez como representante diplomático de uma nação independente, fazendo com que o enviado mexicano entrasse em Roma sem caráter oficial, como havia feito Tejada em 1826.

Vásquez foi incumbido da missão de apresentar um “ultimato virtual”<sup>5</sup> ao papa. Foi instruído a negociar uma concordata, cuja *conditio sine qua non* seria a nomeação de bispos proprietários. Deveria declarar em nome de seu governo que, no futuro, o México não iria receber mais vigários apostólicos, mas só bispos residenciais. Pio VIII e o cardeal Albani, todavia, estavam firmes na política de não mais nomear bispos proprietários como na Colômbia, mas, sim, vigários apostólicos com caráter episcopal como haviam feito no Chile, Argentina e últimas provisões da Colômbia.

O enviado mexicano não aceitou a decisão por vários motivos<sup>6</sup>: i) a decisão feria a dignidade nacional. Por que à Colômbia e não ao México?; ii) havia a ameaça de cisma, pois seriam muitos no México que tentariam criar por si bispos proprietários se a Santa Sé não o fizesse; iii) o verdadeiro motivo de querer dar ao México vigários apostólicos é porque assim o queria o rei da Espanha. Enquanto Vásquez fazia suas reivindicações, Capellari votava a favor de que se aplicasse ao México ao menos dois bispos residenciais.

---

<sup>5</sup> MECHAM, John Lloyd. *Church and State in Latin America*. North Carolina: Chapel Hill, 1966. p. 84.

<sup>6</sup> LETURIA. *Op. cit.*, p. 370.

Pio VIII, por sua vez, não achou conveniente ceder, pois preferia esperar a consolidação da inquieta e turbulenta política mexicana. Nessa direção, expediu os breves de nomeação de vigários apostólicos com caráter de bispos *in partibus* pelos candidatos presentes nas listas de Vásquez e Lazcano. Vásquez recusou-se a negociar, dizendo que “he was bound by a limited and express mandate”<sup>7</sup>. No começo de 1830, Pio VIII acabou por ceder às suas instâncias e em carta ao rei informou sua decisão. O papa acabou morrendo antes de saber que a resposta espanhola considerava que “Roma nos causa mayor daño con tales medidas que con una declaración de guerra”<sup>8</sup>.

### 3. Ascensão de Gregório XVI

Quando Pio VIII morreu em 30 de novembro de 1830, a Europa encontrava-se em um momento crítico. A revolução de julho na França trazia consigo não só o triunfo da burguesia e do sistema parlamentar sobre a tentativa de restauração do *Ancien Régime*, como provocou uma reação em cadeia no continente europeu. Os ecos da revolução eram escutados na Bélgica, Polônia, Irlanda, em Piemonte e nos ducados de Parma e Módena. Essa efervescência política também se mostrava presente na Península Ibérica, com seus conflitos dinásticos e ideológicos, refletindo a agitação profunda dos espíritos.

A Santa Sé via-se em um mundo de transformações nas estruturas econômicas e sociais, com novas idéias de liberdade e justiça. Nesse quadro particularmente difícil, a Santa Sé buscava soluções por meio dos caminhos tradicionais. Foi assim que, com a morte de Pio VIII e o problema da sucessão, voltaram a enfrentar-se outra vez os dois partidos<sup>9</sup>. Os *politicanti*, que mantinham o mesmo empenho em garantir a

---

<sup>7</sup> AYARRAGARAY, Lucas *apud* MECHAM. *Op. cit.*, p. 84.

<sup>8</sup> LETURIA, *Op. cit.*, p. 374.

<sup>9</sup> JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. Vol. VII: “La Iglesia entre la Revolución y la Restauración”. Barcelona: Ed. Herder, 1978. p. 423.

defesa do Estado pontifício mediante estreita colaboração com a Áustria de Metternich; e os *zelanti*, mais interessados na independência da Igreja ante os governos do que em combinações diplomáticas.

Depois de quase três meses de disputa entre *politicanti* e *zelanti*, Bartolomeo Alberto Capellari assume como papa Gregório XVI. O embaixador espanhol em Roma, Labrador, não gostava da idéia de Capellari ser o papa, pois “no [era] hombre de gobierno y sus opiniones en punto de obispos de las provincias rebeldes de América no [eram] favorables a los derechos de la corona de España.”<sup>10</sup>

Apesar de ser profundo teólogo e considerado por muitos um homem que não entendia de política, Gregório XVI era a favor de bispos residenciais para a Hispano-América desde 1825. Conforme Leturia<sup>11</sup>, a eleição de Capellari significava o ponto final do padroado espanhol na América. É Gregório XVI, considerado por muitos inexperiente na política, que oferece uma relação de democracia com a Hispano-América, deixando de lado a política de Leão XII e Pio VIII. Gregório XVI conseguiu ter a visão de que deveria preservar a Igreja na América ainda que com a desaprovação de um monarca passageiro.

O papa Gregório XVI foi perspicaz em perceber que o império espanhol, como todo o Antigo Regime, ruía e que se a Igreja não tomasse uma atitude enérgica ruiria junto. Era importante preservar a Santa Sé. Por isso a subida de Capellari ao trono de São Pedro fez com que se criasse uma expectativa favorável para a Hispano-América. O próprio Capellari havia dito ao enviado do México a Roma antes de acontecer o conclave que o

---

<sup>10</sup> MARCH, J.M. *La exclusiva dada por España contra el cardenal Giustianiani en el cónclave de 1830-31, según los despachos diplomáticos* in Razón y Fe, 1932, p.58 *apud* CODES, Rosa María Martínez. *La Iglesia Católica en la América Independiente*. Madri: MAPFRE, 1992. p. 157.

<sup>11</sup> *Op.cit.*, p. 378.

elegeu “ruegue usted a Dios que nos dé un pontífice amigo de México”<sup>12</sup>, pois a atmosfera do Vaticano estava carregada de ressentimento contra a intransigência de Fernando VII.

Com o propósito de desvincular-se até certo ponto da legitimidade da coroa espanhola, o novo papa escolheu para ser seu secretário de Estado o cardeal Bernetti, homem enérgico e inteligente, apesar de impulsivo. Era oposto à política pró-austríaca do cardeal Albani e demais *politicanti*. Bernetti não estava muito preocupado com o aspecto religioso dos problemas, mas, sim, com a técnica da política e da diplomacia, que o fazia reconhecer com clareza os defeitos da administração do Estado pontifício. Metternich apreciava “su conocimiento de las necesidades de su tiempo presente.”<sup>13</sup>

#### 4. Preconização de bispos residenciais

No mesmo mês de sua eleição (fevereiro de 1831), Gregório XVI convocou um consistório, no qual divulgou a preconização de seis bispos residenciais para o México, sendo Vásquez designado para Puebla. À tal preconização não precederam negociações com o embaixador espanhol, pois o papa acreditava que já não era mais tempo para discutir e sim para agir.

Por meio do novo secretário de Estado, enviou nota ao rei espanhol dizendo que o México não admitiria vigários apostólicos. Como não haveria mais nenhum meio de salvar a fé e a Igreja naquele lugar é que havia sido necessária a preconização. Porém, por consideração aos direitos reais<sup>14</sup>, o papa agiu *motu proprio*. Com isso, Gregório XVI começava uma nova fase nas relações entre Santa Sé e Hispano-América, que

---

<sup>12</sup> LETURIA, Pedro. Artigo: “Gregório XVI y la Emancipación de la América Española”. *Razón y Fe*. 09.02.1948. p. 324.

<sup>13</sup> JEDIN, Hubert. *Op. cit.*, p. 429.

<sup>14</sup> LETURIA, Pedro. Artigo: “Gregório XVI y la Emancipación de la América Española”. *Razón y Fe*. 09.02.1948. p. 336.

acompanhava as mudanças internacionais. A Santa Sé avançava na política de neutralidade e caminhava em direção ao reconhecimento das independências das novas repúblicas.

Isso pode ser comprovado pelo fato de que Gregório XVI não tardou mais tempo para estender a mesma medida para o Chile e a Argentina, exigida pela situação política autônoma desses Estados. Essa onda de preconizações só vinha confirmar como a solução provisória dos vigários apostólicos havia sido prejudicial às igrejas hispano-americanas. Essas haviam sido construídas sob o molde da hierarquia eclesiástica de papas e bispos. Como já se viu nos capítulos anteriores, os vigários apostólicos de caráter episcopal encontravam sérios problemas em relação à posição legal dos governos no exercício de suas funções.

Apenas no Peru a situação das preconizações foi mais difícil. A guerra de independência na região não havia acabado até o fim de 1824, quando os demais Estados hispano-americanos já eram autônomos. Mas não foi essa a razão pela qual o Peru demorou em receber bispos residenciais. O Peru já havia enviado uma série de cartas à Santa Sé, informando da situação de sua Igreja e pedindo remédio às suas necessidades. Ao que parece, nenhuma dessas cartas chegou ao Vaticano, pois em 1831 o cardeal Bernetti declarava que nada se sabia da situação eclesiástica naquela república. A solução encontrada para a provisão das sedes peruanas estava no núncio apostólico do Rio de Janeiro, que proveu as necessidades dos fiéis peruanos.

Semelhante atraso na restauração da hierarquia eclesiástica peruana se deu com o vicariato apostólico de Montevideú, erigido em 1832. A política de Gregório XVI em relação a Montevideú foi diferente em razão do complicado processo de autonomia política e da emancipação eclesiástica do bispado de Buenos Aires, fazendo com que o papa optasse

por vigários apostólicos em vez de bispos residenciais. A Banda Oriental e sua capital – Montevideu – foram espanholas até 1814; foram rio platina e autônomas até 1817; portuguesas até 1824; brasileiras até 1825; disputadas em guerra entre brasileiros e argentinos até 1827; e, teoricamente brasileiras até agosto de 1828, quando Argentina e Brasil firmaram acordo definitivo declarando a nação soberana (apesar do Uruguai ter sido notificado apenas em 1830)<sup>15</sup>.

Assim, a situação resolveu-se com a nomeação de Dámaso Larrañaga como vigário apostólico de sede vacante, realizada por Muzi em 1825, com a necessidade de confirmação papal. Tal confirmação, contudo, só veio com Gregório XVI, em 1830, quando atendeu o governo uruguaio e repôs Larrañaga de forma oficial na diocese vacante, após a tentativa de Pio VIII em enviar o espanhol Pedro Jimenéz com o apoio do imperador brasileiro, apesar da violenta oposição da Espanha.

##### 5. *Bula Sollicitudo Ecclesiarum*<sup>16</sup>

Como cardeal, o papa Gregório XVI já havia tentado negociar com o enviado mexicano Vásquez com o intuito de amenizar os efeitos da encíclica legitimista de Leão XII. O então Capellari afirmava em nota a Vásquez que o cenário internacional havia mudado e que se antes havia sido prudente publicar a encíclica, naquele momento seria prudente não insistir nela. A insistência no documento levaria à produção de efeitos contrários à concórdia que ela pregava, podendo ocasionar até mesmo um cisma. Capellari afirmava que não convinha submeter a Igreja à sorte instável dos impérios.

---

<sup>15</sup> CODES. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>16</sup> Não se encontrou o texto integral do documento nas inúmeras fontes pesquisadas.

Ao perceber o fim inevitável da legitimidade na Hispano-América, a Santa Sé atentou para a possibilidade do início de negociações com os americanos, e, por isso não insistiu na encíclica de Leão XII. Para Capellari, a revolução hispano-americana era fato consumado pondo a religião em perigo, ainda que contasse com “raíces profundas e hijos fieles”<sup>17</sup>. O futuro papa Gregório XVI já ressaltava que Leão XII deveria fazer de tudo para atraí-los, e não para afastá-los, evitando ferir a liberdade republicana que professavam: “lo che non si otterebbe ove si vedessero direttamente o indirettamente toccati nella politica independenza del loro governo republicano.”<sup>18</sup>

É com esse espírito que Gregório XVI, considerado míope em Política por seus opositores, publica em 05 de agosto de 1831 sua constituição *Sollicitudo Ecclesiarum*. Esta bula continha uma proclamação doutrinal, concebida em termos genéricos, que dispunha que as vicissitudes políticas dos Estados não deveriam impedir que a Santa Sé remediase as necessidades espirituais das almas e a criação dos novos bispos, ainda que para isso fosse necessário tratar com as autoridades de fato. Dizia mais em nota à Espanha:

“Que el papa dé a determinada persona un título no legitima el derecho a tal título, aunque sea título real y se diga ‘ex certa scientia’; ni el hecho de que el pontífice reciba a los delegados de una parte en litigio, trate con ellos y haga determinadas convenciones, crea perjuicio alguno a los derechos, privilegios o Patronato de la otra parte. El papa lo declara así solamente a nombre probo y de los sumos pontífices sus sucesores.”<sup>19</sup>

Vale ressaltar que o papado jamais reconheceu o padroado como um direito inerente à soberania. Contudo, Gregório XVI fez com que, de maneira prudente, a

---

<sup>17</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 396.

<sup>18</sup> *Ibidem*. Artigo: “Gregório XVI y la Emancipación de la América Española”. *Razón y Fe*. 09.02.1948. p. 334.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 335.

publicação da bula não implicasse a discussão do padroado nacional, deixando-a para estudo e solução posteriores. A Santa Sé havia assumido, afinal, que se o reconhecimento esperasse pelo acordo na questão do direito do padroado, jamais se efetuariaria. O espírito do documento confirmava uma política de neutralidade que permitia ao papa atender os delegados de uma parte em litígio, sem criar prejuízos à outra<sup>20</sup>.

O motivo direto da publicação da encíclica, na verdade, foi o conflito dinástico que se dava em Portugal. Dom Miguel, filho de João VI e irmão de Pedro I do Brasil, após a morte de seu pai e durante a menoridade de sua sobrinha Maria da Glória, foi regente. Apoiado pelo absolutismo, ele tentou manter o trono para si. Foi travada uma batalha, na qual ambas as facções tentaram assegurar a provisão de bispos pelo papa para as sedes vacantes, que, ao final, é decidida por Gregório XVI por meio da preconização dos nomes indicados por Dom Miguel.

Não parece provável, entretanto, que o pontífice não levasse em conta em sua redação, as conseqüências políticas de tal documento para as repúblicas americanas (principalmente conhecendo tão bem a situação da Hispano-América). O princípio pontifício de atender só ao fato e não ao direito – mesmo que o “fato” não estivesse ainda tão claro nas repúblicas americanas como estava em Portugal – abria uma possibilidade para a aplicação do documento na América, ainda que se houvesse declarado a intenção de não ferir os interesses do monarca espanhol, como observou Ramírez de la Piscina, encarregado da Espanha em Roma.

Tais queixas não acharam eco em Madri. Naquele momento, os ministros estavam preocupados com a conjuntura espanhola e a iminente guerra civil que se

---

<sup>20</sup> CODES. *Op. cit.*, p. 160.

anunciava para a sucessão da coroa, mesmo anos antes da morte de Fernando VII. Esse quadro favoreceu para que a Hispano-América passasse a um segundo plano na corte de Madri e fez com que a opinião geral de um setor da cúria encorajasse o papa para que se pusesse em contato com as novas repúblicas, até mesmo reconhecendo-as.

A morte de Fernando VII, em 1833, veio aliviar ainda mais a pressão sobre a Santa Sé, permitindo que desse continuidade à sua política de neutralidade avançando rumo ao reconhecimento. Na Espanha, encontravam-se brigando pelo trono Isabel, apoiada pelos liberais, e Carlos, seguido pelos regalistas. Ao final, o caprichoso e débil Fernando VII deixava como herança uma política de desacerto, uma guerra civil na nação, um gabinete desestruturado e um império perdido no ultramar.

#### *6. Reconhecimento das novas repúblicas*

Fora da pressão do rei Fernando VII, que olhava para as independências como uma afronta pessoal, o papa Gregório XVI evitou tomar qualquer atitude política brusca. Permaneceu em uma política de avanço da neutralidade até o primeiro reconhecimento de uma república hispano-americana, que se deu em 1835. O momento oportuno havia finalmente chegado para a tomada da ação decisiva, após tantos anos de idas e vindas na política da Santa Sé em relação à Hispano-América.

A primeira iniciativa de buscar o reconhecimento pela Santa Sé veio de Bogotá, então capital da ex-Grã-Colômbia e atual Nova Granada. O presidente Santander havia nomeado de novo Ignacio Tejada como encarregado de negócios, que se apresentaria em Roma em 1832. Essa iniciativa foi bastante oportuna como se pode perceber pela receptividade com que o sumo pontífice acolheu o enviado hispano-americano.

O papa encarregou o assunto do reconhecimento de Nova Granada ao Monsenhor Frezza, secretário da Congregação de Assuntos Extraordinários. As informações que Tejada trazia consigo sobre Nova Granada de tão otimistas chegavam mesmo a ser um pouco exageradas. Em razão disso, Frezza lançou três perguntas ao conselho de cardeais formado por Bernetti, De Gregório, Odescalchi e Giustiniani<sup>21</sup>: i) Dever-se-ia reconhecer Nova Granada? ii) Dever-se-iam reconhecer os outros Estados hispano-americanos? iii) Dever-se-ia enviar, como consequência óbvia do reconhecimento oficial, um representante da Santa Sé aos governos que fossem reconhecidos?

Foi imediata a resposta dos cardeais à primeira pergunta, quanto ao reconhecimento de Nova Granada. Foram unânimes em afirmar que não se tratava de um reconhecimento de direito, mas, sim, de fato, conforme ao espírito da bula *Sollicitudo Ecclesiarum*, diante da impossibilidade da Espanha em recuperar suas antigas posses. Além disso, para os cardeais, os governos hispano-americanos mostravam mais respeito à Santa Sé que o então governo liberal católico espanhol. A Santa Sé viu, assim, o momento propício de fortalecer o poder da Igreja na Hispano-América.

Determinou-se o envio de um vigário apostólico de caráter episcopal a Bogotá para que, como agente da Santa Sé, estabelecesse a reciprocidade das relações entre os dois governos. Mas, no que dizia respeito às outras repúblicas, a Congregação decidiu ser prematuro o reconhecimento por duas razões<sup>22</sup>: i) porque ainda não se tinha certeza em Roma de seus reais interesses; ii) porque elas mesmas não haviam pedido. A Bolívia, por exemplo, que tinha seu agente oficial na corte brasileira pedindo o envio de um representante do papa, não possuía ainda representação em Roma.

---

<sup>21</sup> LETURIA, Pedro. Artigo: “Gregório XVI y la Emancipación de la América Española”. *Razón y Fe*. 09.02.1948, p. 339.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 340.

De posse das respostas dos cardeais, Gregório XVI foi rápido em aprovar as decisões da Congregação. Exigiu apenas duas mudanças. A primeira referia-se à cláusula que constava do reconhecimento, dispondo que se reconhecia de fato a república “con tal que la religión católica continúe imperando en ese gobierno”<sup>23</sup>. O papa achou demasiado forte a inclusão de tal cláusula, pois acreditava que era melhor nem mesmo suscitar dúvidas a esse respeito. Isso demonstrava o cuidado de Gregório XVI em proceder aos reconhecimentos na tentativa de evitar qualquer ruptura com a Hispano-América. Nesse sentido, iria sua segunda ressalva: o representante do pontífice na Bolívia deveria levar o título de delegado, e não de vigário apostólico, pois iria na condição de representante do Vaticano para estabelecer relações entre ambos governos e não na função de preencher alguma sede vacante.

Foi assim que, em 26 de novembro de 1835, Gregório XVI formalmente reconheceu a independência da república de Nova Granada. Em dezembro do mesmo ano, Ignacio Tejada, depois de anos de paciente diplomacia, foi recompensado ao ser recebido em audiência papal como encarregado da República de Nova Granada. O papa decidiu enviar Monsenhor Baluffi à Nova Granada, com amplísimos poderes, tornando-se o primeiro núncio acreditado para uma república hispano-americana.

### *7. Situação das outras repúblicas*

As dificuldades de Bogotá, centro único irradiador da vontade pontifícia para território tão extenso, trouxeram a necessidade de, em 1840, dividir-se a representação da Santa Sé em torno de dois núcleos. A nunciatura de Bogotá, responsável por Nova Granada, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia; e a nunciatura do Rio de Janeiro, continuando com a

---

<sup>23</sup> *Idem.*

antiga delegação para Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Assim permaneceu a representação pontifícia na América do Sul por todo o pontificado de Gregório XVI.

Em dezembro de 1836, Manuel Díaz de Bonilla havia chegado a Roma como representante do México, encarregado de tratar com a Santa Sé uma série de problemas eclesiásticos pendentes, principalmente o padroado. Apesar do caráter oficial com que se apresentava, não trazia a intenção de pedir o reconhecimento do México nem tinha instruções para fazê-lo.

Ante tal situação, Bonilla não pôde ser recebido como plenipotenciário, pois o México ainda não estava reconhecido como nação independente. O enviado mexicano, mesmo sem instruções, achou melhor pedir o reconhecimento do México a fim de estabelecer contato com a Santa Sé, que insistiu que a bula tratava de separar o político do espiritual e que as negociações eram melhores quando os países em questão eram considerados como nações, ressaltando o momento favorável na Espanha e em Roma para isso.

Após a iniciativa de Bonilla, seguiu-se audiência com o papa no mesmo mês. O enviado mexicano recebeu então duas cartas, uma de Madri e outra do México. De Madri, seu colega, Miguel Santa Maria, o felicitava pelo reconhecimento feito pelo papa e o comunicava que o primeiro ministro da Espanha e ele haviam firmado um tratado de paz pelo qual a rainha reconhecia “plena y absolutamente a la república mexicana por nación libre, soberana e independiente.”<sup>24</sup> Do México, recebia a aprovação do ministro de Relações Exteriores, José Maria Ortiz Monasterio, que o congratulava pela atitude.

---

<sup>24</sup> LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p 405.

A Venezuela, por sua vez, teve mais problemas no seu processo de reconhecimento. Isso se deveu ao fato de que a república enfrentava dificuldades em sua diocese. Em 1838, a Venezuela enviava o general Daniel O' Leary para estabelecer relações com Roma, pois, após comunicação com Baluffi, que havia chegado a Bogotá, este havia dito que a Santa Sé só faria concordata com a Venezuela se o atual governo restabelecesse o arcebispo de Caracas, Ramón Méndez. O arcebispo era defensor da imunidade da Igreja e havia sido colaborador de Bolívar e, naquele momento, achava-se em conflito com o governo venezuelano.

Havia interesse em reconhecer a Venezuela, desde que resolvido o impasse eclesiástico. O'Leary insistia no reconhecimento de seu caráter oficial sem que antes aceitasse a questão. Alegava que qualquer demora poderia ser mal vista pelo seu governo e que, afora isso, outras dificuldades haviam surgido em relação ao reconhecimento da Venezuela. Primeiro, o papa desejava vincular o reconhecimento da república ao envio de um delegado apostólico. Segundo, o pontífice não aceitava tratar da existência do padroado eclesiástico senão levando em conta uma livre concessão pontifícia<sup>25</sup>.

A reação de O'Leary foi imediata e furiosa: “no aceptamos la concesión ni pedimos la herencia [do antigo padroado régio], sino que reclamamos el patronato como inherente a la soberanía”<sup>26</sup>. Na Venezuela, a reação foi ainda pior, falava-se mesmo em rompimento com Roma. A situação amenizou-se quando Gregório XVI escreveu uma carta pacífica ao presidente venezuelano, Soublette, e admitiu uma conversa pessoal com O'Leary, mas o sumo pontífice foi inflexível na defesa dos direitos da mitra de Caracas,

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 410.

<sup>26</sup> *Idem*.

postergando para tempos melhores o necessário reconhecimento político da nova república<sup>27</sup>.

O reconhecimento dos demais Estados deu-se sem maiores obstáculos. O Equador foi reconhecido em agosto de 1838 e o Chile em abril de 1840, com a elevação da sede de Santiago à Metropolitana. No que se refere à Bolívia e Peru, o reconhecimento não se deu, em razão das complicações políticas com as repúblicas limítrofes, o que fez que o contato só fosse procurado em 1851, já com Pio IX. Quanto à Argentina, o obstáculo nasceu do estado interno da Confederação durante a ditadura de Rosas. Uma missão oficial Argentina só foi reconhecida em 1855, sob o pontificado de Pio IX e sob o governo do general Urquiza.

#### *8. Balanço da política de Gregório XVI e a política eclesiástica dos futuros governos liberais*

O reconhecimento da Nova Granada marcou o fim do problema hispano-americano. Depois disso, as negociações do papa com a Hispano-América foram diretas e desligadas das suscetibilidades do governo espanhol. No momento que Roma pôde confiar na estabilidade política dos novos governos estabelecidos na América e na sua afinidade em relação ao princípio da supremacia papal, o reconhecimento foi desencadeado.

Ainda se poderia dizer mais. Não apenas a satisfação com a estabilidade política dos governos hispano-americanos levaram ao avanço da política papal, mas também a própria situação de crise da Igreja e a conjuntura européia. Desde a adoção da política de neutralidade adotada por Consalvi no pontificado de Pio VII, separando o

---

<sup>27</sup> Não se encontrou nas inúmeras fontes pesquisadas a data exata do reconhecimento da república da Venezuela pela Santa Sé.

espiritual do político, a Santa Sé vinculou sua atuação ao movimento do cenário internacional sem, para isso, tomar atitude que a dispusesse contra a coroa espanhola, a quem estava vinculada por compromissos de legitimidade.

A Santa Sé recusava-se a assumir uma posição internacional quanto ao problema hispano-americano sem que antes o fizesse uma grande potência européia. Oscilava entre independências e legitimismo sempre que a Igreja ameaçava ruir de um ou do outro lado. Esse é o movimento que a Santa Sé escolheu a fim de dar continuidade à sua integridade.

Foi com Gregório XVI que essa política de neutralidade avançou e pôde chegar até os efetivos reconhecimentos das repúblicas. Mas tais reconhecimentos não deixam de representar a tentativa de Roma em impedir que uma situação pior, talvez de cisma, fosse instalada na Hispano-América. Esse mesmo momento coincidiu com as comoções internas da Espanha e a diminuição da pressão sobre a Santa Sé. A crise do Antigo Regime foi-se abatendo sobre a legitimidade da coroa espanhola em relação aos *criollos* hispano-americanos e fez com que Gregório XVI vislumbrasse o fim inevitável do *status quo*.

A Igreja em si mesma foi envolvida pela crise do absolutismo. Tanto foi assim que, mesmo após os primeiros reconhecimentos, a questão do padroado permaneceu complicando as relações entre papa e América ainda por muitos anos. De 1825 a 1869, a Igreja e a sociedade hispano-americana encontravam-se atreladas a dois projetos contraditórios: o da restauração e o da secularização. A crise agravava-se tanto para o Estado como para a Igreja.

A primeira geração de liberais tratou de usar o padroado para reformar, mas a conjuntura latino-americana dos vinte primeiros anos de independência desencadeou um agravamento das contradições e resistência da Igreja, que não aceitou o direito do Estado reformar. Se, em décadas anteriores, a Igreja havia favorecido o regalismo para reforçar a autoridade do monarca, mudou de idéia quanto às suas relações com o Estado. Se o Estado não lhe dava garantia, o padroado tornava-se uma ameaça. A Igreja tentou, nesse período, buscar uma liberdade de ação, tentando ser independente da autoridade civil, mas sob a proteção da lei.

A segunda geração de liberais pretendeu acabar com as contradições. As minorias urbanas pertencentes à elite dirigente propunha a revolução da Reforma. O povo aderiu mais ao clero e não participava da expulsão das ordens nem das medidas anti-religiosas. Ao cabo dessa luta, que não conseguiu destruir a Igreja católica, encontrou-se a difícil separação da Igreja e do Estado, em níveis desiguais nos diferentes países.

Mas tudo isso viria nos anos que se seguiram à espinhosa questão dos reconhecimentos das independências hispano-americanas. Mesmo diante de tantos enfrentamentos, Pio IX viria a ser considerado como o papa da América Latina por suas inúmeras obras para o continente. Porém, pode-se dizer que foi Gregório XVI quem começou a política “hispano-americana”, que seria desenvolvida por Pio IX, por meio do reconhecimento de Nova Granada. Conseguiu, com isso, conservar a Igreja no Ultramar e fortalecer o contato com a Hispano-América. Gregório XVI pôde fazer isso antes que explodissem as revoltas liberais nas novas repúblicas, que iriam balançar outra vez as relações entre Santa Sé e América Espanhola.

Isso não chegou, contudo, a abalar os avanços conquistados na política da América Espanhola com o Vaticano que, naquele período, relacionavam-se diretamente, sem a égide da coroa espanhola. Restariam apenas os duros anos vindouros de liberalismo na Hispano-América e luta pelo direito ao padroado que marcariam toda a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

## Considerações finais

Como se viu ao longo do texto, desde o começo da Guerra da Independência, que se deu e se consumou nas primeiras décadas do século XIX, com a exceção de Cuba e Porto Rico, espanhóis e americanos buscaram o apoio político-religioso da Igreja. Enquanto o rei pressionava o papa a fim de que condenasse os movimentos de independência, os chefes revolucionários tentavam atrair para seu lado sacerdotes e bispos americanos. Em geral, o baixo clero inclinou-se mais a favor da independência do que os bispos constringidos por seus juramentos de fidelidade ao rei como patrono<sup>1</sup>.

A atitude dos bispos foi influenciada pelas as orientações vindas da Santa Sé. A princípio, o pontificado se guiou pelas idéias vigentes, que consideravam básica a aliança entre Trono e Altar, fazendo declarações contrárias à emancipação, sobretudo em 1816, com o breve *Etsi longissimo* de Pio VII, quando já havia sido restaurada a monarquia espanhola, se considerou o movimento americano como rebelião.

Essa atitude da Santa Sé não só repercutiu na política, como a situação da Igreja na América piorou com o passar dos anos. O rei continuava com o direito de padroado. Esse documento pontifício, contrário ao movimento emancipacionista se explica pelas circunstâncias em que foi redigido: em plena reação absolutista na Espanha, com o apoio da Santa Aliança a fim de que Fernando VII recuperasse os domínios no ultramar<sup>2</sup>.

Durante esses anos, a mentalidade do Vaticano estava de acordo com a atitude reacionária do Congresso de Viena, 1815, que tinha o intento de acabar com as idéias revolucionárias francesas, voltando à ordem antes de 1789 e restaurando, inclusive, o estatuto colonial. A

---

<sup>1</sup> LLORCA,B. *Historia de la Iglesia Católica*. v. IV. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963. p. 651.

<sup>2</sup> Na mesma direção, tem-se a encíclica de Leão XII, *Etsi iam diu*, 1824.

Santa Aliança, braço armado do Congresso, deveria usar a força a fim de acabar com os movimentos emancipacionistas que nada mais eram do que uma prolongação das comoções causadas pela Revolução Francesa.

Nessa atitude do papado também influenciou o comportamento de alguns chefes revolucionários, que denotava um caráter anticatólico. Contudo, as medidas anti-religiosas do próprio governo espanhol, mudaram a atitude da Santa Sé em 1820: a causa do rei já não era a causa da religião. A perda das colônias parecia irrevogável e o exercício do padroado tornara-se impossível, mas a ocasião de modificar o comportamento da Santa Sé ante a América Espanhola ofereceu-se especialmente favorável ao papa com as ações quase hostis do novo governo liberal de Madri contra a Igreja.

Os bispos, desde então, começaram a inclinar-se a favor dos novos governos vendo-os não como grupos insurgentes, mas como autênticos movimentos nacionais. O sumo pontífice, por sua vez, aproveitou a oportunidade para declarar que a Santa Sé não cuidaria de nada mais que o bem espiritual das almas; não se envolveria em contendas políticas e dirigiria a atenção aos fiéis hispano-americanos a fim de reparar suas necessidades.

Estando as coisas nessa situação, o papa começou a receber notícias diretas da Hispano-América por meio dos bispos (que costumavam comunicar-se primeiro com a Espanha, e essa com Roma). A resposta de Pio VII à carta do bispo Lasso de la Vega, em 1822, sensível aos problemas da Igreja na América Espanhola mostrou uma atitude favorável do papa em relação aos novos Estados hispano-americanos. Isso se deu em pleno apogeu da Santa Aliança, e dois anos antes que a Inglaterra – a primeira potência na Europa – reconhecesse em caráter oficial as novas repúblicas da América.

Neste mesmo ano aconteceu a Missão Muzi ao Chile (que levou como consultor aquele que seria o futuro Pio IX), que havia sido enviada para remediar as necessidades espirituais dos fiéis americanos. Nessa ocasião, já havia cessado o domínio espanhol em quase todos os vice-reinos. Apesar da missão ter fracassado – no Chile foi mal recebida pelo governo liberal e não prosseguiu para o Peru e a Grande Colômbia – marcou a neutralidade do pontífice nas questões independentistas. Ao exercer seus poderes apostólicos, a Santa Sé passou a não dar e nem tirar a razão de nenhum dos lados envolvidos.

Entretanto, a subida de Leão XII ao trono de São Pedro coincidiu com uma reação absolutista na Espanha, fazendo com que novamente o papa se inclinasse à coroa espanhola, redigindo um breve, *Etsi iam diu*, 1824, no qual clama pela obediência dos fiéis ao rei. Foi pouquíssimo aceito na Hispano-América, pois se pensou que havia sido falsificado para gerar discórdia entre o Vaticano e as novas Repúblicas.

De acordo com Leandro Tormo e Pilar Aizpuru<sup>3</sup>, o rei de Espanha conseguiu que Pio VII e Leão XII redigissem em diferentes ocasiões documentos que atacavam o movimento emancipacionista. Assim, tal atitude da Santa Sé não só repercutia na política, como a situação da Igreja nos países hispano-americanos foi-se agravando, ao mesmo tempo que o rei conservava o direito ao padroado que, *de facto*, não podia exercer sobre os territórios emancipados ou em guerra. Foi necessário bastante tempo até que o sumo pontífice decidisse remediar as demandas espirituais daqueles países, nomeando bispos e estabelecendo as normas necessárias para o funcionamento da Igreja hispano-americana. Esses documentos pontifícios contrários às independências se explicariam pelas

---

<sup>3</sup> TORMO, L. & AIZPURU, P. *Historia de la Iglesia en América Latina*. Bogotá: Ed. Feres Friburgo/Ocsha Madri, 1961. p. 10.

circunstâncias de reação absolutista que se alastrava na Europa.

A emancipação das nações hispano-americanas havia criado um problema difícil para a Santa Sé, pois a abertura de relações com os novos governos republicanos significava que se lhes autorizava legitimação totalmente negada pelos monarcas católicos da Europa. Neste sentido é que Sauvigny, em seu artigo para a coleção *Nova História da Igreja*<sup>4</sup>, afirma que a morte de Fernando VII, em 1833, facilitou em muito a solução no que se referia ao padroado e às independências.

A partir de 1825, foi-se afirmando a situação das repúblicas hispano-americanas e os pontífices prescindiram do direito de *Real Patronato* preenchendo as sedes vacantes, atendendo às necessidades espirituais da América Espanhola. Os representantes americanos começaram a ser recebidos pelo papa. Em 1835, ocorria o primeiro reconhecimento oficial pela Santa Sé de um Estado hispano-americano, o reconhecimento de Nova Granada (por Gregório XVI). No entanto, a questão das nomeações episcopais ainda dava ensejo a muitos choques. Quando Gregório XVI tornou-se papa, a atmosfera no Vaticano estava carregada de ressentimento contra o rei de Espanha, em razão de sua intransigência, conforme infere Mecham<sup>5</sup>. Consoante o autor, a Santa Sé, na figura desse pontífice, apenas deu este passo quando os governos republicanos deram indicações de estabilidade. Quando Gregório XVI, manifestamente conservador, faleceu, haviam terminado de maneira geral os atritos que perturbaram as relações entre o chefe da Igreja e os católicos da América Espanhola, em razão da evolução da independência. Pio IX viria depois da fase mais espinhosa e consolidaria uma linha de atuação na Santa Sé em relação

---

<sup>4</sup> ROGIER, L. et alii. *A Igreja na Sociedade Liberal e no mundo moderno*. t. II, v. IV. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976. Parte II: G. de Bertier de Sauvigny. Coleção Nova História da Igreja. p. 320.

<sup>5</sup> MECHAM, J. Lloyd. *Church and State in Latin America*. Chapel Hill : Univ. of North Carolina, 1966. p. 85.

aos novos Estados surgidos na Hispano-América. Todavia, o problema do padroado ainda remanesceria e complicaria as relações papais com os hispano-americanos pelos anos seguintes.

As bases dessa oposição contra a organização romana católica, e não contra a religião católica romana, vale dizer, seriam amplamente políticas. A abolição de dízimos, a supressão de ordens religiosas, a confiscação de propriedades eclesiásticas e outras medidas do gênero, foram adotadas como regras de vingança contra o clero por seus opositores políticos. Da mesma forma que os novos republicanos hispano-americanos tiveram problemas em firmar suas instituições políticas, após anos de tutela de um monarca absoluto, o clero também não abandonou de imediato a antiga prática de participar dos negócios do governo, o que fez com que, na segunda metade do século XIX, eclodissem os movimentos de ordem liberal, que atacavam a organização eclesiástica.

Apesar dos fatores diferenciais das relações entre Santa Sé e as várias repúblicas nascentes hispano-americanas, pôde-se adotar um modelo de explicação único marcado por características gerais e comuns que definem um quadro explicativo que engloba toda a Hispano-América. No cenário do século XIX, no qual é provável se tenham definido as relações da Igreja com o Estado em toda América Espanhola, a compreensão por meio de uma abordagem no âmbito da história das relações internacionais sobre essas relações é um convite à reflexão sobre a complexa interação que se dá entre poder eclesiástico e civil ao longo dos anos seguintes.

Mas antes que todo esse movimento anti-eclesiástico ocorresse na segunda metade do século XIX, percebe-se que a Igreja foi-se adaptando e marcando suas atitudes de acordo com os acontecimentos políticos vivenciados na Europa. Nesse sentido, os papas

Pio VII, Leão XII e Pio VIII foram pontífices de transição. Gregório XVI coordenou de forma mais estratégica a ação da Santa Sé em relação à América e articulou as várias adversidades políticas. Por fim, Pio IX seguiu a linha de atuação de Gregório XVI e deu continuação a outros reconhecimentos. Assim, aos poucos, a Santa Sé foi deixando de lado os direitos tradicionais e o legitimismo, eixos seculares de sua política, para admitir o fato consumado do processo de independência.

## Documentação

### I. Fontes primárias publicadas

CARLEN, Claudia (ed.). *The Papal Encyclicals*. Wilmington: McGrath Pub. Co., 1981.

COLECCIÓN DE ENCICLICAS Y CARTAS PONTIFICIAS. Buenos Aires: Ed. Poblet, Acción Católica Española, 1944.

LETURIA, Padre Pedro de. *Bolívar y León XII*. Caracas: Parra Leonther Editores, 1931.

LETURIA, Padre Pedro de. *La emancipación hispanoamericana en los informes episcopales a Pío VII: copias y extractos del Archivo Vaticano*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935.

LETURIA, Padre Pedro de. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica, 1493-1835*. 3v. Caracas: Sociedade Bolivariana de Venezuela, 1959.

LETURIA, Padre Pedro de. *La acción diplomática de Bolívar ante Pío VII (1820-1823): A la luz del Archivo Vaticano*. Caracas: Ed. La Gran Pulperia de Libros Venezolanos, 1984.

LETURIA, Padre Pedro de. “Gregorio XVI y la emancipación de la América Española.” *Razón y Fe*. [S.l.:s.n].

RODRIGUEZ, Federico (publ.). *Documentos sociales*. v. III: Doctrina Pontificia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1964.

### II. Bibliografia seletiva

#### i) Teoria e Metodologia da pesquisa

BASTOS, Lília da Rocha et alii. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ECO, Umberto. *Como se faz um tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985.

FRAGNIÈRE, Jean-Pierre. *Así se escribe una monografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Normas para apresentação de documentos científicos*. 10 v. Paraná: Ed. UFPR, 2001.

ii) Relações Internacionais e História das Relações Internacionais

DOLLOT, Louis. *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1968.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périsse: théorie de relations internationales*. Paris: A. Colin, 1992. Tradução: *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: UnB e Imprensa Oficial, 1992.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *L'Europe de 1815 à nos jours*. Paris: PUF, 1970.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformações econômicas e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MITCHELL, J.M. *International cultural relations*. London: Aleen & Unwim, 1986.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1995.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais: dois séculos de história*. v. I e II. Brasília: FUNAG e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London and New York: Routledge, 1992.

iii) América e Europa no século XIX

AZCARATE, Juan Francisco. *Un programa de política internacional*. México: Ed. Porrúa, 1971. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 37).

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. v. I e II. São Paulo: Ed. USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997 e 1998.

CABAÑAS, Joaquín Ramírez. *Las relaciones entre México y Vaticano*. México: Ed. Porrúa, 1971. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 27).

CHEVALIER, F. *América Latina de la independencia a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1979.

- CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FABELA, Isidro. *Los precursores de la diplomacia mexicana*. México: Ed. Porrúa, 1971. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º20).
- HALPERIN DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los impérios ibéricos: 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.
- HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBBSBAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1974.
- KOSSOK, Manfred. *Historia de la Santa Alianza y la emancipación de América Latina*. Buenos Aires: Sílabas, 1968.
- LA PEÑA Y REYES, Antonio. *El tratado de paz con España (Santa Maria-Calatrava)*. México: Ed. Porrúa, 1971. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 22).
- MORENO, Joaquín. *Diario de un escribiente de legación, oficial de legaciones de México en París y Roma (1833-1836)*. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 16).
- OLIVIÉ, Fernando. *La herencia de un imperio roto*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A formação das nações latino americanas*. São Paulo: Atual/Campinas, UNICAMP, 1987.
- ROA, Fernando González. El dr. Vicente G. Quesada y sus trabajos diplomáticos sobre México: Ed. Porrúa, 1971. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 14).
- WASSERMAN, Cláudia (coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1996.
- ZAMORA, José M. Jover. *España en la política internacional: siglos XVIII-XX*. Madrid: Marcial Pons, 1999.

#### iv) Igreja e Igreja na Hispano-América

- AYARRAGARAY, Lucas. *La Iglesia en América y la dominación española*. Buenos Aires: Ed. Lajouane, 1935.
- BLOUIN JR., Francis X. *Vatican Archives: an inventory guide to historical documents of the Holy See*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BRAZÃO, Eduardo. *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé*. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1969.

CODES, Rosa María Martínez de. *La Iglesia católica en la América Independiente: siglo XIX*. Madri: MAPFRE, 1992.

CONSALVI, Ercole. *Memorie*. Roma, 1950.

DUSSEL, Enrique. *Caminhos de libertação latino americana*. t.I. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

DUSSEL, Enrique (org.). *História liberationes: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

EGAÑA, Antonio, SI. *Historia de la Iglesia en la America Española*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1966.

ENCICLOPEDIA CATTOLICA. Firenze: Sansoni, 1952.

GRAHAM, Robert. *Vatican diplomacy*. New Jersey: Princeton University Press, 1959.

GURIAN, Waldemar & FITZSIMONS, M. A. *The catholic Church in world affairs*. Indiana: University of Notre Dame, 1954.

HERGENROTHER, Cardeal. *Historia de la Iglesia*. t. VI. Madrid: Biblioteca de la Ciencia Cristiana, 1889.

JEDIN, Hubert. *Manual de historia de la Iglesia*. t. VII. Barcelona: Editorial Herder, 1978.

KÜHNER, Hans. *Dictionnaire des Papes: de Saint Pierre à Jean XXIII*. Paris: Buchet/Chastel, 1958.

LA PEÑA Y REYES, Antonio. *León XII y los países hispanoamericanos*. (Archivo Histórico Diplomático Mexicano, n.º 09).

LESOURD, Paul, PAILLAT, Claude. *História Secreta dos Conclaves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

LLORCA, Bernardino *et alii*. *Historia de la Iglesia católica: edad moderna (1648-1963)*. v. IV. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

MARTINA, Giácomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*. v. III. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MECHAM, John Lloyd. *Church and State in Latin America*. North Carolina: Chapel Hill, 1966.

MUZI, Giovanni. *La primera misión pontificia a hispanoamérica, 1823-1825*. Biblioteca Apostólica Vaticana, 1963.

POU, José M., MARTÍ, O.F.M. *Archivo de la embajada de España ante la Santa Sede: índice analítico de los documentos de la primera mitad del siglo XIX*. Madrid, 1935.

RANKE, Leopold von. *Historia de los papas en la época moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

ROGIER, L. *et alii*. *A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. v. V. t. II. Partes II e III. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976. (Nova História da Igreja).

ROPS, Daniel. *L'Église des révolutions en face de nouveaux destins*. Paris: Fayard, 1960.

SALVADOR, Carlos Corral (dir.). *Diccionario de Derecho Canónico*. Madrid: Ed. Univ. Pontificia Comillas, 1989.

SHIELS, W. E. *King and Church: the rise and fall of Patronato Real*. Chicago, 1961.

TORMO, Leandro, AIZPURU, Pilar. *História de la Iglesia en América Latina*. Ed. Feres e Friburgo / OCSHA(Obra de Cooperación Sacerdotal Hispanoamericana) Madrid, 1961.

UGARTE, Rubén Vargas. *El episcopado en los tiempos de la emancipación sudamericana*. Buenos Aires, 1945.

VON ARETIN, Karl Otmar. *El papado en el mundo moderno*. Madrid: Ed. Guanabara, 1970.

### **III. Revistas e Periódicos**

CHELINI, Jean. “La Diplomatie Romaine”. *Études*. Paris, tome 382, n.º 4 (3824), p. 463-473. Avril, 1995.

HENDRICK, Frances. Artigo: “The first apostolic mission to Chile”. *Hispanic American Historical Review* (HAHR). v. 22, n.º 4, p. 656. November. 1942.

HOUTART, François. “Reflexões Sociológicas sobre o serviço diplomático da Santa Sé”. *Concilium*. n.º 91, p. 137-147, 1974/1.

LABBÉ, Y. “Cité de l’homme, cité de Dieu”. *Nouvelle Revue Théologique*. tome 117, n.º 2, p. 217-239. Mars-avril, 1995.

OSSERVATORE ROMANO. “Relações diplomáticas entre Santa Sé e República do México”. n.º 40, p. 484-485 (4-5 ). Outubro, 1992.

### **IV. Fontes eletrônicas online**

BIBLIOTECA ELETRÓNICA CRISTIANA. Disponível em:

<<http://www.multimedios.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.bn.br>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

ESGLÉSIA. Disponível em: <<http://www.esglesia.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

GRADUATE THEOLOGICAL UNION. Disponível em: <<http://www.gtu.edu/library>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

INFOPLEASE. Disponível em: <<http://www.infoplease.com>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

JESUSMARIE. Disponível em: <<http://jesusmarie.free.fr>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

NEW ADVENT CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. Disponível em: <<http://www.newadvent.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

PAPAL ENCYCLICALS. Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

PONTIFICIA UNIVERSITÁ LATERANENSE. Disponível em: <<http://www.pul.it>> e em <<http://www-urbs.vatlib.it>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

RELIGION-ONLINE. Disponível em: <<http://www.religion-online.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

THE LATIN AMERICAN BISHOP'S COUNCIL. Disponível em: <<http://www.celam.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

VATICANO. Disponível em: <<http://www.vatican.va>> Acesso em: 11 de junho de 2002.



## Anexo 1: Documentos Documento 1

*Encíclica Etsi longissimo de Pio VII\*, publicada em 1816, exortando obediência ao rei da Espanha e condenando os movimentos de independência.*

A los Venerables [Hermanos], Arzobispos y Obispos y a los queridos hijos del Clero de la América sujeta al Rey Católico de las Españas.

PIO VII, PAPA

Venerables hermanos e hijos queridos, salud y Nuestra Apostólica Bendición. Aunque inmensos espacios de tierras y de mares nos separan, bien conocida Nos es vuestra piedad y vuestro celo en la práctica y predicación de la santísima Religión que profesamos.

Y como sea uno de sus hermosos y principales preceptos el que prescribe la sumisión a las Autoridades superiores, no dudamos que en las conmociones de esos países, que tan amargas han sido para Nuestro Corazón, no habréis cesado de inspirar a vuestra grey el justo y firme odio com que debe mirarlas.

Sin embargo, por cuanto hacemos en este mundo las veces del que es Dios de paz, y que al nacer para redimir al género humano de la tiranía de los demonios quiso anunciarla a los hombres por medio de sus ángeles, hemos creído propio de las Apostólicas funciones que, aunque, sin merecerlo, Nos competen, el excitaros más con esta carta a no perdonar esfuerzo para desarraigar y destruir completamente la funesta cizaña de alborotos y sediciones que el hombre enemigo sembró en esos países.

Fácilmente lograréis tan santo objeto si cada uno de vosotros demuestra a sus ovejas con todo el celo que pueda los terribles y gravísimos perjuicios de la rebelión, si presenta las ilustres y singulares virtudes de Nuestro carísimo Hijo en Jesucristo, Fernando, Vuestro Rey Católico, para quien nada hay más precioso que la Religión y la felicidad de sus súbditos; y finalmente, si les pone a la vista los sublimes e inmortales ejemplos que han dado a la Europa los españoles que despreciaron vidas y bienes para demostrar su invicible adhesión a la fe y su lealtad hacia el Soberano.

Procurad, pues, Venerables Hermanos e Hijos queridos, corresponder gustosos a Nuestras paternas exhortaciones y deseos, recomandando com el mayor ahinco la fidelidad y obediencia debidas a vuestro Monarca; haced el mayor servicio a los pueblos que están a vuestro cuidado; acrecentad el afecto que vuestro Soberano y Nos os profesamos; y vuestros afanes y trabajos lograrán por último en el cielo la recompensa prometida por aquel que llama bienaventurados e hijos de Dios a los pacíficos.

---

\* Texto como foi publicado na *Gaceta* de Madri, de 13 de abril de 1816, e reproduzido inúmeras vezes nos periódicos e cartas pastorais da Hispano-América.

Entre tanto, Venerables Hermanos e Hijos queridos, asegurándoos el éxito más completo en tan ilustre fructuoso empeño, os damos con el mayor amor Nuestra Apostólica Bendición.

Dado en Roma en Santa María la Mayor, con el sello del Pescador; el día treinta de enero de mil ochocientos diez y seis, de Nuestro Pontificado el décimo sexto.

Domingo Testa.

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p 110-113.

## Documento 2

*Original em latim da encíclica Etsi longissimo de Pio VII.*

Venerabilibus Fratribus Archiepiscopis et Episcopis, ac dilectis filiis Clero Americae catholicae, Hispaniarum Regi subiectae.

PIUS PP. VII

Venerabiles Fratres ac dilecti filii salutem. Etsi longissimo terrarum ac marium intervallo dissiti a nobis sitis, vestra tamen pietas vestrumque religionis colendae praedicandaeque studium, satis, VV. Fratres dilectique filii, sat compertum Nobis est.

Com igitur inter luculenta et praecipua sanctissimae quam profitemur religionis praecepta, illud sit quo omnis anima potestatibus sublimioribus subdita esse iubetur, vos in seditiosis cordique nostro acerbissimis istarum regionum motibus, eorumdem firmo sapientique animo abhorrendorum assiduos gregi vestro fuisse hortatores persuasum habemus.

Nihilo tamen minus, cum illius vices in terris geramus qui Deus pacis est, quique redimendo a daemonum tyrannide humano generi nascens, pacem per angelos suos hominibus nuntiari voluit: Apostolici quo immerentes fungimur muneris esse duximus, vos magis magisque per nostras hasce litteras excitare, ut funestissima turbarum ac seditiozania, quae inimicus homo istic seminavit, erdicare penitusque delere omni ope contendatis.

Quod facile, VV. Fratres, consequemini, si teterrima ac gravissima defectionum damna, si praestantes eximiasque carissimi in Cristo Filii Nostri Ferdinandi Hispaniarum vestrumque Catholici Regis, qui nihil religione et subditorum suorum felicitate potius habet, virtutes; si denique illustria et nullo unquam aevo interitura hispanorum Europae exempla, qui fortunas vitamque suam projicere non dubitarunt, ut se religionis fideique erga Regem retinentissimos ostenderent, ob oculos gregis quisque sui, quo par est zelo, posueritis.

Agite ergo, VV. Fratres dilectique filii, paternis hortationibus, studiisque hisce nostris morem ex animo gerentes, debitamque Regi vestro obedientiam et fidelitatem enixe commendantes, bene de populis vestrae custodiae traditis meremini; nostram Regisque vestri qua jam fruimini gratiam amplificare, promissam curis laboribusque vestris ab eo mercedem, qui beatos Deique filios appellat pacificos, in coelo consequuturi.

Interim tam praeclari tamque frugiferi operis feliciter a vobis perficiendi auspicem apostolicam benedictionem, Vobis, Venerabiles Fratres dilectique filii, peramanter impertimur.

Datum Romae Apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris die 30 de ianuarii 1816. Pontificatus nostri anno decimosexto.

Dominicus Testa.

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p 110-113.

### Documento 3

*Carta do bispo de Mérida, na Venezuela, Rafael Lasso de la Vega, ao papa Pio VII informando sobre a situação da Igreja na Hispano-América.*

Beatíssimo Padre:

Si los derechos de la obediencia piden que, estaba bien transcurrido ya un quinquenio, deba yo ir personalmente a los pies de Vuestra Santidad, en cumplimiento del deber que tengo de darle cuenta de esta Diócesis\*; por otra parte, las disensiones de opiniones políticas, las guerras y los tratados para arreglar la paz entre España y esta América, me urgen para que rompa el silencio y esclame: Sávanos, que perecemos.

La Diócesis de Mérida de Maracaibo, en las Indias Occidentales, es sufraganea de la nueva Metrópoli Venezolana; ocupa una extensión de ciento cincuenta leguas, divididas en partes planas montañosas, con climas cálidos y fríos. Su población, sin contar un gran número de infieles, es como de doscientas cincuenta mil almas. Está dividida en Vicarías y Parroquias: ambos cleros son escasos en número, y de mediocre instrucción y moralidad, y hay quatro Monasterios de Vírgenes, las que, a pesar de estar reducidas a un estado de pobreza y aún de miseria, dan exemplo de regular observancia. Hay un Seminario, y tres Casas de Estudio para cursar latinidad y primeras Letras; y en dicho Seminario, además de la Filosofía y Teología, se enseña el Derecho Canónico, con la facultad de Grados, a modo de Universidad. Había pensado también en establecer una casa o domicilio para niñas en un edificio construído al efecto en la ciudad de Maracaybo, adonde, por disposición Real se había trasladado la Catedral temporalmente, la que ha sido restituida a Mérida, con la sanción de la República.

Está terminada la Segunda Visita de casi toda la Diócesis, y principiada la tercera, administrándose el sacramento de Confirmación aún en lugares desprovistos de caminos, e inaccesibles. El Capítulo de la Catedral, que estaba disperso, fué ya reinstalado y congregado por medio de suplentes, mientras llegaban los que se habían llamado. El edificio del Seminario fué levantado desde sus cimientos. La Catedral reedificada y consagrada. De las demás iglesias unas han sido construídas de nuevo, otras reparadas. Han sido divididas más de doce parroquias. Lo mismo el Convento de Santa Clara de Mérida, por haber emigrado de él la mitad de las Monjas. Permita Dios que los trabajos hechos en pro de la enmienda de las costumbres, de la observancia de los preceptos de Dios y de la Iglesia y de la frecuencia de Sacramentos, permanezcan y se conserven, a pesar de la impiedad y libertad de opiniones, de los errores y heregías que polulan por donde quiera, con la impunidad de los malos libros. Pasaré ahora al segundo motivo de esta representación.

Desde el año de diez del presente siglo esta América, y casi toda en general, trabaja por su independencia contra España. Sediciones al principio, después guerras sangrientas, finalmente tratados por la paz, que todavía se desea. Que males se hayan seguido, ninguno

---

\* Refere-se à obrigação da visita *ad Limina Apostolorum* que os prelados das Índias costumavam fazer por procurador e com a anuência do Conselho.

podrá contarlos. Referiré los de la Iglesia. La expulsión, y emigración de los Arzobispos y Obispos, de suerte que en realidad, diré estoy solo. Falta el Arzobispo de Santafé, y el de Caracas; han muerto los Obispos de Santa Marta y Guayana; huye el de Cartagena; el de Popayán, y el de Quito siguen el partido contrario a la República; el cual partido seguí antes en cuanto pude.

Hubiera emigrado; y al principio decía emigraran los párrocos; mientras [no] precedieron tratados de paz, mutuos reconocimientos, y entrevistas de los mismos Generales, y existían pueblos de mi Obispado baxo el Gobierno Español. Sobre todo, jurada la constitución por el Rey Católico, la soberanía volvió a la fuente que salió, a saber: el consentimiento y disposición de los ciudadanos. Volvió a los Españoles. ¿porqué no a nosotros?

Fuera de esto, horrorizan los decretos, que cada día de allí salen, a la verdad no aprobados por esta América, ni que los aprobará. Estended hasta nosotros vuestra santísima Bendición.

Se trata de Diezmos, de Patronato, de elección de Canónigos, de la restitución de los prelados mismos, y de nueva institución.

Los Diezmos, a lo que entiendo, se devuelven a la Iglesia, pero no lo han sido efectivamente. Non dono, sed non rego, exclamo con San Ambrosio. Que reciban con humildad; no sea que se haya de tener como Señoras a las Repúblicas, como antes se temía con respecto a España.

En cuanto al Patronato, no puede negarse que está extinguido. Basta con la protección; puede darse el aviso (de las personas nombradas para beneficios) y aún, por justísimas causas, atender al reclamo de la República relativo a las que no le sean gratas. Se hará un convenio; pero, a lo que con motivos presumo, querrán que sea tan amplio que solo se reserve a los Obispos la ordenación de los Ministros y la absolución de pecados. ¿Aspirarán a tanto? No sé que dirán. Aguardo vuestras órdenes.

Conviene que las elecciones de Canónigos se sometan al Derecho Canónico; pero, como son varios los estatutos de las Iglesias, yo desearía que esas provisiones se hicieran con sólo los dos Canónigos llamados Adjuntos, para que de ese modo se deje libre el acceso a los beneméritos, y no se les cierre por la pluralidad de votos.\*\*

Finalmente, deberá proveerse acerca de mi sucesor, caso de muerte; y lo mismo respecto a los demás.

Están en vigor las Facultades Solitas, y creo conveniente que se envíe la Bula de la Cruzada para las Misiones y Escuelas.

Ojalá lleguen felizmente las presentes a manos de Vuestra Santidad, a Quien Dios conserve incólume.

En la Parroquia de San Antonio del Táchira, a veinte de Octubre de mil ocho cientos veinte y uno.

---

\*\*\* É provável que aqui Lasso dela Vega proponha que a provisào se faça não por concurso, mas pela livre eleição do bispo, com exceção dos cônegos adjuntos.

Postrado a los pies de Vuestra Santidad.

*Rafael*, Obispo de Mérida de Maracaybo.

Fonte: LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 128 -133.

## Documento 4

*Original em latim da carta do bispo de Mérida a Pio VII.*

Beatissime Pater

Si obediendiae jura postulant ut, pro mea obligatione cum jam quinquennium decurrat, ad Sanctitatis Pedes vestrae personaliter accedam, rationem hujus Diocesis rediturus\*; certe equidem opinionum politicarum dissidia, bella, tractatusque pro pace Hispaniam inter et Americam istam, compellunt ut silentium rumpam et exclamando dicam: salva nos, perimus.

Diocesis est Emeritensis de Maracaybo in Indiis Occidentalibus, sufraganea de moderna Venezuelana Metropoli. Hinc inde per loca praerupta, planities et montium cacumina caloris et frigoris, ad centum quinquaginta leucas protenditur. Animae sunt, praeter infidelis adhuc non paucos, supra bis centum et octoginta mille\*\*. Dividitur in Vicariatus et paroecias. Exiguus utterque Clerus, mediocris ut impluribus instructionis et moralitatis, quatuor cum Monasteriis Virginum, quae, si paupertate et miseria ferme laborant, regulari in observantia florescunt. Seminarium unum; estudiorum [*sic*] domus tres pro latinitate et primis litteris; cum in/Seminario, praeter philosophiam [*sic*] et theologiam, jus canonicum edoceatur cum facultate graduum ad instar Universitatum. Erat in animo pro *Puellis*\*\*\* habitatio vel Domisilium jam constructum in Civitate de Maracaybo, ubi Regia dispositione ad tempus translata fuerat Cathedralis, nunc ad Emeritensem, Republicana Sanctione restituta.

Secunda est jam fere totius Diocesis visitatio, tertiaque confirmationis per invia et inaccesa loca administratio. Capitulum Canonicorum, dispersum, vocatis absentibus fuit instalatum atque per suplentes coadunatum. Seminarium a fundamentis erectum. Cathedralis reedificata et consecrata. Quamplurime Ecclesiae aliae, vel de novo constructae vel reparatae, Pareciaeque divisae duodecim. Similiter Monasterium Sanctae Clarae de Merida ob Moniales pro medietate emigratas. Faxit Deus, ut labores tot, morum cum emmendatione, observatione mandatorum Ecclesiae et frequentatione Sacramentorum, maneant et conserventur contra impietatem libertatemque opinionum, errores et haereses, quae cum librorum immunitate maxime pullulant. Hinc recta via transeam ad secundum hujus representationis motivum.

Ab anno decimo praesentis saeculi America haec, et pene tota in/universim, pro independentia ab Hispania laborat. Seditiones in principio, cruenta bella ex post facta, tandem tractatus pro pace, quae adhuc exoptatur. Quae mala sint secuta nemo enarrando sufficiet. Ad Ecclesiastica veniam. Expulsio et emigratio Metropolitanorum, et Episcoporum etiam; ita ut non abs re erit, si relictus dicam sum solus, Deest Archiepiscopus

\* Refere-se à obrigação da visita *ad Limina Apostolorum*, que os prelados das Índias costumavam fazer por procurador e com a anuência do Conselho.

\*\* O texto em espanhol diminui o número de fiéis.

\*\*\* Destacado no original em latim.

Sancatae fidensis et Venesolanus; vita functi sunt Episcopi de Sancta Martha et de Guayana; fugit cartaginensis; Partes sequuntur contra Rempublicam Popayanensis et Quitensis; quas etiam, fateor, usquequaque antea pro meis viribus fueram amplexus.

Migrassem utique, et emigrandos fore ajebam Parochos, donec tractatus pacis, mutuaeque recognitiones [*sic*] confabulationesque inter Generales ipsos non praecessere; et mei Episcopatus Populi aliqui pro Hispania erant. Accessit prae omnibus, quod a Rege Catholico constitutione jurata, Suprema Majestas ad fontem a quo exivit, civium nempe consesionem et dispositionem, remeavit, Remeavit ad Hispanos: Cur non ad Nostrates?

Horrescunt aures decreta quae quotidiae inde emanant. Quidem non ab hac America comprobata nec comprobanda. Ergo porrigenda est Sanctissima vestra benedictio.

Agitur de decimiis [*sic*], de Patronatu, de Canonicorum Electione de Prelatorum restitutione et institutione nova.

Decimae, ut assentio, sunt ad Ecclesiam devo/lute [*sic*], verum non ita in effectu. Non dono, sed non nego: cum Ambrosio exclamo. Licentia est expetenda, sed non alia nisi quae in arbitrio sit ipsorum Prelatorum. Humiliter recipiant: non Domine vocentur Respublicae, ut jam antea timebatur Hispania.

Patronatus inficiandum non est quod sit extinctus. Protectio sufficit, noticia, justisque de causis, etiam reclamatio in contrarium in non bene visos pro Republica: locus erit concordiae, experientia edocti mea, de amplissima extensione, ut non nisi consecrationes Ministrorum, et absolutiones peccatorum etiam Episcopis solum proclamarentur reservate. Assentient ad haec? Nescio quid dicam. Mandata vestra expostulo.

Canonicorum electiones ad metas juris Canonici redigi valerent; sed cum vaaria sint Ecclesiarum Statuta, optaram equidem ut duobus cum Canonicis, Adjunctis dictis, tota esset provisio, ut benemeritis appertus sit additus, non benemeritis clausus, ob pluraritatem votorum.

Tandem providedum est mea pro morte de succesore: similiter pro alijs [*sic*].

Manent in observantia facultates solitae; suadeoque de Bulla Crociatae pro Missionibus et Scholis.

Utinam haec ad Beatitudinem Vestram, quam incolumem servet Deus, integra perveniant.

Data in Parochia Santi Antoni hujus Episcopatus, vigesima Octobris millesimi Octogentessimi vigesimi primi.

Beatissime Pater. Ad Sanctitatis pedes provolutus.

Raphael Epus. Emeritensis de Maracaybo.

Fonte: LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 128 -133.

## Documento 5

*Carta de resposta de Pio VII à carta do bispo de Mérida, Lasso de la Vega, enviada em outubro de 1821. A carta de resposta do papa tem data de setembro de 1822.*

Al venerable Hermano Rafael, Obispo de Mérida, Pío Papa VII

Venerable hermano: tu carta de 20 de octubre del año pasado no llegó a nuestras manos sino hace pocos días. Como contiene alguna relación del estado de tu diócesis, la remitimos según costumbre a la congregación de nuestros venerables hermanos, intérpretes del santo concilio tridentino, de la que a su tiempo recibirás contestación.

Por lo que hace a nosotros, hubiéramos deseado más completa y detallada relación, sobre todo de lo acaecido en las cosas eclesiásticas a partir de las perturbaciones levantadas en esas tierras. Por lo cual te recomendamos con las mayores veras que nos enviéis lo antes posible dichas noticias. Y pues dices que muchos de los prelados han abandonado sus diócesis, nos será grato ser diligentemente informados del estado de las cosas en las diócesis vicinas.

Nos ciertamente estamos muy lejos de inmiscuirnos en los negocios que tocan a la política de Estado; pero cuidadosos únicamente de la religión, de la Iglesia de Dios que presidimos y de la salud de las almas relacionadas con nuestro ministerio, mientras deploramos amargamente tantas heridas como se infligen a la Iglesia en España, deseamos también ardentemente proveer a las necesidades de los fieles de esas regiones americanas, y por tanto queremos conocerlas con toda exactitud.

Entre tanto te recomendamos con el mayor empeño posible la causa de la Iglesia en esa diócesis que presides, y te damos con todo amor a ti, venerable hermano, y a la grey encomendada a tus cuidados, la bendición apostólica.

Dada en Roma, el día 7 de septiembre de 1822, de nuestro pontificado XXIII.

Fonte: LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 134 -136.

## Documento 6

*Carta resposta de Pio VII a Lasso de la Vega no original em latim.*

V.F. Raphaeli, Episcopo Emeretensi, Pius Papa VII.

Venerabilis Frater. Litterae tuae ad nos datae die 20, Octobris elapsi anni non nisi superioribus diebus ad nos pervenerunt. Atque illas quidem, cum relationem quamdam contineant status dioecesis tuae, ad Congregationem Venerabilium Fratrum nostrorum S. Concilii Tridentini interpretum de more transmisimus, a qua suo tempore responsionem accipies.

Pleniorem tamen atque uberiolem notitiam optassemus eorum praesertim quae, post publicas perturbationes isthic exortas, circa res ecclesiasticas acciderunt. Quare notitias ejusmodi ut ad nos quam primum fieri potest mittas, Tibbi studiosissime commendamus. Et quoniam, ut dicis, plures e sedibus suis antistites demigrarunt, gratum nobis esset de conditione etiam rerum dioecesium finitimarum/diligenter edoceri.

Nos quidem longissime absumus ut nos negotiis illis quae ad politicum publicae rei statum pertinent immisceamus, sed de religione, de Ecclesia Dei cui praesumus, de animarum salute quae ministerium nostrum respiciunt tantum solliciti, dum tot vulnera Ecclesiae in Hispaniis inflictis amarissime lugemus, et illis qua ratione possumus mederi studemus, ita etiam fidelium necessitatibus in istis Americae regionibus providere vehementer cupimus, proptereaque eas accurate cognoscere desideramus.

Interea/rationes Ecclesiae in dioecesi cui praesidis tibi quo majore possumus studio commendantes, Fraternitati tuae gregique tuae curae commisso Apostolicam benedictionem peramenater impertimur.

Datum Romae, die 7 Septembris anni 1822, XXIII.

Fonte: LETURIA, Pedro. *La Emancipación Hispanoamericana en los informes episcopales a Pio VII*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1935. p. 134 -136

## Documento 7

*Instruções do governo do Chile a Cienfuegos sobre o que demandar ao papa Pio VII, antes que partisse para Roma como representante eclesiástico do Prata.*

Significar nuestra obediencia filial y religiosa a la Santa Sede, protestando nuestra fe, creencia, unión y comunión católica con la cabeza de la Iglesia; pedirle un nuncio apostólico, cuya dignidad recayese en un ciudadano de esta República o en el que su santidad quisiese mandar; suplicarle declarase concedido a los jefes de la Nación chilena el patronato que aquí tenían los reyes de España por Julio II; erigir catedrales en Coquimbo, Talca y Chiloé con Osorno y Valdivia, haciendo metropolitana la de esta capital; pedirle que al menos y en el ínterin se auxiliase a Chile con dos obispos titulares que suplieran la irreparable falta de los propietarios.

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p 188.

## Documento 8

*Despacho de Muzi, vigário apostólico no Chile, a Roma sobre Rivadavia, presidente da Argentina.*

Mendoza, 18 febrero 1824.

[N.º 15] Eminência reverendíssima:

La mañana del 16 enero, día – como escribí a vuestra eminencia reverendísima – de mi partida de Buenos Aires, se fijaron epigramas contra el gobierno por parte del pueblo, el cual bramaba por habersele negado la confirmación. El gobierno de Buenos Aires dio orden a todos los comisarios de policía que vigilasen atentamente si ejercía yo acto cualquiera de jurisdicción. Yo no puedo echarme en cara el haber en modo alguno faltado al gobierno de Buenos Aires. Si, ante las instancias públicas, había determinado administrar el sacramento de la confirmación, fue de acuerdo con el provisor y gobernador del obispado. Cuando él, a nombre del gobierno, me lo prohibió, me abstuve de conferirlo, tanto en público, como luego también en privado. El gobierno hubiera deseado ver mis facultades, y sujetarme así a su control. Pero no ha conseguido otra cosa que la odiosidad del pueblo. Dicho gobierno ha hecho imprimir en las gacetas de Buenos Aires, que el vicario apostólico llegado allí era un espía del emperador de Austria, el cual daría luego relación al congreso de soberanos aliados [Congreso de Verona y Santa Alianza] de los despachos del vicaario.

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. III. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 109-110.

## Documento 9

*Encíclica Etsi iam diu de Leão XII, publicada em 1824\* e que retorna à política de legitimismo, com exortação expressa de lealdade à coroa espanhola.*

A los venerables hermanos, los arzobispos y obispos de América.

### LEÓN XII, PAPA

Venerables hermanos, salud y la bendición apostólica. Aunque Nos persuadimos habrá llegado hace ya tiempo a vuestras manos la encíclica que, en la elevación de nuestra humildad al solio de san Pedro, remitimos a todos los obispos del orbe católico, es tal el incendio de caridad en que nos abrasamos por vosotros y por vuestra grey, que hemos determinado, en manifestación de los sentimientos de nuestro corazón, dirigiros especialmente nuestras palabras.

A la verdad, con el más acerbo e incomparable dolor, emanado del paternal afecto con que Os amamos, hemos recibido las funestas nuevas de la deplorable situación en que tanto el Estado como a la Iglesia ha venido a reducir en esas regiones la cizaña de la *rebelión*\*\* , que ha sembrado en ellas el hombre enemigo, como que conocemos muy bien los graves perjuicios que resultan a la religión, cuando desgraciadamente se altera la tranquilidad de los pueblos. En su consecuencia, no podemos menos de lamentarnos amargamente, ya observando la impunidad con que corre el desenfreno y la licencia de los malvados; ya al notar como se propaga y cunde el contagio de libros y folletos incendiarios, en los que se deprimen, menosprecian y se intentan hacer odiosas ambas potestades, eclesiástica y civil; y ya, por último, viendo salir, a la manera de langostas devastadoras de un tenebroso pozo, esas Juntas que se forman en la lobreguez de las tinieblas, de las cuales no dudamos afirmar con san Teón papa, que se concreta en ellas, como en una inmunda sentina, cuanto hay y ha habido de más sacrílego y blasfemo en todas las sectas heréticas. Y esta palpable verdad, digna ciertamente del más triste desconsuelo, documentada con la experiencia de aquellas calamidades que hemos llorado ya en la pasada época de transtorno y confusión, es para Nos en la actualidad el origen de la más acerba amargura, cuando en su consideración prevemos los inmensos males que amenazan a esa heredad del Señor por esta clase de desórdenes.

Examinándolos con dolor, se dilata nuestro corazón sobre Vosotros, venerables hermanos, no dudando estaréis íntimamente animados de igual solicitud en vista del inminente riesgo a que se hallan expuestas Vuestras ovejas. Llamados al sagrado ministerio pastoral por aquel Señor que vino a traer la paz al mundo, siendo el autor y consumidor de ella, no dejaréis de tener presente que vuestra primera obligación es procurar que se conserve ilesa la religión, cuya incolumidad, es bien sabido, depende necesariamente de la tranquilidad de

---

\* Texto espanhol reproduzido na *Gaceta* de Madri em 10 de fevereiro de 1825.

\*\* O texto original em latim evita tanto a palavra *rebellio* como *defectio* (que havia sido usada por Pio VII em sua encíclica de 1816).

la patria. Y como sea igualmente cierto que la religión misma es el vínculo más fuerte que une tanto a los que mandan cuanto a los que obedecen, al cumplimiento de sus diferentes deberes, conteniendo a unos y otros dentro de su respectiva esfera, conviene echarlo más, cuando se observa que con la efervescencia de las contiendas, discordias y perturbaciones del orden público, el hermano se levanta contra el hermano, y la casa cae sobre la casa.

La horrorosa perspectiva, venerables hermanos, de una tan funesta desolación, Nos obliga hoy a excitar vuestra fidelidad por medio de este nuestro exhorto, con la confianza de que, mediante el auxilio del Señor, no será inútil para los tibios ni gravosa para los fervorosos, sino que, estimulando en todos vuestra cotidiana solicitud, tendrán complemento nuestros deseos.

No permita Dios, nuestros muy amados hijos, no lo permita Dios, que cuando el Señor visite con el azote de su indignación los pecados de los pueblos, retengáis vosotros la palabra a los fieles que se hallan encargados a vuestro cuidado con el designio de que no entiendan que las voces de alegría y de salud sólo son oídas en los tabernáculos de los justos; que entonces llegarán a disfrutar el descanso de la opulencia y la plenitud de la paz, cuando caminen por la senda de los mandamientos de aquel Señor que inspira la *alianza*\*\*\* entre los príncipes y coloca a los reyes en el solio; que la antigua y santa religión, que sólo es tal mientras permanece incólume, no puede conservarse de ninguna manera en pureza e integridad cuando el reino dividido entre sí por facciones es, según la advertencia de Jesucristo señor nuestro, infelizmente desolado; y que vendrá con toda certeza a verificarse, por último, que los inventores de la novedad se verán precisados a reconocer algún día la verdad y a exclamar, mal de su grado, con el profeta Jeremías: Hemos esperado la paz, y no ha resultado la tranquilidad; hemos aguardado el tiempo de la medicina, y ha sobrevenido el espanto; hemos confiado en el tiempo de la salud, y ha ocurrido la turbación.

Pero ciertamente nos lisonjemos de que un asunto de entidad tan grave tendrá por vuestra influencia, con la ayuda de Dios, el feliz y pronto resultado que Nos prometemos, si Os dedicáis a esclarecer ante vuestra grey las augustas y distinguidas cualidades que caracterizan a nuestro muy amado hijo Fernando, rey católico de las Españas, cuya sublime y sólida virtud le hace anteponer al esplendor de su grandeza el lustre de la religión y la felicidad de sus súbditos; y si con aquel celo que es debido exponéis a la consideración de todos, los ilustres e inaccesibles méritos de aquellos españoles residentes en Europa, que han acreditado su lealtad, siempre constante, con el sacrificio de sus intereses y de sus vidas, en obsequio y defensa de la religión y de la potestad legítima.\*\*\*\*

La distinguida predilección, venerables hermanos, para con Vosotros y vuestra grey, que nos estimula a dirigiros este escrito, nos hace, por el mismo caso, estremecer tanto más por vuestra situación, cuanto os consideramos mayormente oprimidos de graves obligaciones en la enorme distancia que os separa de vuestro común padre. Es, sin embargo, un deber que Os impone vuestro oficio pastoral el prestar auxilio y socorro a las personas afligidas, el descargar de las cervices de todos los atribulados el pesado yugo de la adversidad que los aqueja, y cuya sola idea obliga a verter lágrimas; el orar, por último, incesantemente al Señor, con humildes y fervorosos ruegos, como deben hacerlo todos aquellos que aman con

\*\*\* No original em latim usa-se *concordiam*. A utilização do termo *alianza* suscita lembrança à Santa Aliança.

\*\*\*\* Esse é o “parágrafo interessante” acrescentado por Vargas Laguna.

verdad a sus prójimos y a su patria, para que se digne su divina majestad imperar que cesen los impetuosos vientos de la discordia y aparezca la paz y tranquilidad deseada.

Tal es, sin duda, el concepto que tenemos formado de vuestra fidelidad, caridad, religión y fortaleza; y en tanto grado Os consideramos adornados de estas virtudes, que Nos persuadimos cumpliréis de modo todos los enunciados deberes que Os hemos recordado, que la Iglesia diseminada en esas regiones obtendrá por vuestra solicitud la paz, y será magníficamente edificada, siguiendo las sendas del santo temor de Dios y de la consolación del Divino Espíritu.

Con esta confianza, de tanto consuelo para Nos, para esta Santa Sede y para toda la universal católica Iglesia, que nos inspiran vuestras virtudes, ínterin el cielo, venerables hermanos, derrama sobre vosotros y sobre la grey que presidís el auxilio y socorro que le pedimos, os damos a todos con el mayor afecto la bendición apostólica.

Dado en Roma, en San Pedro, sellado con el sello del pescador, el día 24 de setiembre de 1824, año primero de nuestro pontificado.

[El lugar del sello del pescador]

José, cardenal Albani

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 265 - 271.

## Documento 10

*Original da encíclica Etsi iam diu em latim.*

Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis Americae.

LEO PP. XII

Venerabiles fratres, salutem et apostolicam benedictionem. Etsi iamdiu in vestras manus pervenisse confidamus litteras, quas de nostrae humilitatis in beati Petri cathedram evectione dedimus ad universos catholici orbis antistites, eo tamen in Vos gregemque vestrum incedimur studio caritatis, ut speciatim Vos alloqui in ostensione spiritus decreverimus.

Peracerbo siquidem atque incredibili dolore, pro patrio quo Vos complectimur affectu, tristissimos accepimus nuncios de afflicto publicae rei statu deque rerum ecclesiarum perturbatione, superseminante isthuc zizania homine inimico. Probre enim novimus, quatenus in religionem detrimenta promanent ubi primum populorum labefactari tranquillitatem infeliciter contingat. Inde nimirum collugemus hominum improborum licentiam patere impunem; inde librorum pestem excrescere, quibus et sacra et civilis potestas in invidiam rapitur et in contemptum; inde, veluti a putei fumo locustas, tenebricosos eos coetus exire, de quibus vere cum S. Leone dicimus, quod in omnibus haeresibus sacrilegum et blasphemum est, hoc in eos quasi in sentinam quandam cum omnium sordium concretione confluere. Quae sane veritas miseranda nimium experientia earum calamitatum, quas in asperrima temporum perturbatione ingemuimus, tot veluti documentis comprobata, amaritudinem nobis iniicit amarissimam, cum ingentia hoc genus mala agro isti Dominico impendere animadvertamus.

Haec in lucto pensantes, dilatamus cor nostrum super Vos, venerabiles fratres, quos in summo ovium discrimine eadem sollicitudine urgeri haud ambigimus. Adsciti in sacrorum ministerium ab eo, qui pacem venit mittere in terras, pacisque auctor fuit ac consumator, memineritis vestri cum primis muneris esse in religionis incolumitatem prospicere, quam ex patriae tranquillitate necessario pendere palam est. Cum enim vinculum religionis eos, qui praesunt, et eos, qui subsunt, unice contineat in officio, convelli ipsum oportet, quando contentionibus, dissidiis cladeque ordinis publici invalescentibus, insurgit frater adversus fratrem et domus supra domum cadit.

Vestram proinde compellamus fidem, venerabiles fratres, vestram excitatam volumus instantiam quotidianam cohortatione hac nostra, quae auxiliante Domino nec inutilis erit pigris neque onerosa devotis.

Absit, carissimi, absit ut, visitante Deo in verberibus peccata populorum, contineatis vocem, ne fideles curae vestrae concedit iintelligant voces exultationis et salutis non nisi tabernaculis iustorum audiri; tunc eos in requie opulenta exstituros et in pulcritudine pacis,

quamdiu in semitis sint mandatorum Domini, qui facit *concordiam*\* in sublimibus et reges in solio collocat; avitam vero sanctamque religionem, qua salva, salva res est, sarctam ac tectam servari nullatenus posse, donec regnum in se divisum iuxta Christi Domini monitum misere desolabitur; id demum certissime obventurum rerum novarum auctoribus, ut inclamare ad veritatem aliquando vel inviti adigantur cum Hieremia: Expectavimus pacem et non fuit bonum; tempus medelae et ecce formido, tempus curationis et ecce turbatio.

Persuasum profecto est Nobis hocce gravissimum negotium ad felicem exitum Deo adjuvante Vos cito perducturos, si apud gregem vestrum clarescere faciatis praestantes eximiasque virtutes carissimi in Christo filii nostri Ferdinandi, Hispaniarum regis catholici, qui nihil religione et subditorum suorum felicitate potius habet; sique ante oculos omnium eo quo par est zelo posueritis illustria et nullo umquam tempore interitura exempla eorum hispanorum in Europa existentium, qui fortunas vitamque suam nihili aestimarunt, ut sese religioni ac legitimae potestati semper fidelissimos ostenderent.

Haec, venerabiles fratres, scripsimus affectu dilectionis in Vos gregemque vestrum eo impensiori, quo gravioribus Vos premi necessitatibus in tanta abs communi parente longinquitate extimescimus. Vestri officii est gentibus laborantibus succurrere, mala, quorum cogitatio lacrymas commovet, ab omnium cervicibus depellere, assiduaque et humili prece, uti amatores fratrum decet et populi, orare multum pro ipsis, ut imperet Deus ventis et faciat tranquillitatem.

Ea porro de fide, pietate, religione, constantia, qua praestatis, opinio est Nobis, ut pro certo habeamus Vos et supra id quod dicimus facturos fore, ut Ecclesia isthic habeat pacem et aedificetur, ambulans in timore Domini et consolatione Sancti Spiritus.

Laeta haec Nobis, laeta huic Sanctae Sedi, laeta rei catholicae universae praestolantes cum fiducia calestis interim auxilii auspicem Vobis, venerabiles fratres, et cui praesidetis gregi Apostolicam Benedictionem peramanter impertimur.

Datum Romae apud S. Petrum, sub annulo piscatoris, die XXIV septembris 1824, pontificatus nostri anno primo.

Placet H [Annibal]

J. cardinalis Albanus

Fonte: LETURIA, Pedro. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica*. v. II. Caracas: Sociedad Bolivariana de Venezuela, 1959. p. 265 - 271.

---

\* Veja-se observação quanto ao termo na tradução em espanhol.

## Documento 11

*Carta de Bolívar a León XII, de 07 de noviembre de 1828, cuando informa sobre a situação política e sobre o padroado na Colômbia e agradece as preconizações feitas em maio do mesmo ano. A carta é escrita pelo arcebispo de Bogotá e ministro das Relações Exteriores, Estanislao Vergara, pois, nas palavras de Bolívar: “la carta de Su Santidad será bueno que ustedes la pongan allá y yo la firmaré acá, pues poco entiendo el lenguaje santísimo.”\**

A Su Santidad el Papa León XII. Pontífice Optimo Máximo.

Beatísimo Padre:

Las provisiones de Arzobispos y Obispos para las Iglesias vacantes de esta República, que se ha dignado Vuestra Santidad hacer, han llenado de gozo al Gobierno, a cuyas súplicas accedió Vuestra Santidad, y de consuelo a los fieles cuyas necesidades remedió. Imitando Vuestra Santidad al Padre de las luces, ha concedido un don perfecto a esta parte del rebaño de Jesucristo, dándole pastores de su elección, conocidos antes por sus virtudes y capaces, por su saber y doctrina, de enseñar la Religión y la fe, y por su ejemplo, de inspirar la moral y costumbres. El beneficio ha sido inmenso para estas Iglesias, viudas por un número de años considerable: las escasez de sacerdotes era extrema; multitud de parroquias se hallaban sin párrocos, y los fieles – privados de los sacramentos – carecían de la divina palabra y de los bienes de la Religión. Ha cesado esta orfandad en que yacíamos en lo espiritual innumerables personas, y lo deben al Vicario de Jesucristo.

Reciba, pues, Vuestra Santidad la expresión de nuestra gratitud; y del pueblo de esta República, las más sinceras protestas de su adhesión a la silla Apostólica y a la cabeza visible de la Iglesia militante.

Quedan aún vacantes en Colombia, algunos obispados. Para los de Quito y Guayana hemos ya propuesto a Vuestra Santidad los eclesiásticos que por sus virtudes, saber y méritos, hemos creído dignos de ocuparlos. Uno y otro, pero principalmente el Obispado de Guayana, por su larga vacante, por haber concluído las misiones, por la absoluta falta de los ministros del Santuario, porque no hay a quien encargar del gobierno de la diócesis, exigen una pronta provisión. Rogamos a Vuestra Santidad se digne hacerla para la salud espiritual de aquellos fieles y satisfacción de esta República. Muy pronto dirigiremos a Vuestra Santidad nuestras preces y las propuestas correspondientes para los demás Obispados.

Conforme a la disciplina que ha regido en estas Iglesias desde que se fundaron, y con el fin de protegerlas más eficazmente, el Gobierno de Colombia se declaró en ejercicio del derecho de Patronato de que habían usado los Reyes de España. Ese acto lo sugirieron la necesidad de las mismas Iglesias, en que había peligro en que faltase la jurisdicción

---

\* LETURIA, Pedro. *Bolívar y León XII*. Caracas: Ed. Parra Leonther, 1931. p. 120.

eclesiástica por falta de prebendados; el mejor cumplimiento de los cánones que no permitían largos interinatos en los beneficios, y el bien de la Religión que – defendida por el Gobierno con todo su poder – no sería atacada. Tenemos la mayor confianza de que Vuestra Santidad le prestará su ratificación, atendidas tan justas razones.

A virtud del Patronato, se han llenado las numerosas vacantes que había en las catedrales, se han provisto en propietarios – y con arreglo a las disposiciones canónicas – los beneficios que tienen cura de almas, y la Religión se conserva pura y como la recibimos de nuestros padres, por el cuidado, por la vigilancia y protección del Gobierno. Vuestra Santidad debe siempre contar con ella, y con nuestra decidida voluntad de sostener el catolicismo en esta República. El Presidente de la República de Colômbia aguarda para sí y para el pueblo de la República, la bendición apostólica del Padre de los creyentes.

Dada en Bogotá a 7 de Noviembre de 1828. – SIMÓN BOLÍVAR.

El Ministro Secretario de Estado de Despacho de Relaciones Exteriores. – *Estanislao Vergara*.

Fonte: LETURIA, Pedro. *Bolívar y León XII*. Caracas: Ed. Parra Leonther, 1931. p. 121- 123.

## **Anexo 2: Quadros cronológicos**

## Quadros cronológicos 1735-1840\*

### Europa e Estados Unidos

1763	Fim da Guerra dos Sete Anos. Paz de Paris. Espanha cede a Florida e adquire a Louisiana.
1767	Expulsão dos jesuítas do império espanhol.
1776	Declaração de Independência pelos Estados Unidos.
1783	Tratado de Versailles.
1788	Morte de Carlos III da Espanha.
1789	Revolução Francesa.
1804	Napoleão é coroado imperador.
1808	Invasões francesas na Espanha e Portugal. Guerra da independência espanhola.
1810	Ocupação francesa de Sevilha. Abertura das Cortes em Cádiz.
1811	Traslado das Cortes para Cádiz.
1812	Batalha de Leipzig: derrota de Napoleão. Constituição liberal de Cádiz.
1814	Abdicação de Napoleão. Restauração de Fernando VII. Decreto de derrogação da Constituição de Cádiz.
1815	Governo dos Cem Dias. Batalha de Waterloo. Congresso de Viena. Santa Aliança.
1819	Cessão das Flóridas para os Estados Unidos pelo Tratado Adams-Onís.
1820	Revolução liberal na Espanha. Proclamação da Constituição de Cádiz.
1822	Estados Unidos reconhecem as independências das repúblicas hispano-americanas. Congresso de Verona.
1823	Invasão dos Cem mil filhos de São Luís. Fernando VII é restabelecido na Espanha.
1825	Grã-Bretanha reconhece a independência do México, Grã-Colômbia e Argentina.
1829-1830	França reconhece a independência do México, Grã-Colômbia e Argentina.
1833	Morre Fernando VII. Começa a regência de Maria Cristina na Espanha.
1834	Firmada a Quádruple Aliança. Decreto de supressão da Inquisição e da Companhia de Jesus na Espanha.
1835-1837	Independência e reconhecimento do Texas. Supressão das ordens religiosas e confiscação de seus bens na Espanha. Espanha reconhece o México.
1839	Dissolução das Cortes na Espanha.
1840	Queda de Maria Cristina na Espanha.

\* Fonte principal: CODES, Rosa María Martínez de. *La Iglesia católica en la América Independiente: siglo XIX*. Madri: MAPFRE, 1992. p. 323-330. Outros dados foram inseridos com as informações constantes ao longo da dissertação

**Hispano-América**

<b>1776</b>	Criação do vice-reino do Prata. Fundação de São Francisco (Califórnia).
<b>1780</b>	Rebelião de Túpac Amaru. Levantamento indígena no Peru.
<b>1783</b>	Nascimento de Simon Bolívar.
<b>1789</b>	O governo espanhol declara os direitos dos escravos e os deveres dos índios. É extinto o comércio livre na Nova Espanha.
<b>1795</b>	Espanha perde a parte ocidental de São Domingo. Permissão ao vice-reino do Prata de comércio com as colônias estrangeiras.
<b>1804</b>	Espanha ordena o sequestro dos fundos de caridade no México e exige seu envio à Península. Independência do Haiti.
<b>1808</b>	Deposição do vice-rei Iturrigaray no México. Tolerância do comércio britânico em Buenos Aires.
<b>1810</b>	Primeiros levantamentos em Buenos Aires, Venezuela e Nova Granada. Sublevação de Hidalgo no México.
<b>1811</b>	Independência da Venezuela. Junta revolucionária em Buenos Aires. Morelos assume a revolução no México.
<b>1812</b>	Reconquista espanhola.
<b>1814-1815</b>	Segunda reconquista da Venezuela e Nova Granada pelo general Morillo. Morelos é capturado e fuzilado. Independência de São Domingo. Realistas terminam com a revolução em Cuzco.
<b>1816</b>	Congresso de Tucumán. Independência das Províncias Unidas do Rio Prata. Criação do conceito jurídico de “epiquéia” pela Argentina.
<b>1817</b>	Guerra civil na Venezuela.
<b>1818</b>	Independência do Chile. Constituição com senado consultivo.
<b>1819</b>	Batalha de Bolívar em Boyacá. Formação da Grã-Colômbia. Bolívar presidente.
<b>1820</b>	Guayaquil torna-se independente. Restringe-se o direito da Igreja a ter propriedades na Nova Espanha.
<b>1821</b>	Congresso de Cúcuta. Constituição da Grã-Colômbia. Venezuela é liberada. Independência do México. Plano de Iguala. Ata provisória de independência da América Central.
<b>1822</b>	Bolívar e San Martín encontram-se em Guayaquil. Sucre entra em Quito. Iturbide é proclamado imperador constitucional no México. Plano de Veracruz. América Central, com exceção de El Salvador, une-se ao México. Constituição chilena. Lei de reforma do clero por Rivadavia na Argentina.
<b>1823</b>	Independência da América Central. Abdicação de Iturbide.
<b>1824</b>	Batalha de Ayacucho. Liquidada as ordens e os seminários no Paraguai.

<b>1825</b>	Independência do Alto Peru. Tratado comercial da Grã-Bretanha com as Províncias Unidas do Prata.
<b>1826</b>	Constituição para Bolívia escrita por Bolívar. Sucre torna-se presidente da Bolívia. Congresso do Panamá. Rivadavia torna-se presidente das Províncias Unidas do Prata.
<b>1827</b>	Nove bispos para Grã-Colômbia e Alto Peru..
<b>1829-1830</b>	Fim da Grã-Colômbia. Assassinato de Sucre e morte de Bolívar. Nicarágua seculariza os conventos. Batalha de Lizcay no Chile. Rosas torna-se ditador na Argentina.
<b>1831</b>	Seis bispos nomeados para o México.
<b>1832</b>	Bispos para o Prata.
<b>1833</b>	Revolução liberal no México. Revolução liberal na Guatemala.
<b>1834</b>	Bispos para o Peru.
<b>1835</b>	Santa Sé reconhece Nova Granada.
<b>1839-1842</b>	Guerra civil colombiana.

## Papado

1775	Começo do pontificado de Pio VI (Giovanni Angélico Braschi).
1799	Morte de Pio VI. Reunião dos cardeais espalhados pela Europa para a escolha do novo papa.
1800	Eleito, após seis meses, Pio VII (Barnaba Chiaramonti).
1807	Pio VII é aprisionado por Napoleão. Tratado de Fontainebleau.
1814	Pio VII restabelece a Companhia de Jesus em toda a orbe católica por meio da bula <i>Sollicitudo omnium Ecclesiarum</i> .
1816	Pio VII pede obediência ao rei da Espanha por meio do breve <i>Etsi Longissimo</i> .
1818	Envio do primeiro relato a Roma sobre as emancipações hispano-americanas pelo bispo Orellana do Prata.
1821	Ida de Cienfuegos, representante do Prata, a Roma.
1822	Chegada do relato de Lasso de la Vega, bispo de Mérida, a Roma. Pio VII responde favoravelmente ao bispo de Mérida (Venezuela). Chegada do representante do Prata, Pedro Luis Pacheco, a Roma, com caráter não oficial. Adoção da política de neutralidade pela Santa Sé.
1823	Morre Pio VII e inicia-se o pontificado de Leão XII ( Annibal della Genga). Leão XII autoriza o envio da missão Muzi ao Chile.
1824	Ida de Ignácio Tejada, representante colombiano, a Roma. Tejada é expulso de Roma. Chegada da missão Muzi à Hispano-América. Leão XII condena as guerras civis hispano-americanas na encíclica <i>Etsi iam diu</i> .
1825	Roma reconhece o Império Brasileiro. Missão Muzi parte de volta a Roma.
1826	Volta de Tejada a Roma e entrada de Francisco Pablo Vasquez, enviado mexicano.
1827	Leão XII preconiza <i>motu proprio</i> os primeiros bispos residenciais para a Grã-Colômbia e Peru, após o começo dos movimentos de independência.
1828	Provisão de várias sedes vacantes na Hispano-América por Leão XII.
1829-1830	Pontificado de Pio VIII (Francesco Saverio Castiglioni).
1831	Pontificado de Gregório XVI ( Bartolomeo Alberto Capellari). Bula <i>Sollicitudo Ecclesiarum</i> , de Gregório XVI. Restauração da Igreja Hispano-Americana. Preconização por Gregório XVI de bispos para o México.
1832	Gregório XVI publica <i>Mirari vos</i> sobre os erros modernos.
1835-1837	Roma reconhece Nova Granada. Gregório XVI publica o documento <i>In supremo</i> sobre a proibição do comércio de africanos e índios.
1840	Roma reconhece o Chile.
1846	Pontificado de Pio IX (Giovanni Maria Mastai-Ferreti).

### **Anexo 3: Informações biográficas**

## Informações biográficas\*

*Estão presentes aqui pequenas notas biográficas sobre as personalidades mais citadas ao longo da dissertação ou de maior importância na compreensão do trabalho apresentado. Algumas, apesar de seu valor, não aparecem relacionadas por não se ter encontrado dado biográfico relevante nas inúmeras fontes de pesquisa.*

**APARICI, José Narciso.** Sucessor de Vargas Laguna na embaixada da Espanha, em Roma. A ele sucedeu como mero encarregado de negócios. Não contava com presteza nem experiência, mas foi encarregado de lidar, em Roma, com as ordens de Madri que eram contra os direitos da Igreja e do papado. Representante de uma revolução vista com desconfiança por todo o corpo diplomático, era constrangido a dar cada dia informações das decisões da corte de Madri em relação ao governo pontifício. Nem mesmo podia assumir o título de embaixador. Permaneceu como secretário encarregado de negócios por três anos.

**BADÁN, Francisco.** Genovês que desde 1776 servia à coroa espanhola nos *Correos Nacionales*. Passou os primeiros anos de seu trabalho em Madri e os demais em Roma, onde era diretor e administrador da *Posta di Spagna*. Em 1809, mostrou sua fidelidade à causa legitimista espanhola quando se recusou a prestar juramento ao governo liberal, fato que o tirou do seu posto. Vargas Laguna conseguiu com o papa que Badán fosse com sua família para um convento abandonado. Em 1814, Vargas Laguna recomendou ao governo espanhol que repusesse o genovês na direção dos correios de Roma, o que foi feito.

**BOLÍVAR, Simon.** Nascido em 1783, em Caracas, Venezuela. Faleceu em 1830. Ficou conhecido como soldado, estadista e líder nas guerras de independência dos países sul-americanos. Inspirado nos racionalistas europeus, jurou libertar a América Hispânica. Participando dos surgimentos das repúblicas americanas, obteve vitória crucial em Boyacá, em 1819. Assegurou a independência da Colômbia na batalha de Carabobo, em junho de 1821. Derrotou os realistas espanhóis e conquistou a independência da Venezuela. Marchou com o exército para o Equador e desalojou os espanhóis de Quito, antes de encontrar-se com José de San Martín, em Guayaquil. Os líderes da independência discordaram sobre o

---

\* Fontes:

ENCICLOPEDIA CATTOLICA. Firenze: Sansoni, 1952.

ESGLÉSIA. Disponível em: <<http://www.esglesia.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

GRADUATE THEOLOGICAL UNION. Disponível em: <<http://www.gtu.edu/library>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

INFOPLEASE. Disponível em: <<http://www.infoplease.com>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

KÜHNER, Hans. *Dictionnaire des Papes: de Saint Pierre à Jean XXIII*. Paris: Buchet/Chastel, 1958.

LETURIA, Padre Pedro de. *Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica, 1493-1835*. 3v. Caracas: Sociedade Bolivariana de Venezuela, 1959.

NEW ADVENT CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. Disponível em: <<http://www.newadvent.org>> Acesso em: 11 de junho de 2002.

futuro da América do Sul e, finalmente, San Martín renunciou ao comando e permitiu que Bolívar expulsasse o exército espanhol do Peru, último baluarte colonial no continente. Com a independência hispano-americana assegurada, Bolívar aceitou a presidência da Confederação da Grã-Colômbia (Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá). Em abril de 1830, vendo-se incapaz de impedir a fragmentação da federação em três nações independentes, renunciou à presidência

**BONAPARTE, Napoleão.** Napoleão nasceu em 1769, na ilha de Córsega. De 1779 a 1785, freqüentou a Escola Militar de Brienne e de Paris, de onde saiu tenente de artilharia. Em 1793, Napoleão ganhou sua primeira batalha e foi promovido a general. Em 1796, casou-se com Josefina de Beauharnais. Em 1799, abandonou suas tropas no Egito e embarcou clandestinamente para a França, onde havia uma atmosfera de crise. Aparecendo como salvador da pátria, efetuou o golpe de Estado do 18 Brumário. Quando em 1800 venceu os austríacos, Napoleão impôs-se contra a Inglaterra e foi declarado cônsul perpétuo. Em 1804, baseado em uma concordata com o papa Pio VII, Napoleão se auto-declarou imperador da França. No ano seguinte, o exército organizado por Napoleão foi derrotado pelos ingleses em Trafalgar. No entanto, com a vitória de Austerlitz, Napoleão Bonaparte submeteu o Sacro Império e, em 1806, entrou em Berlim. O apogeu de seu império se deu em 1807, quando a França, aliada à Rússia, decretou bloqueio econômico à Inglaterra. Em 1810, separado de Josefina, Napoleão casou-se com Maria Luísa da Áustria. Dois anos depois, na Rússia, Napoleão perdeu boa parte de seu exército em razão do rigoroso inverno. Napoleão ganhou as batalhas de Lützen e Beutzen, mas foi derrotado em Leipzig, em 1813. Atravessando o Reno, os aliados entraram na França e ocuparam Paris. Em 1814, Napoleão fugiu para Fontainebleau, abdicou do trono e embarcou para Elba. Um ano depois, restaurada a monarquia, Luiz XVIII subiu ao trono francês, mas a atmosfera de guerra civil favorecia a volta de Napoleão. Luiz XVIII retornou ao exílio. Porém, em batalha em Waterloo, Napoleão foi derrotado e novamente abdicou, partindo para Santa Helena. Morreu em 5 de maio de 1821.

**CARLOS III.** Nascido em 1716 e falecido em 1788. Foi rei da Espanha de 1759 a 1788 e rei de Nápoles e Sicília de 1735 a 1759. Filho de Felipe V. Foi duque de Parma e Piacenza em 1731; abandonou os ducados da Áustria após a Espanha ter reconquistado Nápoles e Sicília na guerra de sucessão polonesa. Em 1759, sucedeu a seu meio irmão Fernando VI no trono espanhol. Na Guerra dos Sete Anos, Carlos III assumiu, a princípio, uma atitude de neutralidade, mas, após ter concluído uma concordata com a França em 1761, envolveu a Espanha na guerra, a tempo de compartilhar a derrota com a França. Pelo Tratado de Paris de 1763, cedeu a Flórida à Inglaterra, mas recebeu a Louisiana da França. As disputas territoriais com Portugal no Rio do Prata foram resolvidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Ajudou os norte-americanos na guerra de independência e pelo Tratado de Paris, de 1783, reconquistou a Flórida e Minorca. Foram tempos de grande prosperidade para a Espanha sob o reinado de Carlos III, que foi considerado como o maior Bourbon no trono espanhol e um déspota esclarecido. Seu reinado é marcado por reformas econômicas e administrativas e pela expulsão dos jesuítas em 1767.

**CARLOS IV.** Nasceu em 1748 e faleceu em 1819. Foi rei da Espanha de 1788 a 1808. Diferentemente de seu pai, Carlos IV foi um governante ineficiente e em 1792 deixou o governo da Espanha nas mãos de Manuel Godoy, seu ministro de Estado. A Espanha entrou nas guerras revolucionárias francesas em 1793, mas em 1795 estabeleceu a paz com a França pelo segundo Tratado de Basel. Pelo Tratado de Santo Ildefonso, a Espanha tornou-se aliada da França e envolveu-se na guerra contra Inglaterra. A coroa espanhola sofreu grandes derrotas no Cabo de São Vicente, em 1797, e Trafalgar, em 1805. O Tratado de Fointainebleau, de 1807, levou à guerra peninsular. Enquanto as tropas francesas marchavam sobre Madri em março de 1808, um levante popular levou a um golpe de Estado em Aranjuez. Carlos IV foi forçado a abdicar em favor de seu filho Fernando VII. A família real ficou cativa na França até 1814, enquanto José Bonaparte era rei da Espanha.

**CIENFUEGOS, José Ignacio.** *Criollo* inteligente e patriota, a cujos serviços à independência juntava a ambição de tornar-se bispo residencial do Chile. Exercia influência notável sobre o Senado conservador do Chile e em 27 de agosto de 1821 é nomeado por O'Higgins como enviado oficial a Roma. Chega a tornar-se bispo *in partibus* do Chile.

**CONSALVI, Ercole.** Cardeal e secretário de Estado de Pio VII. Nascido em 8 de junho em Roma e falecido em 24 de janeiro de 1824, onde nasceu. Oriundo de família nobre de Pisa. De 1771 a 1776, esteve no seminário de Frascati onde terminou seus estudos de retórica, filosofia e teologia. Foi lá onde ganhou a poderosa proteção do Duque de York, bispo de Frascati. Nos anos de 1776 a 1782, dedicou-se ao estudo da jurisprudência e história eclesiástica na Academia Eclesiástica de Roma. Depois disso, entrou para a carreira pública e foi nomeado secretário privado por Pio VI, em abril de 1783. Em 1786, foi nomeado *Ponente del buon governo*, isto é, membro da congregação encarregada da direção dos assuntos municipais. Em 1792, tornou-se membro da alta corte de justiça, sendo nomeado *Uditore di Rota*. Em 1796, tornou-se assessor de uma comissão militar estabelecida por Pio VII com o propósito de prevenir distúrbios revolucionários e a intervenção do Diretório Francês nos Estados pontifícios. Em 1798, os franceses entram em Roma e Consalvi é aprisionado na Civitavecchia. É posto em liberdade e parte para Veneza. Quando da morte de Pio VI, é eleito quase unanimemente como secretário e tem grande influência na eleição de Chiaramonti como papa. Eleito Pio VII, este o aponta como cardeal e o nomeia secretário de Estado. Sempre tentou resguardar os interesses tanto espirituais quanto temporais da Santa Sé nas negociações com as várias cortes ou governos da Europa. Na concordata estabelecida com Napoleão, na qual o imperador francês acrescenta setenta e sete artigos (os “Artigos Orgânicos”), Consalvi condena veementemente a inclusão dos artigos, mas não tem como reagir a ela. Em 1806, Consalvi pede para deixar o cargo de secretário de Estado, mas continua atuando como consultor privado do papa em matérias de importância. Quando o papa é retirado de Roma, Consalvi vai para Paris, onde recusa a pensão de trinta mil francos oferecida pelo governo francês. De volta a Roma, Consalvi continua a trabalhar para o bem-estar da Santa Sé e do papa. Empenha-se na restauração dos Estados pontifícios participando, também, do Congresso de Viena. Obteve sucesso nas suas negociações e conseguiu a restituição de quase todos os territórios papais antes da Revolução Francesa, com exceção de Avignon e Venaissin e um pequeno pedaço de terra em Ferrara. Aboliu os antigos privilégios da nobreza e das cidades papais, traçou um novo

plano de administração para os territórios papais; reajustou as finanças; preparou um novo código civil e criminal; reorganizou o sistema de educação e melhorou a segurança pública. A carreira de Consalvi chegou ao fim com a morte de Pio VII. Consalvi é considerado como um dos maiores estadistas que já serviram à Santa Sé.

**ENCISO, Salvador Jiménez de.** Um dos bispos mais eloqüentes e legitimistas que Fernando VII havia enviado à Hispano-América. Em 1820, encontrou-se em terrível polêmica com os emancipadores, pois, após a batalha de Boyacá, excomungou a todos aqueles que a haviam apoiado e ajudou a reorganizar as tropas regalistas que, de fato, reconquistaram Popayán. Em 1823, Jiménez de Enciso incorporou-se ao movimento de independência da Colômbia.

**FAJARDO, Manuel Palacio.** Jurista estimado por Bolívar. Escreveu a primeira Constituição liberal do Estado de Barinas, pediu ao primeiro Congresso da Venezuela poderes ditatoriais a Miranda e, depois de sua missão a Cartagena, a Washington e a Paris, escreveu em inglês, em 1817, uma memória sobre a revolução na América Espanhola e logo a traduziu para o francês e espanhol. Tentou conseguir voluntários para o exército venezuelano entre os oficiais franceses descontentes com a revolução borbônica. Foi preso por isso e necessitou da intervenção de Humboldt, Bonpland e Dupont de Nemours para escapar da França.

**FERNANDO VII.** Nasceu em 1784 e faleceu em 1833. Governou a Espanha de 1808 a 1833. Filho de Carlos IV e Maria Luísa. Excluído do governo de seu pai, tornou-se o centro de intrigas contra o chefe de gabinete, Manuel de Godoy, e conseguiu o apoio de Napoleão I. Em 1807, foi preso por seu pai, que o acusou de usurpação do trono e de assassinato de Godoy e sua mãe, Maria Luísa. Logo a situação foi esquecida, mas o prestígio da sua família foi abalado, o que facilitou a invasão da Espanha por Napoleão. A revolução que se deu em Aranjuez, em março de 1808, provocou a abdicação de Carlos IV em favor de Fernando VII, que foi aclamado com entusiasmo pelo povo. Carlos IV renunciou ao trono em favor de Fernando VII, que renunciou em favor de Napoleão I. O imperador francês deu o trono espanhol a José Bonaparte. Durante a Guerra Peninsular (1808-1814), Fernando esteve cativo na França. Em seu nome, os elementos nacionalistas e liberais da Espanha resistiram aos invasores franceses e uma constituição liberal foi proclamada em 1812 pelas cortes de Cádiz. Por toda a Espanha o nome de Fernando VII era aclamado como ligado às tendências revolucionárias. No entanto, imediatamente após ter sido reconduzido ao trono, Fernando VII logo aboliu a constituição liberal e revelou-se reacionário. Após muitos levantes, os liberais espanhóis conseguiram uma revolução bem sucedida em 1820 e forçaram o rei a adotar de novo a Constituição de 1812. A Santa Aliança alarmou-se e o Congresso de Troppau foi chamado para lidar com a situação espanhola. Em 1822, em Verona, a França foi delegada pela Santa Aliança a intervir militarmente na Espanha e restaurar o poder de Fernando VII. Com a volta de Fernando VII ao trono, foi revogada a Constituição de 1823 e instaurou-se forte repressão. Antes de sua morte, Fernando VII tinha assinado a lei Sálica, que excluía seu irmão Carlos da sucessão e passava o trono à sua filha Isabela. Com a morte de Fernando, os liberais apoiaram Isabela e os conservadores

apoiaram a Carlos, iniciando-se a guerra pela sucessão. Durante o reinado de Fernando VII, as colônias espanholas foram emancipadas.

**GODOY, Manuel de.** Nascido em 1767 e falecido em 1851. Estadista espanhol. Era oficial do exército e conquistou as graças da rainha Maria Luísa. Rapidamente ascendeu à corte de Carlos IV. O rei o nomeou chefe de gabinete em 1792 e, com exceção de uma breve interrupção em seu poder (1798-1801), Godoy governou até 1808. Em 1793, Godoy uniu-se à guerra da primeira coalizão contra a França revolucionária, mas em 1795 assinou a paz no segundo Tratado de Basel e ganhou o título de príncipe da paz. No ano seguinte, promoveu a aliança da Espanha com a França na guerra contra a Inglaterra (1796- 1802), o que trouxe grandes dificuldades econômicas à medida que o poder naval inglês afastava a Espanha de suas colônias na América. Após um curto período de afastamento, Godoy retornou à Espanha e comandou o exército espanhol de forma vitoriosa em guerra contra Portugal. Sua aliança com Napoleão Bonaparte envolveu a Espanha em nova guerra contra a Inglaterra em 1804 e levou à derrota franco-hispânica em Trafalgar (1805). A impopularidade do governo corrupto de Godoy agudizou-se com o Tratado de Fontainebleau de 1807. Com a abdicação de Carlos IV, Godoy foi capturado e criticado severamente pelos revoltosos em Aranjuez. Foi resgatado pelos franceses e enviado para Paris, onde morreu.

**GREGÓRIO XVI** (Mauro ou Bartolomeo Alberto Cappellari). Nascido em Belluno em 8 de setembro de 1765 e morto em Roma em 9 de junho de 1846. Foi eleito papa em 31 de março de 1829. Seus pais eram de uma pequena nobreza da região e prestavam proeminentes serviços ao Estado. Com 18 anos, entrou como noviço no monastério de São Miguel de Murano, adotando o nome de Mauro. Com mostras de grande talento intelectual, devotou-se ao estudo de filosofia e teologia. Duas vezes lhe foi oferecido o bispado, em razão de sua consultoria a várias congregações, mas ele as recusou. Leão XII o apontou como cardeal em 1825. Como cardeal, conseguiu uma concordata entre os católicos belgas e o rei Guilherme da Holanda em 1827 e entre os católicos armênios e o Império Otomano em 1829. Logo que foi eleito, eclodiu a revolução nos Estados papais, que foi resolvida com o apoio austríaco. Representantes da Áustria, Rússia, França, Prússia e Inglaterra encontraram-se em Roma para discutir a reforma dos Estados pontifícios. Gregório XVI foi firme em afirmar que não aceitaria o princípio da eleição popular dos conselhos nem permitiria a criação de um conselho de Estado composto por juristas, paralelo ao Sagrado Colegiado. Acabou-se com a confusa multiplicidade de tribunais e as cortes criminais foram totalmente reformadas. Seu ato mais famoso foi a condenação do abade Lamennais com a encíclica *Mirari vos* (1832), na qual ressalta muitas das doutrinas morais e sociais que eram usadas contra as escolas revolucionárias. A encíclica foi duramente criticada na Europa e, em 1834, publica *Singulari nos*, em resposta às palavras de condenação de Lamennais. Lutou contra o anti-clericalismo também na Espanha e Portugal (na Espanha a situação se prolongou até depois da morte de Gregório XVI). Na Prússia, teve que lidar com o problema dos casamentos mistos, entre católicos e protestantes e a situação acabou sendo favorável à Igreja Católica. Não conseguiu a reforma da Igreja na Rússia e na França enfrentou a fúria do anti-clericalismo. No entanto, se esforçou por propagar a fé católica na

Inglaterra e Estados Unidos. Foi o primeiro papa a reconhecer a independência de uma república hispano-americana (Nova Granada, em 1835).

**HERAS, Bartolomé de las.** Arcebispo de Lima. Nasceu em Carmona em 24 de abril de 1743. Passou a maior de sua vida no Peru, primeiro como deão dos cabidos de Guamanga e La Paz e desde 1789 como bispo de Cuzco. A partir de 1806 torna-se bispo de Lima. Todos os prelados no Peru pediam a Fernando VII que o elevasse ao posto de cardeal, o que acabou não se efetivando. Em julho de 1821, convencido da perda da Espanha em relação ao Peru, firmou uma ata de independência junto ao governo peruano, conseguindo proteção para a sua diocese .

**LABRADOR, Pedro de.** Embaixador espanhol no papado de Leão XII. Pouco querido pela Santa Sé. Ainda que tivesse acompanhado Pio VI em sua prisão e morte, era extremamente regalista e havia-se indisposto com o núncio de Roma em Madri (Monsenhor Gravina). Exerceu forte pressão diplomática sobre a Santa Sé, mas não contava com prestígio diante do papa. Também não tinha o apoio dos ministros das grandes potências européias como França e Inglaterra.

**LAGUNA, Antonio Vargas.** Embaixador espanhol no papado de Pio VII, a partir de 1801. Foi um dos primeiros a protestar contra a prisão do cardeal Pacca pelo general Miollis, em 6 de setembro de 1808. Em 17 de janeiro de 1809, negou-se a reconhecer a José Bonaparte, escrevendo um protesto contra as barbáries acontecidas em Bayona contra a nação espanhola. Em razão disso, foi preso no castelo de Fenestrella, onde se encontrava o cardeal Pacca. Vargas Laguna sempre teve grande carinho pela embaixada em Roma. Assim que Fernando VII é reconduzido ao trono, em 1814, pede para voltar a ela e é apoiado pelo cardeal Pacca e Consalvi, antigos amigos seus.

**LAMBRUSCHINI, Luigi.** Cardeal nascido em Sestri Levante a 6 de março de 1776. Faleceu em Roma em 12 de maio de 1854. Em 1815, acompanhou o cardeal Consalvi ao Congresso de Viena. Após o seu retorno a Roma, foi indicado como secretário da Congregação de Negócios Extraordinários Eclesiásticos, recém-instituída por Pio VII. Teve papel muito importante na conclusão de concordatas com vários Estados, especialmente Nápoles e Bavária. Em 1819, foi apontado como arcebispo de Genoa. Em 1827, Leão XII o enviou como núncio a Paris, mas a revolução de julho de 1830 interrompeu sua missão. De retorno a Roma, tornou-se cardeal em 1831, por indicação de Gregório XVI, que, ante a renúncia de Bernetti (já octogenário), indicou Lambruschini como secretário de Estado. Ao lado de Consalvi e Pacca, Lambruschini foi um dos grandes diplomatas da Santa Sé no século XIX.

**LEÃO XII** (Annibale Francesco Clemente Melchiorre Girolamo Nicola della Genga). Nascido no Castello della Genga, no território de Espoleto, em 22 de agosto de 1760. Morreu em Roma a 10 de fevereiro de 1820. A família de seu pai teve o título de nobreza concedido por Leão XI em 1605. Com a idade de treze anos foi estudar no Colégio

Campana de Osimo, sendo transferido mais tarde para o Colégio Piceno e, logo depois, para a Academia dos Nobres Eclesiásticos. Em 1792, tornou-se cônego da Igreja vaticana e, no ano seguinte, foi consagrado arcebispo de Tiro e enviado como núncio à Lucerna. Depois foi transferido para a nunciatura de Colônia em 1794, posto que ocupou com grande sucesso por onze anos. Como núncio, lidou com as dificuldades entre a Igreja germânica e prussiana. Em 1814, foi indicado como bispo de Sinigaglia, mas teve problemas de saúde, assumindo o posto de vigário de Roma em 1820. Com a morte de Pio VII, foi eleito papa e escolheu della Somaglia como secretário de Estado, o que significava o começo de uma nova política. Uma de suas primeiras medidas foi confinar novamente aos guetos os judeus que haviam mudado para Roma na época da Revolução. Leão XII defendeu os antigos costumes e instituições, combateu o protestantismo, reafirmou a devoção católica com o jubileu de 1825, enfrentou a perseguição de católicos na Holanda e encorajou a emancipação dos católicos nas Ilhas Britânicas. Além disso, apoiou a causa legitimista na França e na Espanha. Devolveu o Colégio Romano ao controle dos jesuítas, condenou as sociedades secretas em 1825, ampliou a biblioteca do Vaticano e trabalhou na restauração da basílica de São Paulo. Mas Leão XII tinha saúde muito frágil e, em 1829, após uma audiência privada com o cardeal Bernetti, que substituiu Somaglia na secretaria de Estado, caiu doente e morreu dois dias depois. Seu governo foi impopular em Roma e nos Estados pontifícios e, por meio de suas medidas ultra-conservadoras, tornou mais difícil a resolução dos novos problemas pelos papa sucessores.

**MUZI, Giovanni.** Romano, auditor da nunciatura em Viena. Escolhido pelo papa Pio VII como arcebispo de Filipos *in partibus*, a fim de que partisse para o Chile como vigário apostólico, na primeira missão pontifícia enviada à Hispano-América à época das independências.

**PACCA, Bartolomeo.** Nasceu em Benevento em 27 de dezembro de 1756 e morreu em Roma em 19 de fevereiro de 1844. Filho do marquês de Matrice. Foi educado pelos jesuítas em Nápoles e na Academia de Nobres Eclesiásticos. Em 1785, foi indicado por Pio VI como núncio em Colônia, o centro da agitação anti-romana. Teve problemas com o arcebispo de Colônia, arquiduque Maximiliano da Áustria. No entanto, os outros prelados de Colônia o receberam muito bem. Em 1790, foi enviado em missão secreta para Frankfurt, a fim de defender os interesses da Santa Sé ante a Prússia e evitar a adoção de uma concordata. Em 1794, foi como núncio para Portugal e tornou-se cardeal, participando de várias congregações. Pacca esteve na comitiva que acompanhou Pio VII quando da invasão de Napoleão a Roma. Napoleão chegou a declarar que Pacca era seu inimigo. Durante a ausência de Consalvi, em Roma em razão do Congresso de Viena, Pacca assumiu o posto de secretário de Estado, mas foi criticado por Consalvi que lhe pediu não ser tão rigoroso com aqueles que apoiavam o regime napoleônico. O restante da vida de Pacca foi dividido em diferentes congregações e administração de sedes suburbanas.

**PACHECO, Pedro Luis.** Nascido em 1762, em Buenos Aires, onde também virou franciscano. Logo se destacou por suas observações e conhecimentos teológicos e, depois de ter ensinado em outras cátedras, terminou por assumir a de teologia na Universidade de

Córdoba, onde ensinou até eclodirem os movimentos de independência. Ainda que o tenham acusado mais de uma vez de ser inimigo da independência, Pacheco rebatia as acusações, dizendo que o patriotismo não deveria ser sinônimo de ódio à Igreja. Em 25 de maio de 1817, pronunciou um discurso a favor da independência.

**PIO VI** (Giovanni Angelico Braschi). Nascido em Cesena, em 27 de dezembro de 1717 e morto em Valence, França, em 29 de agosto de 1799. Foi eleito papa em 15 de fevereiro de 1775. Vindo de uma família nobre, mas empobrecida, foi educado no Colégio Jesuíta de Cesena e cursou direito em Ferrara. Após uma missão diplomática a Nápoles, foi indicado como secretário papal e cônego em Roma em 1755. Foi indicado para cardeal em 1755 pelo papa Clemente XIV. Espanha, Portugal e França tentaram impedir sua eleição por sua ligação com os jesuítas, mas ainda assim permitiu que os jesuítas continuassem com suas escolas na Prússia, enquanto na Rússia permitiu a continuação ininterrupta da ordem. Teve que enfrentar a confiscação injustificada da propriedade eclesiástica na Áustria, por José II, a quem ameaçou de excomunhão. Enfrentou reformas anti-eclesiásticas também na Toscana, Alemanha, Portugal, Espanha, Veneza, Sardenha e Sicília. Erigiu a Diocese de Baltimore e organizou as finanças da Santa Sé. Rejeitou a “Constituição Civil do Clero”, após a Revolução Francesa, suspendendo os prelados franceses que a aceitaram e protestando contra a execução de Luís XIV. Essa situação, e a cooperação de Roma com os aliados contra a França, levou Napoleão a atacar os estados pontifícios com a anexação de Avignon e Venaissin. Por não se render, Pio VI foi levado a Siena e depois à Florença. Após ter sido deslocado por outras cidades italianas e francesas e estando muito doente, foi levado finalmente à Valence, onde faleceu.

**PIO VII** (Barnaba Chiaramonti). Nasceu em Cesena, em 14 de agosto de 1740 e morreu em 20 de agosto de 1823. Foi eleito papa em 14 de março de 1800. Seu pai era conde e sua mãe pertencia à nobre casa de Ghini. Sua educação se deu no colégio para nobres em Ravenna e com a idade de 16 anos entrou para o mosteiro beneditino de Santa Maria del Monte. Lecionou no monastério de São Calisto e foi indicado bispo de Tivoli e Ímola por Pio VI, que o fez cardeal em 14 de fevereiro de 1785. Em 1797, com a invasão do norte da Itália pela França, Chiaramonti publicou uma homilia que pedia submissão à República Cisalpina, declarando que não havia oposição entre uma forma democrática de governo e a constituição da Igreja Católica. Apesar de sua atitude, foi acusado inúmeras vezes de traidor da República. De acordo com uma ordem de Pio VI antes de falecer, na cidade em que se encontrasse o maior número de cardeais se daria o conclave para a eleição do próximo papa. Três meses depois, em Veneza, sob a proteção de Francisco II da Áustria, Chiaramonti foi eleito papa, com a presença de 34 cardeais dos 46 existentes graças ao forte apoio de Consalvi. Em 1801, firmou uma concordata com Napoleão a respeito da questão religiosa e que teve acréscimo, sem a aquiescência do papa, de setenta e sete artigos orgânicos por Napoleão, os quais deturpavam e alteravam substancialmente o sentido do texto concordatário. Em 1804, em vez de Napoleão receber a coroa do papa, na cerimônia de coroação como imperador, retirou-a da mão de Pio VII e colocou-a sobre sua própria cabeça. Em maio de 1807, Napoleão declarou o Estado pontifício anexado ao império francês e Roma cidade imperial e livre. O papa publicou uma bula de excomunhão imediata contra Napoleão. Em julho deste mesmo ano, Napoleão mandou prender o papa e o

manteve em prisão até 1814, após ter feito Pio VII trasladar-se por várias cidades francesas e italianas. Com a queda de Napoleão, Consalvi pôs toda sua energia na restauração dos Estados pontifícios advogando, a favor da reorganização eclesiástica no Congresso de Viena de 1815. Isso fez com que em Roma se comentasse com malícia, comparando Pio VII com seu antecessor, que Pio VI para conservar a fé perdeu a sede apostólica, e Pio VII para conservar a sede apostólica perdeu a fé. Pio VII erigiu ainda as dioceses de Boston, Nova York, Filadélfia e Bardstown, tendo Baltimore como sede metropolitana. Em 1820, o pontificado de Pio VII teve que enfrentar a revolução liberal na Espanha com a supressão de um grande número de mosteiros e proibição de contribuição financeira a Roma. Em julho de 1823, Pio VII fratura sua coxa e cai fortemente doente, morrendo um mês depois. Durante sua doença, a basílica de São Paulo foi destruída pelo fogo, calamidade que jamais lhe foi revelada.

**PIO VIII** (Francesco Saverio Castiglioni). Nasceu a 20 de novembro de 1761 em Cingoli, e faleceu a 1º de dezembro de 1830, após ter sido eleito papa dezoito meses antes em março de 1829. De origem nobre, estudou na escola jesuíta em Osimo e estudou, mais tarde, direito em Bolonha e Roma. Em 1800, foi nomeado bispo de Montalto por Pio VII e logo trocou o posto por bispo de Cesena. Foi preso sob a dominação francesa e recusou-se a aliar-se ao rei da Itália, sendo levado a Macerata, depois para Mântua e finalmente para a França. Em 1816, foi indicado como cardeal e em 1822 tornou-se bispo de Frascati. Já no conclave de 1823, Castiglioni figurava entre os nomes para o papado. Foi eleito seis anos mais tarde quando a França e a Áustria desejavam um papa de temperamento sereno e equilibrado. Quando assumiu como papa ordenou que todos seus parentes abdicassem das posições que ocupavam na Igreja. Deu continuidade ao incentivo à emancipação católica de Leão XII. Os últimos meses de seu papado foram conturbados. Teve que reconhecer o novo governo instalado pela Revolução de Julho na França e combater as sociedades secretas que se espalhavam na Bélgica e Polônia, e chegavam até Roma.

**PIO IX** (Giovanni Maria Mastai-Ferreti). Foi papa de 1846 a 1878. Nasceu em Sinigaglia, em 13 de maio de 1792 e morreu em Roma em 7 de fevereiro de 1878. Após ter recebido educação clássica no Colégio Piarista, em Volterra, de 1802 a 1809, foi para Roma onde estudou filosofia e teologia e onde ficou até 1810 em razão das conturbações políticas da época. Voltou para Roma em 1814 e, em atendimento ao desejo de seu pai, pediu para ser admitido na Guarda Nobre. Em razão de sua epilepsia, foi recusado e então entrou para o Seminário Romano. Em 1823, Pio VII o mandou como auditor do delegado apostólico enviado ao Chile, Monsenhor Muzi. Retornou em 1825, quando se tornou cônego de Santa Maria em Via Lata e diretor do hospital de São Miguel por indicação de Leão XII. Este mesmo papa o fez arcebispo de Espoleto, em 1827. Em 1832, Gregório XVI o transferiu para a Diocese de Ímola e o transformou em cardeal em 1840. Quando eleito, representava a ala dos desejosos de reformas políticas moderadas. Por dois anos, perseguiu uma política progressiva no governo dos Estados pontifícios e garantiu uma constituição. Alguns extremistas reacionários o denunciaram como tendo ligação com a Maçonaria, mas em 1846, Pio IX publica um encíclica, na qual lamenta a opressão dos interesses católicos pelas sociedades secretas. Em 1848, a Santa Sé enfrenta problemas com a Áustria e o papa é levado de Roma a Gaeta. Apenas retorna a Roma em 1850, com apoio das tropas de

Napoleão III. Os nacionalistas italianos estavam ansiosos por Roma e pelos Estados pontifícios e, em 1860, Vítor Emanuel II tomou toda a Itália, com exceção de Roma e suas vizinhanças. Em 1870, com a deposição de Napoleão III, os italianos invadiram Roma e Pio IX foi retirado do Vaticano, recusando-se a reconhecer o novo reino. A situação anômala foi resolvida pelo Tratado de Latrão. As negociações de Pio IX com outras nações foram mal sucedidas e não soube lidar com a política e legislação anti-eclesiásticas da Prússia e outros Estados germânicos (1873). Em 1854, Pio IX declarou o dogma da Imaculada Conceição. Em 1864, publicou a encíclica *Quanta cura*, acompanhada de uma lista dos erros modernos, *Syllabus errorum* (panteísmo, naturalismo, racionalismo, indiferentismo, socialismo, comunismo e maçonaria). Em 1869, convocou o Primeiro Concílio Vaticano, que foi realizado em 8 de dezembro de 1870. Teve como foco o enunciado da infabilidade papal como dogma da Igreja. O secretário de Estado, cardeal Antonelli, exerceu poderosa influência sobre Pio IX, até o momento da morte do papa. Pio IX estabeleceu o Colégio Latino Americano em Roma em 1853 e o Colégio dos Estados Unidos, com financiamento próprio, em 1859. O papado de Pio IX foi o mais longo da história e influenciou na definição do papel da Igreja Católica no mundo moderno. Foi sucedido por Leão XIII.

**RIVADAVIA, Bernardino.** Nasceu em 1780 e faleceu em 1845. Estadista e diplomata argentino, primeiro presidente das Províncias Unidas do Prata (1826-1827). Serviu como militar (1806-1807) sob o comando de Jacques de Liniers contra os invasores britânicos e liderou a causa da independência em 1810. Exerceu grande influência como membro do primeiro triunvirato da jovem república (1811-1812). Após seis anos como diplomata na Europa, de 1814 a 1820, tornou-se ministro no governo de Martín Rodríguez em Buenos Aires e foi grandemente responsável pelas medidas progressivas da administração. Foi enviado à Grã-Bretanha antes de se tornar presidente da república. Como ardoroso liberal, Rivadavia instituiu várias reformas e lutou por centralizar o governo da nação. Em 1826, a adoção de uma constituição unitária foi rejeitada por Quiroga e outros líderes da república, que se revoltaram. Rivadavia renunciou e foi exilado.

**SANTANDER, Francisco de Paula.** Revolucionário colombiano que nasceu em 1792 e faleceu em 1840. Tomou o comando das guerrilhas de *llanos* por ordem de Bolívar e contribuiu para a vitória em Boyacá. Em outubro de 1821, tornou-se vice-presidente da Colômbia e administrou o país de forma hábil durante as longas ausências de Bolívar. Santander era adepto do governo constitucional e liderou a oposição federalista a Bolívar que, em 24 de setembro de 1828, o suspendeu do governo. Naquela noite, Bolívar quase foi assassinado. Apesar de não existirem provas de um complô, Santander foi condenado à morte, mas acabou sendo exilado. Depois da morte de Bolívar e da dissolução da Grã-Colômbia, ele voltou e atuou como presidente da Nova Granada, de 1832 a 1836. Sua administração foi competente mas existiram conspirações contra sua vida, às quais resistiu usando de força e coerção.

**TEJADA, Ignacio Sánchez de.** Nascido em Socorro, Nova Granada, em 1764, havia adquirido no colégio dominicano do Rosário, em Bogotá, sólida formação teológica. Serviu ao rei como militar, primeiro em Bogotá e, depois, na corte de Carlos IV, junto a Francisco

Zea. Em Madri, iniciou-se nas idéias liberais e em 1808 aceitou a José Bonaparte e participou das cortes de Bayona. Logo foi perseguido pelos legitimistas espanhóis. De 1820 a 1823 foi secretário do cônsul geral da Espanha na França e apenas quando Fernando VII foi reconduzido ao trono é que se pôs a serviço da Grã-Colômbia em Londres. Tinha forte influência enciclopedista e regalista, mas grandes serviços prestou à Igreja da Hispano-América. Passou 14 anos em Roma e conseguiu a nomeação de bispos para a Grã-Colômbia.

**TESTA, Domingo.** *Abbreviator curiae* e secretário da seção de cartas aos príncipes. Foi secretário na nunciatura em Madri e era querido pelo rei Fernando VII.

**VEGA, Rafael Lasso de la.** Nascido em Santiago de Veragua, estudou no célebre colégio do Rosário em Santa Fé. Celebrou sua primeira missa em Bogotá, em 1792, e foi por vários anos o responsável pelo clero de Funza. Em 1816, recebeu a mitra de Fernando VII e tornou-se bispo de Mérida e Maracaibo, diocese bastante complexa. Enquanto Maracaibo era marítima, Mérida era interiorana. Até finais do século XVIII, Maracaibo havia pertencido à Nova Granada, enquanto Mérida sempre havia sido da Venezuela. Em 1810, Maracaibo proclamou-se regalista fervorosa. Mérida, por sua vez, uniu-se ao movimento de independência venezuelano. Assim, até 1817 Lasso de la Vega seguia em sua convicção espanhola, quando então decidiu unir-se à causa revolucionária.

**ZORILLA, Rodríguez.** Bispo do Chile. De caráter enérgico e regalista, contava com apoio em grande parte do clero e nas classes mais elevadas de *criollos*. Foi exilado para Mendoza, na Argentina, em 1817, por O'Higgins. Apesar de seu desejo de ir a Madri, resolveu ficar na Hispano-América a fim de lutar contra a irreligiosidade e rebeldia do clero. Morreu em 20 de maio de 1832.